UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FFCLRP – DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Daiana de Oliveira Faria

Filtros na rede: das relações entre discurso e tecnologia

Ribeirão Preto - SP

2016

DAIANA DE OLIVEIRA FARIA

Filtros na rede: das relações entre discurso e tecnologia

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da USP, como parte das exigências para a obtenção do título de Doutor em Ciências.

Área de concentração: Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Lucília Maria Abrahão e Sousa

Ribeirão Preto - SP

2016

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Faria, Daiana de Oliveira Faria

Filtros na rede: das relações entre discurso e tecnologia / Daiana de Oliveira Faria; orientadora Lucília Maria Abrahão e Sousa. -- Ribeirão Preto, 2016.

136 f.

Tese (Doutorado) -- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de

Concentração: subjetivação - processos culturais, linguagem e história.

1. Discurso – Análise do Discurso. 2. Internet. 3. Sites de Pesquisa

FARIA, Daiana Oliveira de

Filtros na rede: das relações entre discurso e tecnologia

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da USP, como parte das exigências para a obtenção do título de Doutor em Ciências.

Aprovado em: ____ / ____ / _____

Banca Examinadora

Profa. Dra. Lucília Maria Abrahão e Sousa (orientadora)

Instituição: FFCLRP- USP **Assinatura:** _____

Profa. Dra. Soraya Maria Romano Pacífico

Instituição: FFCLRP – USP **Assinatura:** _____

Profa. Dra. Ane Ribeiro Patti **Instituição:** Centro Universitário Barão de Mauá **Assinatura:** _____

Profa. Dra. Cristiane Pereira Dias

Instituição: IEL – UNICAMP **Assinatura:** _____

Profa. Dra. Dantielli Assumpção Garcia

Instituição: UNIOESTE **Assinatura:** _____

Dedico este trabalho aos meus pais, Maria José e Vicente, que possibilitaram o meu caminho até aqui, contribuindo para que essa trajetória se cumprisse.

Agradecimentos

À minha família que ancora e incentiva meus passos. Ao meu pai Vicente, a minha mãe Maria José e a minha irmã Mariana que caminham sempre comigo, tornando a trajetória possível.

Ao meu companheiro Luiz, que não mede esforços para me apoiar e incentivar. Sou muito grata por sua companhia e afeto.

Aos meus amigos mais que especiais que partilharam comigo várias fases desse caminho, seja em Matão, em Ribeirão Preto, em São Carlos ou mesmo de longe. A presença de cada me constitui e me move.

Aos amigos do E-L@DIS, nosso querido laboratório. Espaço de partilhas e afeto, onde o L(s)abor é doce. Manifesto aqui minha gratidão a cada um.

À tão especial banca de defesa: Soraya, Cristiane, Ane e Dantielli que, cada uma a seu modo, contribuíram e acompanharam meu percurso desde o início, partilhando de momentos importantes do trabalho e fazer acadêmico. É com afeto e admiração que deixo aqui o meu muito obrigada.

À Fapesp, agência de fomento desta pesquisa desde a iniciação científica, sem a qual a dedicação a este trabalho não seria possível.

E, por fim, à Lucília, que me orienta e me motiva desde meu primeiro ano de faculdade. Enquanto caloura do curso, em 2006, tamanha foi a minha alegria com a possibilidade de trabalhar com a linguagem e com essa grande mestra, que enche de luz os caminhos por onde passa. Meus sentimentos de gratidão, afeto e admiração não se esgotam em palavras: ressoam em meus caminhos.

"Disso eles não sabem, mas o fazem."

Karl Marx

RESUMO

FARIA, D. O. (2016) *Filtros na rede: das relações entre discurso e tecnologia.* Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

RESUMO: A fim de refletirmos sobre as condições de produção na contemporaneidade, propomos discussões e análises em torno do funcionamento dos recursos de personalização de conteúdos na Internet que impõem filtros aos usuários. Para isso, mobilizamos a teoria de Análise do Discurso de linha francesa, sobretudo a partir dos trabalhos de Michel Pêcheux. Delimitamos a observação do funcionamento de tais recursos no mecanismo de busca do Google, uma vez que ele representa uma das maiores corporações na Internet e detém a maior parte do mercado de buscas. A partir dessa delimitação, selecionamos o corpus de análise oriundo da política de privacidade do buscador, de definições dadas pela empresa sobre o funcionamento de tais recursos e de relatos sobre esse funcionamento postados por usuários e disseminados na rede. Acreditamos que a análise do funcionamento dessas técnicas nos dizem sobre as condições de produção do discurso na contemporaneidade, bem como das materialidades discursivas que lhes são peculiares, compreendendo que é pela influência materialista que se chega, na Análise do Discurso, a noção de materialidade discursiva. Temos, dessa forma, contemplada uma discussão sobre história, sujeito e língua que fundamenta o funcionamento da ideologia. Ainda nesse ínterim, propomos pensar o discurso ressaltando o que concerne à memória, bem como as questões que decorrem ao considerarmos seu funcionamento perpassado pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's), o que nos move a refletir sobre o discurso eletrônico e a memória metálica. Tudo isso nos mostra os efeitos discursivos dos filtros que giram em torno do controle na rede, característica que tem marcado as relações de poder no cenário atual.

Palavras-chave: Google; Personalização; Discurso; Ideologia.

ABSTRACT

FARIA, D. O. (2016) *Filters on the network: the relations between discourse and technology.* Doctoral thesis, Faculty of Philosophy, Sciences and Languages of Ribeirão Preto, University of São Paulo, Ribeirão Preto.

ABSTRACT: Aiming to reflect on the conditions of production in contemporary society, we propose discussions and analysis about the functioning of the contents customization features on the Internet that that imposes filters to users. For that, we mobilize the Discourse Analysis Theory of French orientation, especially from Michel Pêcheux. We delimited the observation of the functioning of such features in the Google search engine, once it is one of the largest corporations on the Internet and holds most of the search market. From this definition, we selected the corpus of analysis derived from the privacy policy of the search engine, the definitions given by the company on the operation of such resources and comments about this functioning posted by users in specialized forums. We believe that the observation of the functioning of such techniques tell us about the discourse production conditions in contemporary society, as well as the discursive materiality that are peculiar, understanding that it is the materialistic influence that comes the notion of discursive materiality in Discourse Analysis. We thereby contemplated a discussion of history, subject and language that underpins the functioning of ideology. Yet in the interim, we propose to think the discourse emphasizing that concerns the memory, as well as issues that derive when considering its operation permeated by Information and Communication Technologies (ICTs), which moves us to reflect on the electronic discourse and the metal memory. All this shows the discursive effects of filters that revolve around the control of on the network, a feature that has characterized relations of power in the current scenario.

Key-words: Google; Personalization; Discourse; Ideology.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 11

2 MEMÓRIA(S) E(M) DISCURSO: ESPESSURAS DO/DE DIZER 16

3 IDEOLOGIA, CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E MATERIALIDADE 48

3.1 Filtros na rede: o que são e como funcionam 67

3.2 Efeitos discursivos dos filtros: entre o controle e a dispersão 71

4 O DISCURSIVO EM FUNCIONAMENTO: DE FILTRO EM FILTRO A REDE É TECIDA 82

4.1 O método em Análise do Discurso 83

4.2 Arquivo e Sujeito: análise das relações instauradas pela tecnologia 91

4.3 A gestão da rede: o discurso por parte do Google, a partir de sua política de privacidade 100

4.4 Sujeito-dado: O que o Google sabe sobre você?..... 108

5 CONSIDERAÇÕES 127

6 REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS 130

ANEXO 136

1 INTRODUÇÃO

Wassily Kandinsk, Accent en rose, 1926

"Se tudo está arquivado, se tudo é vigiado, anotado, julgado, a história como criação não é mais possível: é então substituída pelo arquivo transformado em saber absoluto, espelho de si"

(Elisabeth Roudinesco, 2006, p. 09)

1 INTRODUÇÃO

"O futuro da internet é a personalização - a rede agora gira em torno do 'eu' [...]".

(Tapan Bhat, vice-presidente do Yahoo)

Partimos do estranhamento que nos causa esta frase: "a rede agora gira em torno do 'eu'". Desde estudos inicias, em pesquisas anteriores, observamos que a Internet representa um espaço outro de significação que clama por interpretação e análise. Ao se estruturar enquanto um construto técnico, a Internet é abordada pelas suas facilidades e avanços tecnológicos, com inúmeros produtos e serviços à favor da sociedade. Diante disso, colocamos o intento de pensá-la política e ideologicamente, valendo-nos, para isso, da história e da materialidade da língua. Para tanto, a teoria de Análise do Discurso de linha francesa (doravante AD) ancora as premissas deste trabalho e vai de encontro a essa proposta. Em seu cerne, a AD propõe pensar o funcionamento da linguagem no que tange ao sócio-histórico, político, inconsciente e ideológico, traços que considera como constitutivos do sujeito e da língua em curso.

Observamos que estamos diante de alguns deslocamentos na dinâmica da Internet. Com base em pesquisas anteriores, vimos que antes a rede se apresentava com a pretensa ilusão do tudo para todos (FARIA; ROMÃO, 2012) e agora centra-se no eu, a fim de possibilitar-lhe um recorte do todo. Recorte esse promovido pelos recursos de personalização de conteúdo, foco deste trabalho. Tais recursos filtram as informações e mostra para o usuário apenas o que analisam como de interesse desse usuário, ou seja, não é o usuário que escolhe o que lhe interessa, mas a tecnologia (PARISER, 2012). Tais condições de produção, anotando que essas compreendem os sujeitos e a situação no seio da história (ORLANDI, 2006, p. 15), têm o potencial de determinar a captura do sujeito e promover sua inscrição em redes parafrásticas de sentidos (ORLANDI, 1998). Com tal implicação no funcionamento da linguagem, os recursos de personalização são capazes de individuar o sujeito, que é inscrito pela máquina desde o momento em que ela lhe atribui um número (endereço IP), até o momento em que os conteúdos direcionados lhes aparecem na tela. Segundo PARISER (2012), ao retomar as palavras de Sheryl Sandberg, "nos próximos três a cinco anos, disse Sheryl Sandberg, diretora-executiva de operações do Facebook, a ideia de um site que não seja adaptado a cada usuário vai parecer estranha (PARISER, 2012, p. 13)". Nosso intento, com isso, é refletir sobre as implicações

discursivas dessas técnicas o que traz à baila discussões sobre a história, a ideologia e o político.

Partindo desse intento, iniciamos o trabalho com a fundamentação teórica do funcionamento da memória. Teorizamos sobre o conceito de memória discursiva que, pela ótica da AD, representa a espessura do dizer, ou seja, a condição do dizível. Nas palavras de Pêcheux, fundador da teoria, a memória discursiva é aquilo que diante de um texto que surge como acontecimento a ler, restabelece os implícitos, os pré-construídos, os elementos citados e relatados, os discursos transversos, de que sua leitura necessita, ou seja, "é a condição do legível em relação ao próprio legível" (PÊCHEUX, 1999, p. 52). Com isso, em nossas teorizações sobre memória nesse primeiro capítulo, denominado "2 Memória(s) e(m) discurso: espessuras do/de dizer", passamos pelas noções de historicidade, memória institucional e memória metálica. Esse trajeto, inicia-se nas premissas do funcionamento da memória na língua e segue contemplando seu caráter histórico, documental e institucional. Isso culmina num funcionamento peculiar da memória na contemporaneidade, incitado pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's), o que implica a fundamentação teórica que traçamos sobre memória metálica. Essa, promove um dizer presentificado continuamente, que funciona como se fosse uma memória quando na verdade é um dizer repetidamente reatualizado, ou seja, é atualidade e não memória (ORLANDI, 2006b, p. 26-27).

Em seguida, no capítulo denominado "3 Ideologia, condições de produção e materialidade", traçamos a fundamentação teórica em torno das condições de produção contemporâneas, o que implica definir e teorizar o conceito de ideologia e materialidade discursiva. Acerca do funcionamento da ideologia, pautamo-nos nos postulados de Louis Althusser que ancoram o conceito na teoria do discurso. Pela via do discurso, ressaltamos o funcionamento ideologia dos das tecnologias em geral e, em particular dos filtros, que têm o potencial de promover um policiamento dos enunciados na rede, uma espécie de normalização asséptica da leitura e do pensamento, já anunciados por Pêcheux (1997, p. 60), e que tem implicações diretas na memória histórica. Sobre isso, propomos reflexões sobre a repetição e saturação dos sentidos, efeito da memória metálica. Teorizamos em torno de um sujeito interpelado pela língua que se identifica com os sentidos dominantes atualizados pelas técnicas, reproduzindo-os, repetidamente, pelo movimento da memória metálica. A este respeito, anotamos a possibilidade de o sujeito contra-identificar-se, promovendo um embate contra a evidência ideológica, e desidentificar-se, o que apontaria para efeitos de ruptura, desconstrução e revolução. No entanto, centramos nossa

atenção para o primeiro movimento, de identificação, cerne do funcionamento dos filtros, apontando os demais movimentos como possibilidades futuras de refletir sobre a resistência na rede. Em seguida, fundamentamos a discussão teórica sobre condições de produção e materialidade discursiva. Tais conceitos permite-nos refletir sobre a contemporaneidade, sua forma-sujeito histórica, que propomos chamar sujeito-dado, e sobre a materialidade digital. Dessa discussão, como também foi observado nas análises, a principal característica observada é que a ideologia naturaliza o uso das tecnologias, promovendo um efeito de liberdade dos sujeitos pela facilidade de acesso, pela total disponibilização de qualquer tipo de conteúdo e pelo mito de completude. Nesse momento, na sessão intitulada "3.1 Filtros na rede: o que são e como funcionam", passamos para uma especificação do objeto sobre o qual tecemos nossas análises, qual seja: os recursos de personalização de conteúdos na pesquisa Google que impõem filtros aos usuários. Acreditamos que a observação do funcionamento dessas técnicas nos dizem sobre as condições de produção do discurso na contemporaneidade, bem como das materialidades discursivas que lhes são peculiares. Isso mostra os efeitos discursivos dos filtros que giram em torno do controle na rede, característica que tem marcado o cenário da contemporaneidade. Em contraponto, observamos à dispersão que é próprio do sujeito e do discurso, na maioria das vezes cerceados na rede. Nessa direção, segue a sessão "3.2 Efeitos discursivos dos filtros: entre o controle e a dispersão", refletindo sobre controle, vigilância e dispersão nas condições de produção contemporâneas e nas materialidades que lhes são próprias.

Com o embasamento teórico tecido nos capítulos 2 e 3, delimitamos, no capítulo intitulado "4 o discursivo em funcionamento: de filtro em filtro a rede é tecida", o método em AD para fomentar as análises discursivas dos dados. Ao especificarmos o método discurso, chamamos atenção para alguns pontos centrais da Análise do Discurso, sobretudo para a relação entre eles, quais sejam: a língua, o discurso, a ideologia e a história. Para tanto, retomamos as palavras de Courtine (1971) que nos diz do discurso enquanto matéria da relação entre o ideológico e o linguístico, ou seja, por um lado, representa, no interior da língua, os efeitos das contradições ideológicas e, inversamente, manifesta a existência da materialidade linguística no interior do ideológico. Diante disso, segundo o autor, a adoção de um ponto de vista discursivo deve considerar que no discurso se estabelece uma relação entre o linguístico e a ideologia e, dessa forma, não reduzir o discurso à análise da língua ou dissolvê-lo no trabalho histórico sobre a ideologia. "Mas deve-se levar em conta a materialidade discursiva como objeto próprio,

ou seja, produzir em função dela as proposições teóricas" (COURTINE, 1981, p. 7).[1] Ressaltamos que o trajeto metodológico em AD não se dá de maneira hierárquica e linear, mas sim pendular, com movimentos de ida e vinda entre teoria e análise. Segundo Petri (2013), "[...] como salienta Orlandi (2010, p. 30), do ponto de vista da Análise de Discurso não há 'aplicação': cada análise é uma análise, tem-se que voltar à teoria, construir um dispositivo analítico que é próprio ao material que se vai analisar" (PETRI, 2013, p. 41). Ou seja, construímos um dispositivo teórico-analítico face ao material em análise e não *a priori*. Com isso, iniciamos as análises dos dados a partir da sessão "4.2 Arquivo e Sujeito: análise das relações instauradas pela tecnologia", que observa marcas discursivas do funcionamento dos filtros em definição dadas pelo Google e em comparações entre buscas. Na análise seguinte, "4.3 A gestão da rede: o discurso por parte do Google, a partir de sua política de privacidade", o foco de observação é a política de privacidade do Google, que nos mostra o discurso por parte de um dos grandes gestores da rede. E, por fim, apresentamos a análise "4.4 Sujeito-dado: O que o Google sabe sobre você?", com características da constituição do sujeito na contemporaneidade.

Com isso, acreditamos poder contribuir com uma reflexão sobre as TIC'cs na contemporaneidade que considere o sócio-histórico, o político e o ideológico, sobretudo no que diz respeito à constituição do sujeito pela linguagem.

[1] Tradução livre de: "La adopción de um punto de vista específicamente discursivo debe evitar, si es verdad que en el discurso se establece uma relación determinada entre lo lingüístico y la ideología, reducir el discurso al análisis de la lengua o disolverlo en el trabajo histórico entre las ideologías. Pero debe tomar en cuenta la materialidad discursiva como objeto propio, es decir, producir en función de ella las proposiciones teóricas."

2 Memória(s) e(m) discurso: espessuras do/de dizer

Wassily Kandinsky, Several Circles, 1926

"[...] só o impossível acontece / o possível apenas se repete."

Chacal

Interessa-nos considerar a contemporaneidade como constitutiva do funcionamento da linguagem. Isso implica dizer que a conjuntura social, política, histórica e ideológica funciona de maneira imbricada enquanto condições de produção no/do discurso. Tendo em vista a conjuntura da contemporaneidade, chamamos atenção para o funcionamento das tecnologias da Internet, sobretudo os recursos de personalização e filtragem de conteúdos. É nesse ínterim que propomos, neste capítulo, pensar o discurso, sobretudo no que concerne à memória e ao arquivo e as questões que decorrem ao considerarmos o funcionamento desses dois conceitos na contemporaneidade. Esse movimento, aponta para o funcionamento de uma memória metálica que incita uma forma-sujeito a que chamaremos sujeito -dado, como veremos ao cabo desta discussão.

Ancorando-nos na teoria de Análise do Discurso de escola francesa, sobretudo a partir dos postulados teorizados por Michel Pêcheux (1997; 2007), mobilizamos a noção de memória como base do dizível, inscrita em práticas sociais e que nos mostra o caráter constitutivamente histórico e ideológico da língua. Segundo Courtine (1981), "à noção de memória discursiva concerne a existência histórica do enunciado no seio de práticas discursivas regradas pelos aparelhos ideológicos" (COURTINE, 1981, p. 53) [2]. Tal concepção, abordada dessa forma, não nos possibilita mobilizar concepções psicologistas de memória que abrangem mais diretamente um tipo de memória individual, cognitiva. Falamos aqui em memória discursiva, que encontra sua materialidade no funcionamento da linguagem.

> Tocamos aqui um dos pontos de encontro com a questão da memória como estruturação de materialidade discursiva complexa, estendida em uma dialética da repetição e da regularização: a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os "implícitos"[3] (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (PÊCHEUX, 2007, p. 52).

[2] Tradução livre do original: "La notion de mémoire discursive concerne l'existence historique de l'énoncé au sein de pratiques discursives réglées par des appareils idéologiques" (COURTINE, 1981, p. 53).

[3] Vale destacar que não falamos em implícitos como o dito nas entrelinhas, mas no efeito de sentido provocado pelo que, segundo Pêcheux (2007, p. 52), está ausente em sua presença.

Ao pesarmos o funcionamento da linguagem incitado pelos recursos de personalização de conteúdos na Internet, em particular nos resultados recuperados pelo motor de busca do Google (ROMÃO; FARIA, 2013), gostaríamos de observar a memória em curso nessa forma material própria da rede e na conjuntura sócio-histórica da contemporaneidade. Observemos, a seguir, uma pesquisa feita no Google a fim de elucidarmos o funcionamento discursivo da memória.

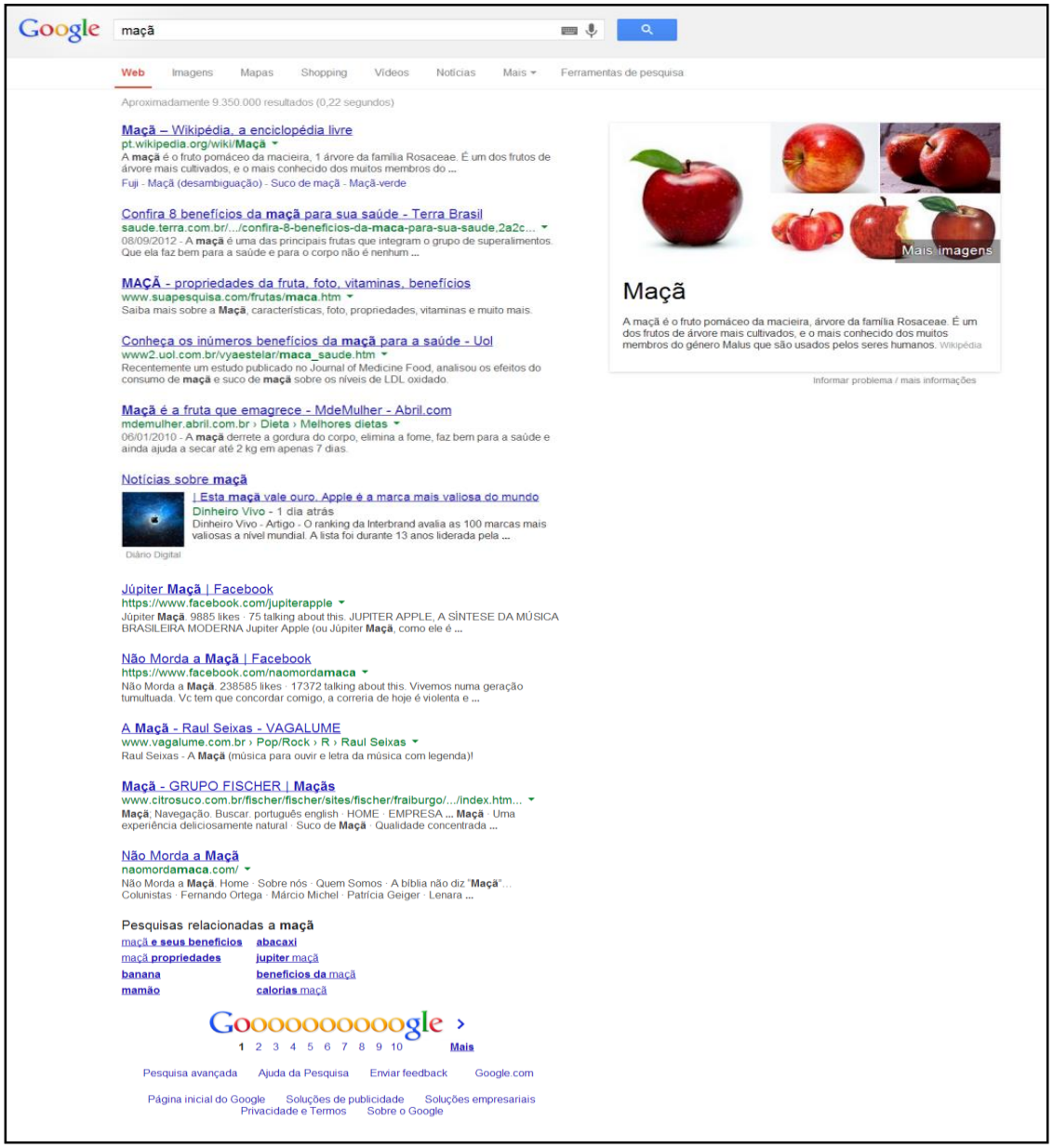


Figura 1: Pesquisa feita no Google, a título de exemplo, com o significante "maçã"

Pêcheux (Ibidem) nos aponta para o fato de que a memória discursiva está na base, ou seja, na estrutura, das materialidades discursivas e funciona num duplo-jogo de repetição e regularização dos sentidos. Ao observarmos a busca feita no Google pela

palavra maçã, podemos constatar uma recorrência de certos sentidos, uma repetição do sentido de maçã fruta corroborado pelas primeiras posições no *ranking* de resultados e pela imagem ao lado que salta aos olhos. Vemos ainda que essa repetição produz um efeito de regularização: é regular e recorrente que o significante 'maçã' tenha o significado de "fruto pomáceo da macieira..." que possui as propriedades X, as vitaminas Y, e proporciona esses e aqueles benefícios. Ao provocar esse efeito, podemos observar que a memória discursiva está *a priori*, como condição e possibilidade do dizível. Ressaltamos: efeito de regularização provocado por repetição. E aqui falamos em repetição nos moldes como coloca Pêcheux:

> A repetição é antes de tudo um efeito material que funda comutações e variações, e assegura - sobretudo ao nível da frase escrita - o espaço de estabilidade de uma vulgata parafrástica produzida por recorrência, quer dizer, por repetição literal dessa identidade material (PÊCHEUX, 2007, p. 53).

Seria esse efeito, que é ancorado pela memória discursiva, potencializado pelos recursos de personalização de conteúdos? Segundo Romão (2012), pensar o funcionamento discursivo da Internet, "reclama uma reflexão sobre o político, visto que não ocorre sem escolhas por mostrar certos sentidos e silenciar outros, nem sem recortes de dizeres autorizados e outros impedidos de circular naquele lugar" (ROMÃO, 2012, p. 114). Nos resultados obtidos, podemos observar variações, o que é próprio do discurso, fluido e poroso pelo funcionamento mesmo da memória que "faz irrupção na atualidade do acontecimento" (COURTINE, 1981, p. 51)[4]. Definindo melhor essa relação, Courtine aponta que existe

> [...] os objetos a que chamamos 'enunciados' em cuja formação se constitui o saber próprio de uma FD existem no tempo longo de uma memória, ao passo que um evento discursivo inscreve-se no tempo curto da atualidade de uma enunciação. É exatamente a relação entre interdiscurso e intradiscurso que se dá nesse efeito discursivo particular por ocasião do qual uma formulação-origem retorna na atualidade de uma 'conjuntura discursiva', e que designamos como efeito de memória (COURTINE, 1981, p. 53).[5]

---

[4] Tradução livre do original "[...] la mémoire fait irruption dans l'actualité de l'événement" (COURTINE, 1981, p. 51).

[5] Tradução livre do original [...] les objets que nous avons appelés «énoncés», dans la formation desquels se constitue le savoir propre à une FD existent dans le temps long d'une mémoire, alors que les «formulations» sont prises dans le temps court de l'actualité d'une énonciation. C'est donc bien le rapport entre interdiscours et intra-discours qui se joue dans cet effet discursif particulier à l'occasion duquel une

Devido a esse funcionamento próprio da memória, apesar de todo o refinamento das técnicas para que os resultados no Google apontem para um único sentido, aquele mais óbvio ou dominante dadas as condições de produção, não há garantia de contenção e tamponamento total. Isso porque estamos diante de um fenômeno contemporâneo que tenta abarcar com a técnica o que é da ordem da língua, ou seja, o que é da ordem do político, do histórico e do ideológico. Sentidos de 'maçã' também aparecem em formações discursivas que se alinham ao discurso religioso:

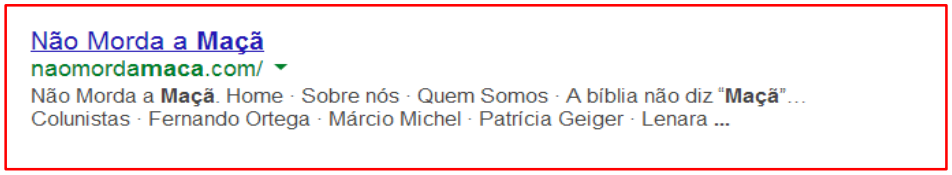


Figura 2: Recorte da página de resultados da busca no Google pelo significante "maçã"

Ou ainda, com formações discursivas que atualizam sentidos do mundo dos negócios na área de tecnologia com a retomada da marca Apple, fundada por Steve Jobs.

Figura 3: Recorte da página de resultados da busca no Google pelo significante "maçã"

Sabemos que a noção de Formação Discursiva (FD), tal qual desenvolvida por Pêcheux, nos diz sobre o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada (PÊCHEUX, 1975)[6]. Todavia, Pêcheux ainda alerta para o fato de que o dispositivo da FD não é um espaço estrutural fechado, na medida em que toda formação discursiva é constitutivamente 'invadida' por elementos que vêm de outro lugar, ou seja, constitutivamente frequentada pelo seu outro (PECHEUX, 1997). Isso nos mostra que a deriva é própria da língua em curso, haja visto que repetição não implica, necessariamente, em reprodução sem deslocamento (ORLANDI, 2011, p. 14). Mas, ainda assim, temos assegurado pelo funcionamento da ideologia, ao nível da frase escrita e corroborado pela imagem, o espaço de estabilidade parafrástica, produzida por

---

formulation - origine fait retour dans l'actualité d'une «conjoncture discursive», et que nous avons désigné comme effet de mémoire (COURTINE, 1981, p. 53).

[6] Tradução livre do original "ce qui peut et doit être dit à partir d'une position donnée dans une conjoncture donnée" (PÊCHEUX, M. Les vérités de la Palice, Paris, Maspero, 1975, 278 p.).

recorrência, segundo Pêcheux (2007) por repetição literal dessa identidade material. SCHERER e TASCHETTO (2005, p. 122) colocam mais um ponto nessa questão: "a regularização se apoia necessariamente sobre o reconhecimento do que é repetido. Esse reconhecimento é da ordem do formal e constitui um outro jogo de força, este fundador." É para esse funcionamento da memória discursiva que centramos nossa proposta de pensar a discursividade provocada pelas técnicas de filtros e personalização de conteúdos na Internet.

Pêcheux, já no início da década de 1980, apontava para o fato de haver uma tensão contraditória no processo de inscrição de acontecimentos no espaço da memória, sob uma dupla forma limite: 1. O acontecimento que escapa a inscrição, que não chega a se increver e 2. O acontecimento que é absorvido na memória como se não tivesse ocorrido (PECHEUX, 2007, p. 50). Esses apontamentos tão precisos nos coloca, hoje, a refletir sobre o funcionamento da Internet. Segundo Dias (2013, p. 59)

> [...] hoje, o problema que se coloca é o do esvaziamento do sentido dos acontecimentos numa sociedade mundializada, onde tudo é postado na Internet produzindo aos acontecimentos sentidos do efêmero da circulação da informação.
> Desse modo, questiono: o que se apaga na busca da completude pela circulação incessante e fugaz de todos os acontecimentos do mundo? Apagam-se os próprios acontecimentos (DIAS, 2013, p. 59).

Ao pensarmos especificamente no modo de funcionamento dos filtros nos resultados da Pesquisa Google, podemos observar esse efeito de apagamento, de absorção, apontado por Pêcheux e por Dias. De modo a filtrar a avalanche de informações disponíveis na rede, esses recursos recuperam para o usuário apenas informações 'relevantes'. Com isso, alguns acontecimentos ficam retidos nos filtros e não aparecem, enquanto outros aparecem com tamanha recorrência, repetição e regularização que beiram a paráfrase[7] e, assim, são absorvidos como se não tivessem ocorrido, já que ficam na zona da transparencia do efeito ideológico. Desse modo, "a memória não restitui frases escutadas no passado, mas julgamentos de verossimilhança sobre o que é reconstituído pelas operações de parafráse" (SCHERER; TASCHETTO, 2005, p. 122).

[7] A paráfrase (o mesmo, o dado): que é o processo pelo qual procura-se manter o sentido igual sob diferentes formas. [...] a reiteração de processos já cristalizados pelas instituições, em que se toma a linguagem como produto e se mantém o dizível no espaço do que já está instituído: a paráfrase (ORLANDI, 1984).

Se, de um lado, temos a ideologia dominante atuando e promovendo a paráfrase, de outro temos também a possibilidade de ruptura. Orlandi afirma que

> Teoricamente, e em termos bastante gerais, podemos dizer que a produção da linguagem se faz na articulação de dois grandes processos: o parafrástico e o polissêmico. Isto é, de um lado, há um retorno constante a um mesmo dizer sedimentado – a paráfrase – e, de outro, há no texto uma tensão que aponta para o rompimento. Esta é uma manifestação da relação homem e mundo (natureza, a sociedade, o outro), manifestação da prática e do referente da linguagem. Há um conflito entre o que é garantido e o que tem que garantir. A polissemia é essa força na linguagem que desloca o mesmo, o garantido, o sedimentado. Essa tensão básica do discurso, tensão entre o texto e o contexto histórico-social: o conflito entre o "mesmo" e o "diferente" (ORLANDI, 1978), entre a paráfrase e a polissemia" (ORLANDI, 1996, p. 27).

Este duplo jogo da memória pode ser observado na busca a seguir, feita em ano eleitoral (2014) a partir dos significantes 'eduardo campos', candidato a presidencia que faleceu em acidente aéreo durante a campanha presidencial do Brasil em 2014. Nela, chamamos atenção para as 'pesquisas relacionadas':

Figura 4: Destaque da sessão 'pesquisas relacionadas' na página e resultados do Google

Podemos observar que o funcionamento dos filtros tanto produz movimentos parafrásticos de repetição do nome de Eduardo Cunha, quanto desloca o mesmo colocando o nome do político ao lado do cantor Chico Buarque, por exemplo. Há o mesmo e o diferente, o estranho, o outro.

Em decorrência da fatalidade da morte do candidato, sua vice, Marina Silva, volta, em 2014, a concorrer ao cargo de presidente da República, como em 2010. Naquele ano, o fato de haver duas candidatas, mulheres, Dilma Rousseff e Marina Silva, à presidencia da república, representou um marco na política brasileira (ROMÃO; FARIA, 2010). Em 2014, Marina e Dilma voltam a ocupar esta posição, no entanto, no caso da primeira, apenas em decorrencia da morte do candidato oficial. A seguir, observemos os resultados

obtidos pela busca no Google a partir dos significantes Marina Silva para refletirmos sobre como esse acontecimento, qual seja, o fato de a morte do candidato Eduardo Campos colocar Marina Silva de volta a posição de candidata a presidência, ocupa, ou não, um espaço de memória instaurado pelas técnicas:

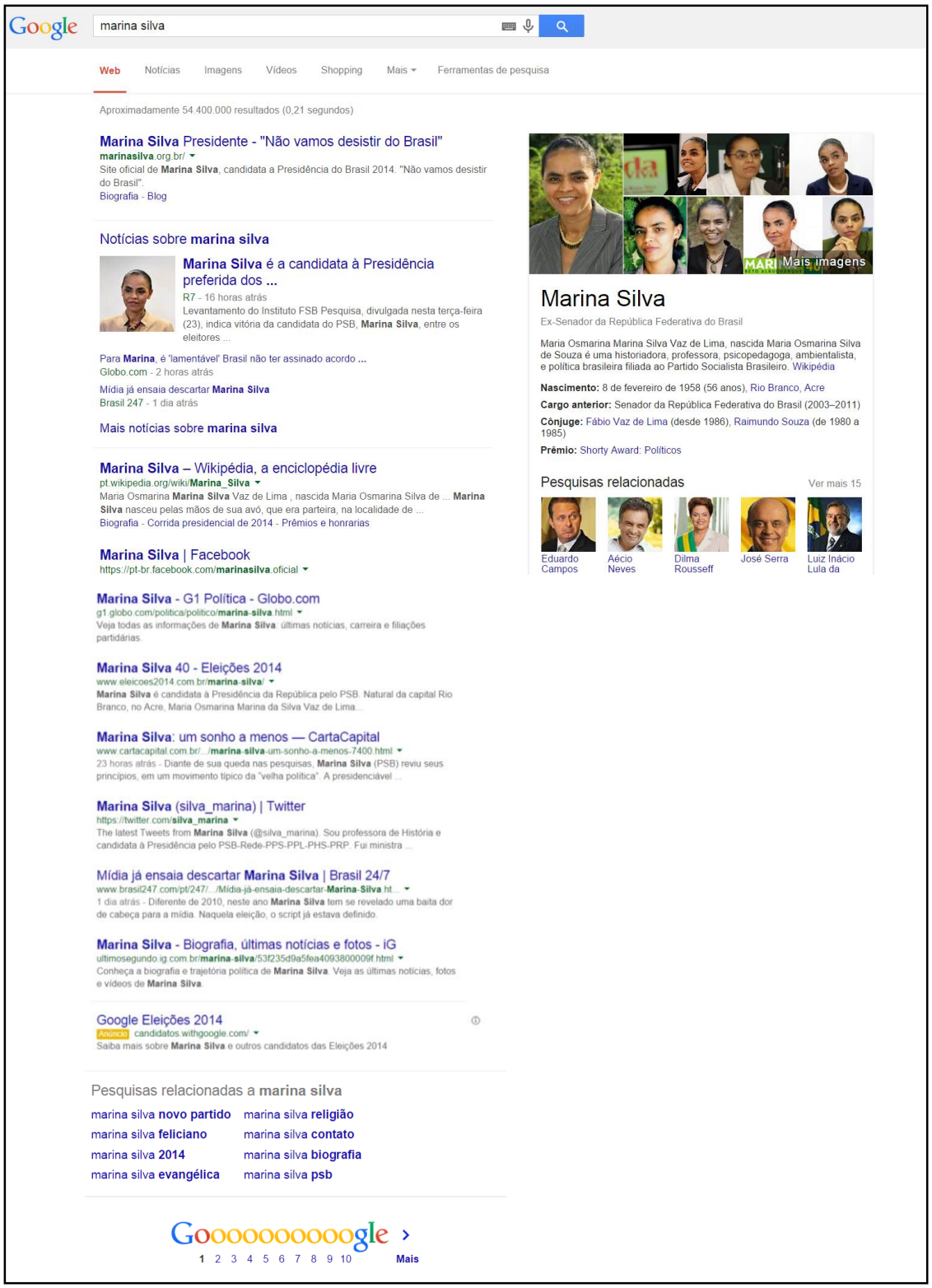


Figura 5: Página de resultados da busca no Google pelos significantes Marina Silva

Podemos obervar que o falecimento do candidato pouco aparece nas pesquisas por Marina Silva, que só é candidata em decorrencia da fatalidade. Observamos como um acontecimento pode não ser inscrito num espaço de memória em virtude da conjuntura política: durante a campanha, os discursos versam sobre a candidata e não muito mais sobre a causa de sua candidatura; e em virtude também de um funcionamento técnico que nós diz da conjuntura histórica: os algoritmos de personalização de conteúdos, que utilizam várias técnicas, provocaram a atualização desses sentidos e não de outros, e os efeitos discursivos disso é ancorado pelas condições de produção contemporâneas e representa um mo(vi)mento da história na linguagem.

Com base na reflexão empeendida por Pêcheux em "Papel da memória" (2007), vale ressaltar, ainda, esse duplo jogo observado nos recortes supracitados, entre regularização e desregulação no funcionamento da memória:

> Haveria assim sempre um jogo de força na memória, sob o choque do acontecimento:
> - um jogo de força que visa manter uma regularização pré-existente com os implícitos que ela veicula, confortá-la como **"boa-forma"**[8], estabilização parafrástica negociando a integração do acontecimento, até absorvê-lo e eventualmente dissolvê-lo;
> - mas também, ao contrário, o jogo de força de uma "desregulação" que vem perturbar a rede dos "implícitos" (PÊCHEUX, 2007, p. 53, grifo nosso).

Nesse sentido, se por um lado, a memória é condição do dizízel e está na base da regularização de dizeres parafrásticos, de estabilização de sentidos dominantes, sedimentados histórica e ideológicamente, de outro lado, e concomitantemente, há a possibilidade de irrupção das falhas próprias do funcionamento da linguagem e que representam, também, condição para o dizer. Segundo Orlandi,

> É a paráfrase (pensada em relação à configuração das formações discursivas) que está na base da noção de deriva que, por sua vez, se liga ao que é definido como efeito metafórico (M. Pêcheux, 1969): fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual, produzindo um deslizamento de sentido (ORLANDI, 2003, p. 5).

[8] Muito observado nas tecnologias em geral, pela questão da interface, e no Google.

Dessa forma, a memória discursiva só pode sedimentar sentidos ao tamponar sentidos que não cabem em dada conjuntura, deixando-os, assim, na zona do esquecimento, do apagamento. É por essa via que Orlandi afirma que a memória discursiva é, necessariamente, constituída pelo esquecimento (ORLANDI, 2006). Com a assertiva de que a desregulação dos sentidos e o esquecimento são próprios da linguagem em fluxo e contemplados pelo funcionamento da memória discursiva, é que podemos afirmar que a memória institucional funciona de modo a conter isso que é, como vimos, inerente a lingua. A ideia de memória institucional, na perspectiva discursiva, nos traz as relações entre memória e arquivo.

> [...] memória institucional ou a que chamo memória de arquivo ou simplesmente o arquivo, é aquela que não esquece, ou seja, a que as Instituições (Escola, Museu, políticas públicas, rituais, eventos etc.) praticam, alimentam, normatizando o processo de significação, sustentando-o em uma textualidade documental, contribuindo na individualização dos sujeitos pelo Estado, através dos discursos disponíveis, à mão, e que mantêm os sujeitos em certa circularidade (ORLANDI, 2010, p. 9).

Partindo dessas características do arquivo colocadas por Orlandi e afim de elucidá-las, pensamos ser análogo os efeitos provocados pelos recursos de personalização de conteúdos, a partir dos quais "[...] a Internet pode ser pensada como uma justaposição de arquivos (Pêcheux, [1982] 1997) dentro de um Arquivo" (ROMÃO; BENEDETTI, 2008, p. 4).

> A personalização pode nos levar a uma espécie de determinismo informativo, no qual aquilo em que clicamos no passado determina o que veremos a seguir - uma história virtual que estamos fadados a repetir. E com isso ficamos presos numa versão estática, cada vez mais estreita de quem somos - uma repetição infindável de nós mesmos (PARISER, 2012, p. 20).

Vemos que a personalização instaura, em sua discursividade, efeito análogo ao apontado por Orlandi com relação ao funcionamento do arquivo: contribui na individualização dos sujeitos, através dos discursos disponíveis, à mão, e os mantêm em certa circularidade, pelo movimento de interpelação em que são inscritos em relação de paráfrase com os sentidos dominantes.

Pêcheux ([1982] 1994) problematizava a noção de arquivo, entendido corriqueiramente como campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre dada

questão, e propunha a reflexão sobre tal pertinência e disponibilidade. Para o autor, existiam fortes razões para se pensar que os conflitos explícitos remetiam em surdina a clivagens subterrâneas entre maneiras diferentes, ou mesmo contraditórias, de ler o arquivo. Ou seja, Pêcheux assinala que os gestos de leitura permitem duvidar da pertinência, disponibilidade e estabilidade do arquivo e, assim, apontar para os efeitos de desregulação. Quando pensamos as corporações da Internet enquanto insituições que dão acesso à conteúdos, vemos aproximações com o funcionamento do arquivo. Segundo Romão (et all),

> A prática de constituição de arquivos, como nos aponta o próprio Pêcheux, costumeiramente apaga esta reflexão, apresentando-se sob o efeito de evidência, que faz com que o gesto de consolidar um certo saber sobre uma questão seja tomado como aquilo que há para saber sobre ela (ROMÃO; FERREIRA; DELA-SILVA, 2011, p. 14).

Relacionado a esse funcionamento, é recorrente ouvirmos a frase "Se não tem no google, não existe", que já virou uma espécie de provérbio na contemporaneidade. Esses sentidos são re-atualizados em memes, *cartuns*, tirinhas, como podemos ver nas figuras[9] a seguir e, de fato, muito nos dizem sobre as condições de produção contemporâneas e o efeito de evidência do arquivo, aqui observado no acesso aos conteúdos dado pelo Google (GIORGENON, 2013).

---

[9] Fontes das figuras:

Figura 06. Cartuns by Zero. 1999-2014. São Paulo. Disponível em: <http://www.cartuns.com.br/page11.html>. Acesso em: 13 nov. 2014.

Figura 07. Disponível em: <http://2.bp.blogspot.com/-yHgMKrghRaA/Ts4qZrAV3iI/AAAAAAAACAI/DKTNZLTwGYk/s1600/google.jpg>. Acesso em: 13 nov. 2014.

Figura 08. Disponível em: <https://techumor.com.br/2014/05/procurando-um-sentido-para-a-vida/>. Acesso em: 13 nov. 2014.

Figura 09. Disponível em: <http://memespsicoticos.blogspot.com.br/>. Acesso em: 13 nov. 2014.

Figura 6: Cartum sobre o Google

Figura 7: Cartum sobre o Google

Figura 8: Cartum sobre o Google

Figura 9: Cartum sobre o Google

Os memes supracitados atualizam sentidos sobre a possibilidade de haver um sentido único para alguma questão (ou até mesmo para a vida!), sentido este que estaria situado em um lugar de saber legitimado como tal. Tais sentidos se ancoram na conjuntura contemporânea, na medida em que: de fato, ter acesso aos conteúdos sem ser pelo Google, tem sido cada vez mais difícil; o banco de dados do Google aumenta consideravelmente a cada dia e passa a ser ícone de suposta completude no tocante ao saber; o algoritmo da Pesquisa Google se refina e se torna cada vez mais eficaz. É justamente para esse efeito que nos apontam as autoras supracitadas: o gesto do Google, tomado aqui enquanto uma instituição capaz de consolidar um certo saber sobre uma questão, faz com que seus resultados sejam tomados como aquilo que há para saber sobre a questão, sem deixar sombra de dúvidas.

O arquivo, ao ser um mecanismo de memória, não escapa daquele duplo jogo para o qual já apontamos: um embate constitutivo entre estabilização e deriva. Se pensarmos na origem da significação da palavra arquivo: retomando Derrida, a palavra arquivo vem de *Arkhê* que designa ao mesmo tempo o começo e o comando (DERRIDA, 2001, p. 11).

> Compreender o começo e o comando implica considerar uma ordem sequencial e organizativa estabelecida por uma instância de poder (na maioria das vezes uma instituição) a partir da tarefa de selecionar e efetivar uma triagem seletiva e/ou hieráquica de documentos (ROMÃO, 2012, p. 113).

Ou seja, espaço estabilizado e efetivado como tal para salvaguarda da memória coletiva. Discursivamente, temos o efeito de estabilização, origem e controle dos sentidos, na medida em que o funcionamento do arquivo põe em circulação sentidos “que devem ser mantidos como verdadeiros e lidos de um só modo, saturando-os pela repetição e fazendo parecer evidente que eles são únicos” (ROMÃO, 2012, p. 114.). Todavia, se apontamos para estabilização e deriva como faces da mesma moeda, temos em Pêcheux que, no discurso, efeitos de origem e controle são da ordem do inconsciente. A esse respeito, Pêcheux (1997, p. 173, 174 e 175) teoriza os conceitos de esquecimento número 1 e esquecimento número 2, partindo da primeira e segunda tópicas freudianas sobre os sistemas pré-consciente, inconsciente e consciente. Segundo essa teorização, o sujeito, para se inscrever e enunciar, parte da premissa de haver possibilidade de controle sobre o que diz, como se aquilo nunca fosse dito antes, e confia que existe uma relação direta entre palavra e objeto e que essa relação será apreendida por seu interlocutor sem falhas. Essas premissas são da ordem do inconsciente e constitutivas do sujeito. Com isso, vemos

que controle e origem são condição da língua em fluxo, ou seja, são constitutivos, e podem ser observados no funcionamento do arquivo, que "[...] em análise de discurso é o discurso documental, memória institucionalizada" (ORLANDI, 2002, p. 11), que estabiliza e disponibiliza sentidos para os sujeitos, inscrevendo-os num movimento de interpelação ideológica. Sobre esse tipo de memória, documental, instaurada pelas Instituições, Nunes (2008), afirma que

> Ler os documentos de arquivo conduz a explicitar os gestos de interpretação que subjazem a sua elaboração, evitando-se reproduzir uma história já dada, fixada, e mostrando seu processo de construção. As práticas institucionais e de arquivo realizam um trabalho de interpretação que direciona os sentidos, estabelecendo uma temporalidade e produzindo uma memória estabilizada (NUNES, 2008, p. 82).

Esse discurso é da ordem do documental, do estabilizado, na medida em que é regido, segundo Foucault (1968), por condições de dizibilidade, conservação[10], memória, reativação e apropriação. Ao falar sobre as influências da AD, Pêcheux afirma que ela partilha, com a perspectiva arqueológica foucaultiana, o cuidado de considerar as condições históricas de existência dos discursos na sua heterogeneidade, visando reintroduzir no campo, mais explicitamente, a problemática da língua (PÊCHEUX, 2011, p. 228). É sob as condições históricas de existências dos discursos que se apresentação as condições teorizadas por Foucault de: dizibilidade, a partir da qual não se cabe dizer qualquer coisa, ou seja, a conjuntura é condição para o dizível; conservação, com a qual se determina o que será ou não conservado e o que, consequentemente, se inscreverá no espaço da memória; reativação, em que certos sentidos podem retornar na esteira da memória, promovendo atualização, cristalização, deslocamento ou simplesmente ficarão esquecidos, silenciados; e apropriação, em que se instauram sentidos dominantes em detrimento de sentidos escamoteados. Isso nos mostra o funcionamento, a partir das condições históricas de existência dos discursos, dos princípios teorizados por Foucault que regem a constituição do arquivo.

Com isso, e não somente, se pode afirmar que, em seu percurso, Pêcheux "reencontra o Foucault que ele não pôde antes encontrar" (GUILHAUMOU; MALDIDIER, 2011, p. 61) e a AD inscreve-se com maior força, a partir dos anos 80, como uma disciplina de interpretação, voltada para a leitura do arquivo (SARGENTINI,

[10] Neste caso, o digital seria a forma contemporânea de conservação.

2014). Diante dessa problemática, Pêcheux reflete[11] sobre as novas formas de leitura de arquivo, refletindo sobre as mudanças tecnológicas ligadas à leitura em ciências humanas (GARCIA; NUNES, 2011, p. 469). Para o autor, o trabalho de leitura de arquivo é um "trabalho anônimo, fastigioso, mas necessário, através do qual os aparelhos do poder de nossas sociedades geram a memória coletiva" (PÊCHEUX, 1997, p. 57). O que, se pensarmos no objeto deste trabalho, qual seja, o funcionamento dos recursos de personalização de conteúdos, corrobora com essa premissa. Os algoritmos que definem os conteúdos para cada usuário consistem em códigos, os quais não são apreendidos, em grande parte, pelos usuários, ou seja, é um funcionamento anônimo, da ordem daquilo que não se dá a ver e que, ainda assim e, talvez por isso com mais veemência, poderíamos dizer, geram uma memória coletiva na sociedade que se pretende homogênea, coesa e coerente. Memória sempre acessível, ao que diria Orlandi, na medida em que seu modo de funcionar a torna sempre "[...] disponível, arquivada em nossas instituições e da qual não esquecemos. A ela temos acesso, basta para isso consultar os arquivos onde ela está representada" (ORLANDI, 2006, p. 22).

Quando tocamos a questão do acesso, apontamos para um dos principais paradigmas da Internet. E aqui, propomos

> [...] pensar a internet como um espaço discursivo, no qual o Arquivo (ROMÃO; et al, 2008) é inacessível e inacessável, já que ele compreende a malha de pequenos arquivos conectados sem uma dimensão de fisicalidade e com veios de ligação imprevisíveis entre si (ROMÃO, 2012, p. 117).

No que tange ao arquivo institucional, sobre o qual discorremos até o momento, seus principais meios de acesso seriam as instituições de guarda convencionais que, conforme Orlandi, são representadas das mais diversas formas: "Escola, Museu, políticas públicas, rituais, eventos etc." (ORLANDI, 2010, p. 9). Porém, ao tomarmos como condições de produção a contemporaneidade, cabe problematizarmos o acesso (ou a impossibilidade de) dado aos arquivos no/e ao Arquivo[12] pelas tecnologias de Internet. A esse respeito, Orlandi (2010) nos diz de um funcionamento próprio de uma memória

---

[11] Texto original: PÊCHEUX, M. (1982) Lire l'archive aujourd'hui. in: Archives et Documents de la Société d'Histoire et épistemologie des sciences du Langage. nº 2, p. 35-45.

[12] "[...] lugar discursivo nunca acessável formado pela soma de todos os arquivos interconectados" (ROMÃO, 2012, p. 115).

metálica em contraponto com a memória discursiva. Segundo a autora, a memória metálica seria aquela

> [...] produzida pela mídia, pelas novas tecnologias de linguagem. A memória da máquina, da circulação, que não se produz pela historicidade, mas por um construto técnico (televisão, computador, etc.). Sua particularidade é ser horizontal (e não vertical, como a define Courtine), não havendo assim estratificação em seu processo, mas distribuição em série, na forma de adição, acúmulo: o que foi dito aqui e ali e mais além vai se juntando como se formasse uma rede de filiação e não apenas uma soma, como realmente é, em sua estrutura e funcionamento. Este é um efeito - uma simulação - produzido pela memória metálica, memória técnica. Quantidade e não historicidade. Produtividade na repetição, variedade sem ruptura (ORLANDI, 2010, p. 09).

Ao apontar para os efeitos de memória incitados pelas tecnologias, Orlandi afirma que os dizeres são acumulados na superfície da materialidade como se formasse uma rede, quando na verdade são apenas uma soma. A autora diz que a memória metálica funciona algoritmicamente, se bifurcando através de um dizer presentificado continuamente que funciona como se fosse uma memória quando na verdade é um dizer repetidamente reatualizado, ou seja, é atualidade e não memória (ORLANDI, 2006b, p. 26-27). E não é memória na medida em que as noções de tempo e de espaço são ressignificadas na Internet produzindo uma desterritorialização das fronteiras e um sem tempo na passagem das horas. Pensar no tempo, ao considerar a materialidade do digital, particularmente nos espaços de significação da Internet, implica em pensar num tempo outro, escapante, que se esgota no imediato, apontando para o porvir. Um tempo totalmente atrelado ao espaço de significação da rede. Talvez um espaço-tempo que se estrutura no devir, ou seja, que aponta para o que se há em potencial, para um “além” dos limites, sempre, pois a noção de limite nesse espaço-tempo é porosa, transborda, escapa, se esvai. Isso porque, como vimos, estamos diante de uma materialidade peculiar que se estrutura em rede

> [...] e pensemos numa rede mais simples, como a de pesca, é composta de fios, de nós e de furos. Os fios que se encontram e se sustentam nos nós são tão relevantes para o processo de fazer sentido, como os furos, por onde a falta, a falha se deixam escoar. Se não houvesse furos, estaríamos confrontados com a completude do dizer, não havendo espaço para novos e outros sentidos se formarem (FERREIRA, 2003, p. 44).

Ou seja, nos furos da rede são dadas as possibilidades de irrupção da memória para além do efeito de memória, metálica.

A seguir, vemos um sujeito-navegador reconhecer o funcionamento da memória metálica. Quando esse tipo de reconhecimento irrompe, os usuários são, ao menos, confrontados com a falsa sensação de autonomia, liberdade, e, com isso, podem questionar, mesmo que minimamente, o papel das tecnologias, como podemos observar nos sentidos atualizados pelo sujeito-navegador[13] a seguir:

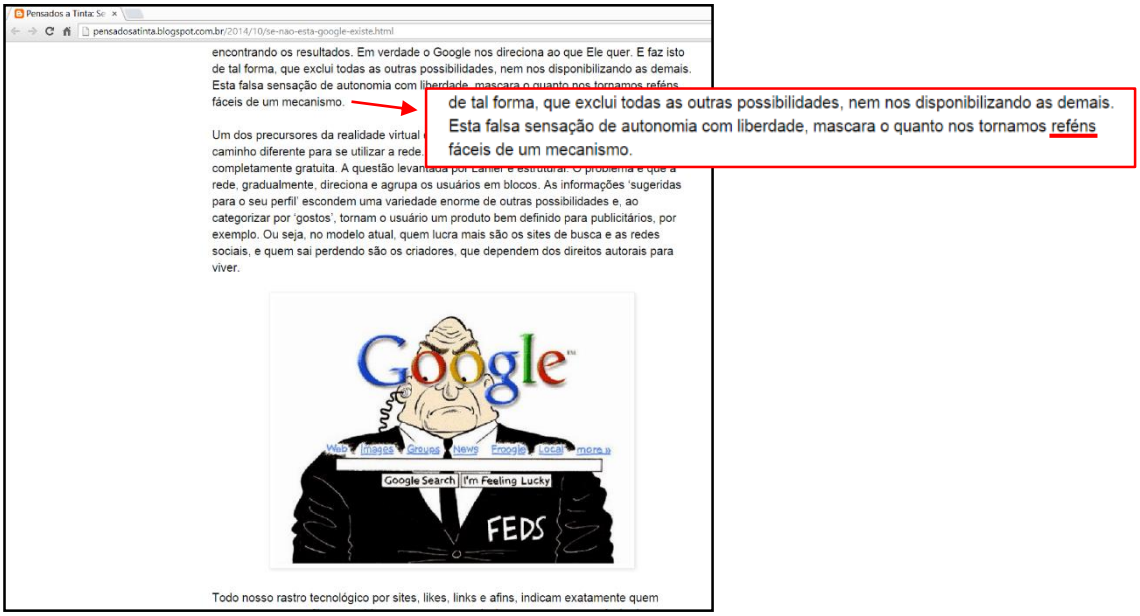


Figura 10

Nessa direção, Romão afirma que orações corriqueiras nos dias atuais, tais como:

> "há problemas de conexão", "servidor fora do ar", as orações sem sujeito fazem falar outro modo de dizer do digital, como se ele funcionasse apenas pela via do tecnológico, apresentando problemas e soluções advindas tão somente do bom (ou mau) funcionamento do sistema. Nessas sequencias discursivas e em tantas outras referidas à rede eletrônica, persistem os efeitos do técnico, do sistêmico, do tecnológico, o que escamoteia o político e deixa, fora de pauta, a política de gerenciamento de arquivo (ROMÃO, 2011, p. 146).

Tais apontamentos são fortuitos para problematizarmos os mitos que sustentam a Internet e que têm passado por deslocamentos, que se ancoram na utópica promessa de

---

[13] REZENDE, Eliana. Se não está Google, será que existe? 2014. Disponível em: <http://pensadosatinta.blogspot.com.br/2014/10/se-nao-esta-google-existe.html>. Acesso em: 17 nov. 2014.

acessibilidade total e infinita, como podemos observar na página de um dos (poucos!) gigantes da rede, o Google:

Figura 11: Missão do Google

Vemos um intento de controle total das informações do mundo o que diz respeito diretamente às relações sociais, econômicas, históricas e ideológicas, na medida em que o que está em jogo nessa missão nos diz da materialidade da língua na discursividade do arquivo, entendendo aqui "língua como sistema sintático intrinsecamente passível de jogo, e a discursividade como inscrição de efeitos linguísticos materiais na história" (PÊCHEUX, 1994, p. 62). Ainda nas palavras do autor,

> É à existência da materialidade da língua na discursividade do arquivo que é urgente se consagrar: o objetivo é o de desenvolver práticas diversificadas de trabalhos sobre o arquivo textual, reconhecendo as preocupações do historiador tanto quanto as do linguista ou do matemático-técnico em saber fazer valer, face aos riscos redutores do trabalho com a informática - e, logo, também nele - os interesses históricos, políticos e culturais levados pelas práticas de leitura de arquivo (PÊCHEUX, 1994, p. 63).

Sentidos de excesso do dizer, quantidade, acessibilidade, totalidade, demonstram, na missão do Google, o que Orlandi (2006b, p. 26-27) coloca como o trabalho atuante e estampado da ideologia nesse jogo da memória metálica. Jogo na medida em que a memória metálica funciona como se fosse memória quando na verdade é repetição e atualidade e neste ponto está o jogo: atualidade e não historicidade. Ao anunciar a "proliferação previsível dos 'métodos de tratamentos de textos' induzidos pela desordem informática" Pêcheux diz que "[...] nos encontramos diante de uma nova divisão do trabalho de leitura, uma verdadeira reorganização social do trabalho intelectual, cujas

consequências repercutirão diretamente sobre a relação de nossa sociedade com sua própria memória histórica" (PÊCHEUX, 1997, p. 59). Ou seja, vemos que, com o funcionamento da memória discursiva, histórica, é dada a possibilidade de vir à tona a historicidade dos dizeres, já o funcionamento próprio da memória metálica "tem relação com o excesso do dizer, com a quantidade e a repetição. Afinal **tudo** é dito o tempo **todo** [...]" (ORLANDI, 2006b, p. 26-27), (grifos nossos), o que pode ser observado na missão do Google (figura 11), e que é uma ilusão, se pensarmos a Internet como arquivo, dado que, na rede "[...] o arquivo é sempre uma parte, um fragmento marcado pela ilusão do todo" (ROMÃO, 2012, p. 114).

Sabemos que a Internet é uma rede de pessoas e conteúdos. Esse potencial de interligar produz um efeito de filiação entre tudo o que está interconectado. No entanto, ao se tratar de uma quantidade exorbitante de dados e de pessoas interconectados, podemos problematizar que todo esse excesso traz consigo a falta, com a metáfora de que o tudo e o nada são faces da mesma moeda: nesse caso, é pela possibilidade de faltar que se excede e que se tenta deixar a falta escamoteada, já que

> [...] na moldura das atuais condições de produção, os arquivos contemporâneos - entendidos ao modo de que Pêcheux (1997) chamou de campos de documentos sobre uma dada questão - vendem a imagem de totalidade e completude e mantêm a ausência e a falta fora do seu seio de dizer, afastadas como impossíveis de serem tateadas (ROMÃO, 2012, p. 117).

Levando em conta que todo esse excesso pode induzir a repetição e, assim, a homogeneização, podemos apontar para uma simulação de redes de filiação, e não filiações de fato, efeito esse provocado pela potência das tecnologias.

> Não se trata mais da memória como esquecimento, mas da memória como armazenamento [...] como uma memória do futuro, uma vez que é uma memória armazenada para o futuro. Não se trata de um acontecimento cuja lembrança produziu uma memória num tempo outro, trata-se de um acontecimento estabilizado num tempo específico, jamais esquecido, por isso, capaz de reprodução (DIAS, 2013, p. 69).

Cabe ressaltar, no entanto, que quando falamos em "quantidade e não historicidade", tal qual apontado por Orlandi (2010, p. 09), estamos dizendo de um mo(vi)mento da história na linguagem, é como se fossem apagados "os efeitos da história, da ideologia, mas nem por isso elas estão menos presentes" (ORLANDI, 2005, p. 10). Se

pensarmos a Internet como um grande conjunto de dados, cabe a assertiva colocada por SARGENTINI: segundo a autora, “um arquivo não é (ou não é somente, se preferirmos) um conjunto de dados guardados, ele é, por sua prática de leitura, revelador de interesses históricos, políticos e culturais” (SARGENTINI, 2014, p. 25). Nesse sentido, a Internet pode ser entendida como um grande arquivo.

> E o mito, justamente, desta forma de memória é o “quanto mais, melhor”. O que é discutível do ponto de vista do que chamamos memória discursiva, a constituída pelo esquecimento. Por ela, sabemos que o possível está justamente no esquecimento. Dessa perspectiva, é pouco favorável ter-se uma memória saturada (ORLANDI, 2010, p. 09).

Outra relação entre memória discursiva e memória metálica diz respeito à questão do excesso e da falta; no funcionamento da memória discursiva, vimos que a falta, o esquecimento é o que dá possibilidade de deslocamento dos sentidos, de re-atualização para além da repetição. Já no funcionamento da memória metálica, para toda possibilidade de falta, de erro, de esquecimento, há uma técnica muito eficaz para que isso seja evitado. Segundo Romão (2012, p. 115), “o mesmo desejo de guardar (supostamente) tudo e de tudo ter sob controle e comando inscreve-se na atualidade, fazendo retornar o imperativo da potência e o (desejado) tamponamento de furos e faltas no/do arquivo”.

A efetividade das técnicas em dar conta de tudo guardar, salvar, armazenar, controlar, é tamanha a ponto de sujeitos clamarem por seus direitos de serem esquecidos, fazendo uso, para isso, das forças jurídicas. Isso pode ser observado na criação da Diretiva 95/46, conhecida popularmente por “Lei do esquecimento” ou “Direito ao esquecimento”[14], pela Agencia Espanhola de Proteção dos Dados. Essa diretiva reivindica medidas a serem tomadas pela Google Espanhola e pela Google Inc., visando a proteção das pessoas no que tange ao tratamento de seus dados pessoais. Abrange o funcionamento de motores de busca na Internet, o tratamento de dados contidos em sítios web, a pesquisa, indexação e armazenamento desses dados e a responsabilidade do operador do motor de busca[15]. Abaixo, trecho da lei:

---

[14] CANÁRIO, Pedro. *Garantias da personalidade*: STJ aplica 'direito ao esquecimento' pela primeira vez. 2013. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2013-jun-05/stj-aplica-direito-esquecimento-primeira-vez-condena-imprensa>. Acesso em: 17 nov. 2014.

[15] DIRECTIVA 95/46/CE DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO, de 24 de Outubro de 1995. Disponível em:

DIRECTIVA 95/46/CE DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO

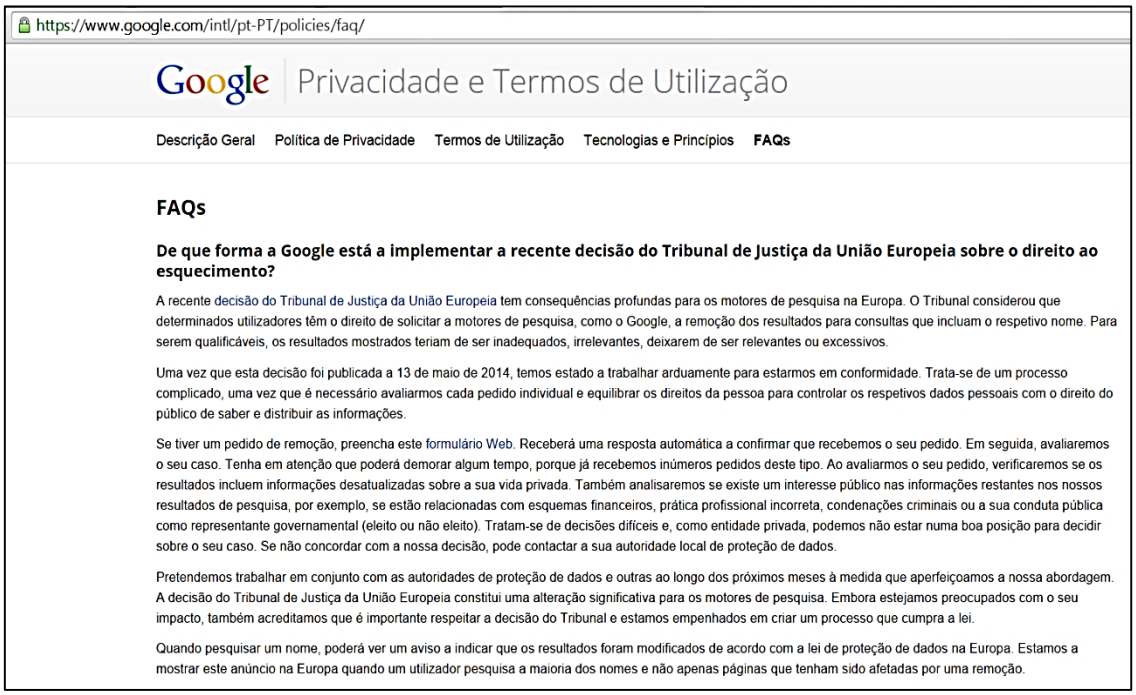
> de 24 de Outubro de 1995
> relativa à protecção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados
> [...]
> (2) Considerando que os sistemas de tratamento de dados estão ao serviço do Homem; que devem respeitar as liberdades e os direitos fundamentais das pessoas singulares independentemente da sua nacionalidade ou da sua residência, especialmente a vida privada, e contribuir para o progresso económico e social, o desenvolvimento do comércio e o bem-estar dos indivíduos;
> (3) Considerando que o estabelecimento e o funcionamento do mercado interno no qual, nos termos do artigo 7º A do Tratado, é assegurada a livre circulação das mercadorias, das pessoas, dos serviços e dos capitais, exigem não só que os dados pessoais possam circular livremente de um Estado-membro para outro, mas igualmente, que sejam protegidos os direitos fundamentais das pessoas;
> (4) Considerando que o recurso ao tratamento de dados pessoais nos diversos domínios das actividades económicas e sociais é cada vez mais frequente na Comunidade; que o progresso registrado nas tecnologias da informação facilita consideravelmente o tratamento e a troca dos referidos dados;

Algumas marcas discursivas da referida diretiva permitem-nos observarmos certas características próprias das condições de produção contemporâneas. Ao fazer uso de expressões como pessoas singulares, livre circulação de dados, entre outras, temos atualizados os sentidos dominantes de possibilidade de liberdade dos indivíduos e de imparcialidade da linguagem. Ao tratar do funcionamento de motores de busca na *web*, a lei diz respeito à linguagem num funcionamento provocado pelas TIC's. Com isso vemos o efeito apontado por ROMÃO (2011, p. 146) de que o técnico, o sistêmico e o tecnológico escamoteiam o político ao ponto de ser necessário que as forças jurídicas intervenham para que a política de gerenciamento de arquivo volte a pauta e seja questionada. Ao tratar da materialidade da língua, não é possível a divisão "pessoas singulares", ou seja, indivíduo, e sujeito do discurso. Vemos o esforço e a dificuldade da lei e das técnicas em abarcar a materialidade da língua sem deixar esvair o político, o histórico e o ideológico e deter-se apenas no indivíduo e na tecnologia por si mesma. Ao dizer que os "sistemas de tratamento de dados estão ao serviço do Homem" e que devem contribuir para o "progresso económico e social, o desenvolvimento do comércio e o bem-estar dos indivíduos" temos a contradição própria do estado da luta de classes linguisticamente marcada. Desmitificando as orações destacadas temos: i. os sistemas de

---

<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:31995L0046:pt:HTML>. Acesso em: 17 nov. 2014

tratamento de dados se colocam ao serviço do homem, mas para garantir os interesses das corporações; ii. O progresso econômico e o desenvolvimento do comércio desenfreados na atual conjuntura do sistema capitalista deturpam o desenvolvimento social e o bem-estar dos indivíduos. “A livre circulação das mercadorias, das pessoas, dos serviços e dos capitais”, aclamadas na diretiva, só existe desde que seja submetida às leis do mercado e do Estado. Como sabemos, pelo funcionamento da ideologia, tal qual teorizado por Althusser, o indivíduo é interpelado como sujeito livre para livremente submeter-se e aceitar sua submissão.



https://www.google.com/intl/pt-PT/policies/faq/

Google | Privacidade e Termos de Utilização

Descrição Geral | Política de Privacidade | Termos de Utilização | Tecnologias e Princípios | **FAQs**

FAQs

De que forma a Google está a implementar a recente decisão do Tribunal de Justiça da União Europeia sobre o direito ao esquecimento?

A recente decisão do Tribunal de Justiça da União Europeia tem consequências profundas para os motores de pesquisa na Europa. O Tribunal considerou que determinados utilizadores têm o direito de solicitar a motores de pesquisa, como o Google, a remoção dos resultados para consultas que incluam o respetivo nome. Para serem qualificáveis, os resultados mostrados teriam de ser inadequados, irrelevantes, deixarem de ser relevantes ou excessivos.

Uma vez que esta decisão foi publicada a 13 de maio de 2014, temos estado a trabalhar arduamente para estarmos em conformidade. Trata-se de um processo complicado, uma vez que é necessário avaliarmos cada pedido individual e equilibrar os direitos da pessoa para controlar os respetivos dados pessoais com o direito do público de saber e distribuir as informações.

Se tiver um pedido de remoção, preencha este formulário Web. Receberá uma resposta automática a confirmar que recebemos o seu pedido. Em seguida, avaliaremos o seu caso. Tenha em atenção que poderá demorar algum tempo, porque já recebemos inúmeros pedidos deste tipo. Ao avaliarmos o seu pedido, verificaremos se os resultados incluem informações desatualizadas sobre a sua vida privada. Também analisaremos se existe um interesse público nas informações restantes nos nossos resultados de pesquisa, por exemplo, se estão relacionadas com esquemas financeiros, prática profissional incorreta, condenações criminais ou a sua conduta pública como representante governamental (eleito ou não eleito). Tratam-se de decisões difíceis e, como entidade privada, podemos não estar numa boa posição para decidir sobre o seu caso. Se não concordar com a nossa decisão, pode contactar a sua autoridade local de proteção de dados.

Pretendemos trabalhar em conjunto com as autoridades de proteção de dados e outras ao longo dos próximos meses à medida que aperfeiçoamos a nossa abordagem. A decisão do Tribunal de Justiça da União Europeia constitui uma alteração significativa para os motores de pesquisa. Embora estejamos preocupados com o seu impacto, também acreditamos que é importante respeitar a decisão do Tribunal e estamos empenhados em criar um processo que cumpra a lei.

Quando pesquisar um nome, poderá ver um aviso a indicar que os resultados foram modificados de acordo com a lei de proteção de dados na Europa. Estamos a mostrar este anúncio na Europa quando um utilizador pesquisa a maioria dos nomes e não apenas páginas que tenham sido afetadas por uma remoção.

Figura 12: Página de Perguntas Frequentes da Google, com pergunta e resposta sobre a posição da Google diante da implantação da lei

Pêcheux já chamava atenção para a necessidade de reflexão sobre o tratamento de textos pelo viés dos bancos de dados que, segundo ele, era cultural e politicamente problemático (PÊCHEUX, 1997, p. 55) e que hoje vemos tomar proporções cada vez maiores com a evolução tecnológica. “Colombo ressalta ‘uma autentica vocação para a memória, espécie de mania arquivística que permeia conjuntamente a cultura e a evolução tecnológica’, visto que o poder de guarda(r) sinaliza um suposto efeito de proteção contra o esquecimento” (ROMÃO, 2012, p. 116). Se, de um lado, a potência da técnica nos dá a garantia de proteção contra o esquecimento, de outro temos que

> o discursivo informaticamente marcado sob a forma dos ‘dados textuais’ não tem, efetivamente, a mesma relação nos

> procedimentos lógico-matemáticos que este outro tipo de dados, de natureza quantitativa, utilizados em economia, em demografia, em história etc. De forma que este domínio, o qual será conveniente aqui chamarmos do discurso textual, é o lugar em potencial de um confronto violentamente contraditório. (PÊCHEUX, 1997, p. 55-56).

Ou seja, vemos na mesma conjuntura, movimentos opostos, contraditórios: a proteção contra o esquecimento X o direito ao esquecimento. Podemos anotar que tal movimento de contradição é recorrente face as condições de produção da contemporaneidade, na medida em que, quando falamos em condições de produção, temos que considerar o contexto imediato e o contexto amplo. Isso aponta para o funcionamento da ideologia sob a modalidade da divisão, do cindido, daquilo que não se efetiva a não ser no movimento de contradição que regula as práticas discursivas. Ou seja, pensamos a ideologia, sobretudo, sob a ótica da contradição de dois mundos em um só (PÊCHEUX, 1977 apud MALDIDIER, 1990).

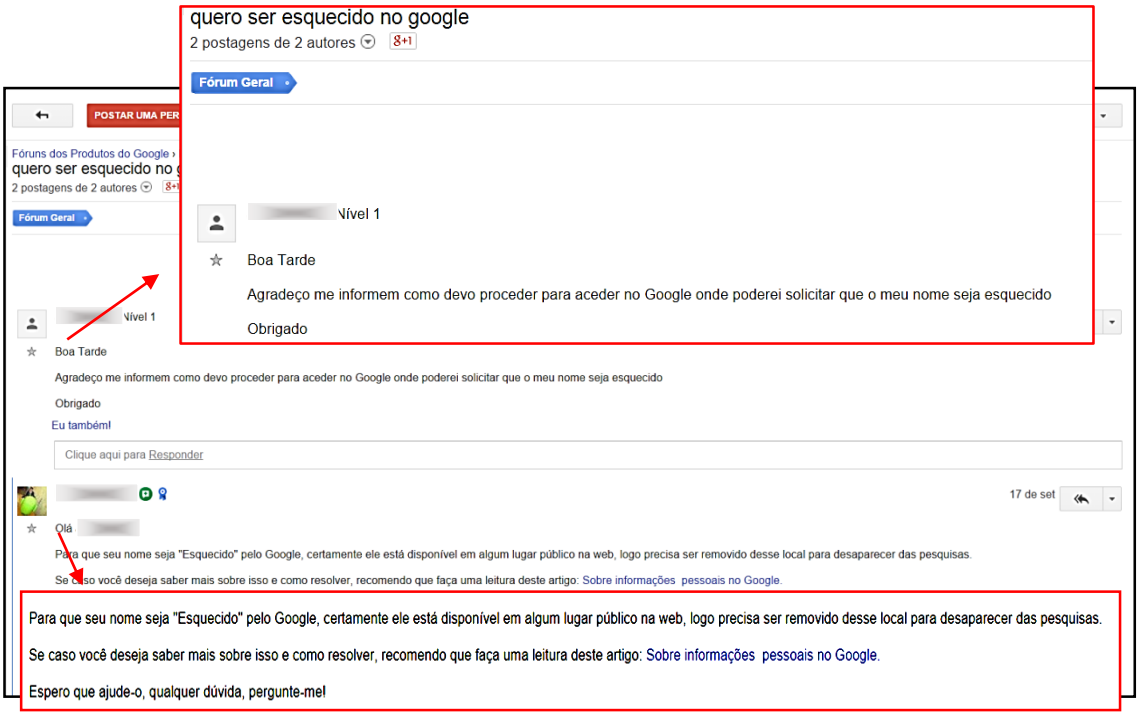


Figura 13: Fórum da Google em que usuário pede ajuda sobre como ser esquecido pelo Google

Ao pedir para ser esquecido, o sujeito se inscreve na contramão do legitimado pela potência das técnicas e não se alinha, pelo movimento horizontal da memória metálica, às FDs dominantes. Isso instaura um efeito de sentido dissonante, fazendo irromper a memória discursiva, ou seja, a historicidade dos dizeres. Pela história e memória dos

sentidos, são recorrentes formações discursivas que atualizam sentidos afirmativos sobre querer ser lembrado. O efeito de sentido de não ser esquecido está nas práticas da vida cotidiana como lembretes de aniversário, agenda, compartilhamento de meios de contato como o número do telefone, endereço residencial, comercial, endereço eletrônico, endereço nas redes sociais, etc.

Tais informações, ao serem compartilhadas entre sujeitos, dão a possibilidade do sujeito ser lembrado, encontrado. No jogo entre FD's que versam sobre sujeitos serem lembrados ou sujeitos serem esquecidos, vemos que os sentidos dominantes são os da lembrança. Mas, o que vemos com a reinvindicação pela lei do direito ao esquecimento e com as reivindicações de sujeitos-usuários de serviços do Google (figuras 12 e 13), são efeitos de sentidos dissonantes. Hoje, dadas as condições de produção contemporâneas e as materialidades discursivas que lhes são peculiares, vemos que os excessos da acessibilidade, do armazenamento, da disponibilidade e disponibilização, fazem com que os sujeitos passem a instaurar sentidos contrários: "quero ser esquecido", afirma o sujeito na figura 13. Para ser "esquecido", como vemos entre aspas na resposta dada, é necessário que o nome desse sujeito seja removido do local na *web* onde se encontra e, aí, não aparecerá mais no Google. Vemos um funcionamento técnico que acaba por dificultar e até mesmo impedir, em última análise, que o sujeito seja esquecido. A impossibilidade ou ilusão de ser esquecido são corroborados pelo uso das aspas no significante "esquecido", dado como resposta pelo sujeito que detém o saber técnico. Essa marca linguística ressalta a impossibilidade de ser esquecido nesse espaço, ou a possibilidade apenas de uma ilusão de esquecimento. Ser esquecido é uma ilusão: ilusão de estar no controle do sujeito do digital, constituído no espaço de memória metálica. Como vimos, pelo funcionamento da memória metálica, a atualização e repetição constantes no espaço digital não deixam brechas para o esquecimento. É possível, desde que se domine os conhecimentos técnicos necessários, que o sujeito seja removido dos espaços onde se encontra. No entanto, existem vários recursos que ainda dão possibilidade de rastreio e de recuperação dos dados removidos, característica própria do aperfeiçoamento da tecnologia e do funcionamento da memória metálica, que não deixa esquecer.

> Pêcheux (op. cit., p. 56-57) anunciou as "clivagens subterrâneas entre maneiras diferentes de ler o arquivo", atribuindo a mãos de técnicos de informática a arquitetura de gestos de leitura na contemporaneidade. O ponto mais problemático no Arquivo é que a dimensão de sua presença ausenta-se na mesma intensidade com que se dá a conhecer, ou seja, é impedido ao sujeito-

> navegador estar em todos os arquivos da rede, bem como não se aplica a ele a possibilidade de tudo acessar, mas somente o que está dado e/ou autorizado a circular. Assim, ele caminha por trilhas que, na maioria das vezes não escolheu, tampouco construiu, sustentadas que estão por outros sujeitos que podem a qualquer momento fazer desaparecer certo arquivo do Arquivo (ROMÃO, 2012, p. 117).

Esse funcionamento para o qual aponta a autora pode ser observado nas figuras 11, 12 e 13, que nos mostram as relações do sujeito com o arquivo/Arquivo na rede e a impotência dele em detrimento da potência de quem detém o saber técnico. Vemos que a estrutura de funcionamento da rede é, para o sujeito, inapreensível. A ela, ele só se liga na superfície, ou seja, no espaço de memória metálica.

Como vimos, tomamos como central a noção de discurso como palavra em movimento, prática de linguagem, nas palavras de Orlandi: "com o estudo do discurso observa-se o homem falando" (ORLANDI, 2005, p. 15). A partir disso, chamamos atenção para a noção de sujeito, destacando que não a compreendemos enquanto posição no mundo (ser humano, indivíduo) ou posição na sociedade (cidadão, ser social). O sujeito para a AD é compreendido enquanto posição no discurso, uma vez que as posições do indivíduo no mundo ou na sociedade não determinam os sentidos que serão por ele provocados enquanto sujeito na linguagem. É por essa via que afirmamos que lugar social é diferente de posição no discurso. Há um des(cola⇔loca)mento do ser humano ou ser social com relação ao sujeito do/no discurso. Tal des(cola⇔loca)mento é provocado pelo movimento de interpelação ideológica que, necessariamente, nos mostra o funcionamento da ideologia e do inconsciente na produção de sentidos. "A ideologia faz parte, ou melhor, é a condição do sujeito e dos sentidos. O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer" (ORLANDI, 2005, p. 46). Isso é o que chamamos de sujeito do discurso, uma vez que

> Ao dizer, o sujeito significa em condições determinadas, impelido, de um lado, pela língua e, de outro, pelo mundo, pela sua experiência, por fatos que reclamam sentidos, e também por sua memória discursiva, por um saber/poder/dever dizer, em que os fatos fazem sentido por se inscreverem em formações discursivas que representam no discurso as injunções ideológicas (ORLANDI, 2005, p. 53).

Partindo da noção de sujeito do discurso e considerando as condições de produção, temos um funcionamento de individuação desse sujeito pelo Estado, que nos mostra uma forma-sujeito histórica, a forma-sujeito capitalista. Segundo ORLANDI (2005),

> A forma-sujeito histórica que corresponde à da sociedade atual representa bem a contradição: é um sujeito ao mesmo tempo livre e submisso. Ele é capaz de uma liberdade sem limites e uma submissão sem falhas: pode tudo dizer, contanto que se submeta à língua para sabê-la. Essa é a base do que chamamos assujeitamento (ORLANDI, 2005, p. 50).

Tal subordinação do sujeito é teorizada por Orlandi que observa esse movimento nos discursos religiosos, jurídicos e, por fim, lógicos, retomando Haroche (1987)[16]. Segundo a autora,

> A subordinação explícita do homem ao discurso religioso dá lugar à subordinação, menos explícita, do homem às leis: com seus direitos e deveres. Daí a ideia de um sujeito livre em suas escolhas, o sujeito do capitalismo. A crença na Letra (submissão a Deus) dá lugar na crença nas Letras (submissão ao Estado e às Leis). Crença nas cifras, na precisão, sustentada pelo mecanismo lógico (se... então; ou... ou) (ORLANDI, 2005, p. 51).

Partindo do movimento de individuação do sujeito pelas leis e passando para a individuação provocada pelos mecanismos lógicos, podemos tocar nos processos sobre o qual temos nos debruçado: o movimento de captura e inscrição do sujeito promovido pelos algoritmos, pelos códigos. Traçando um paralelo, temos: o Estado individua o sujeito por meio do jurídico, dando-lhe uma identidade, ao passo que a tecnologia, em particular a Internet, individua o sujeito pela máquina que lhe dá uma identificação na rede (IP[17]). No contexto atual, o poder de individuação do Estado é, por vezes, desestabilizado pelo poder de individuação da tecnologia que atribui ao sujeito outros modos de individuação: *login*; endereço IP; perfil na rede com várias características personalizadas; perfis nas redes; etc.

---

[16] HAROCHE, Claudine. **Vouloir Dire Faire Dire**, PUL: Lille, 1987. Trad. Brasileira, "Querer dizer, Fazer Dizer" por Eni Orlandi (et all), Hucitec, São Paulo.

[17] "Endereço IP, de forma genérica, é uma identificação de um dispositivo (computador, impressora, etc) em uma rede local ou pública. Cada computador na internet possui um IP (Internet Protocol ou Protocolo de internet) único, que é o meio em que as máquinas usam para se comunicarem na Internet" (Fonte: Wikipedia).

Segundo ORLANDI (2005, p. 51), a individuação pelas leis já representa um assujeitamento menos visível, na medida em que se preserva a ideia de autonomia, liberdade individual. Hoje, podemos falar de um movimento de individuação do sujeito pela tecnologia (DIAS, 2008, p. 29). Esse movimento preserva ainda mais o ideário de liberdade, controle e privacidade quando, na verdade, tais características são cada mais manipuladas com o funcionamento dos algoritmos de personalização de conteúdos, mantendo o efeito de liberdade enquanto a deturpa.

Inferimos que, dado esse funcionamento específico dos filtros no Google, podemos observar os dois momentos do processo de constituição do sujeito: a interpelação e a individuação. Interpelação pelo trabalho atuante da ideologia pelo qual o sujeito se depara com sentidos dominantes que giram em torno da obviedade para aquele sujeito. E individuação na medida em que, pelo funcionamento das técnicas de personalização, as regiões de sentidos atualizadas na tela condizem com um perfil prévio criado para aquele sujeito. Vemos que o sujeito é **dado** previamente pelos **dados** que são armazenados sobre ele, o que nos permite propor a expressão sujeito-dado[18] para contemplar esse sujeito do digital que é duplamente dado. Duplamente na medida em que é constituído por dados, como podemos ver a seguir, com exemplos do que pode ser armazenado pelo Google para que um perfil de usuário seja criado.

[18] Expressão sugerida no momento de qualificação da tese por Cristiane Dias (LABEURB/NUDECRI - UNICAMP), que está compilando uma obra sobre o tema, na qual aborda tal nomeação. Por hora, anotamos que o sujeito-dado pode ser observado no movimento aqui analisado de captura, inscrição e individuação do sujeito provocado pelos filtros, objeto específico deste trabalho, mas também decorre de outros movimentos de análises discursivas que centram-se no sujeito constituído pelo digital. A este respeito, referenciamos os trabalhos autorais de Cristiane Dias que também embasam as discussões ora empreendidas.

Configurações de anúncios

Configurações para Anúncios do Google

Os anúncios ativam serviços e conteúdo da Web gratuitos. Essas configurações ajudam a controlar quais tipos de anúncios do Google são exibidos.

	Anúncios no Google	Anúncios do Google na Web ?
	Pesquisa	Anúncios do Google na Web / YouTube
Sexo	N/D	N/D
Idade	N/D	N/D
Idiomas	N/D	N/D
Interesses	N/D	N/D
Configurações de desativação	Desativar anúncios *com base em interesses* no Google	Ativar anúncios do Google *com base em interesses* em toda a Web Desativar anúncios do Google *com base em interesses* em toda a Web

Visite a Central de Ajuda de Anúncios para o Consumidor para saber mais sobre como o Google oferece anúncios.

O Google cumpre os padrões de privacidade do setor de publicidade. Para saber mais sobre esses padrões, incluindo como desativar os anúncios baseados em interesses oferecidos pelo Google e por outras empresas participantes, visite nossa página Sobre os anúncios do Google.Para desativar permanentemente o cookie da DoubleClick, instale a extensão de desativação da DoubleClick.

© 2014 Google - Página inicial do Google - Privacidade & Termos - Ajuda

Figura 14: Exemplo dos dados que podem ser armazenados

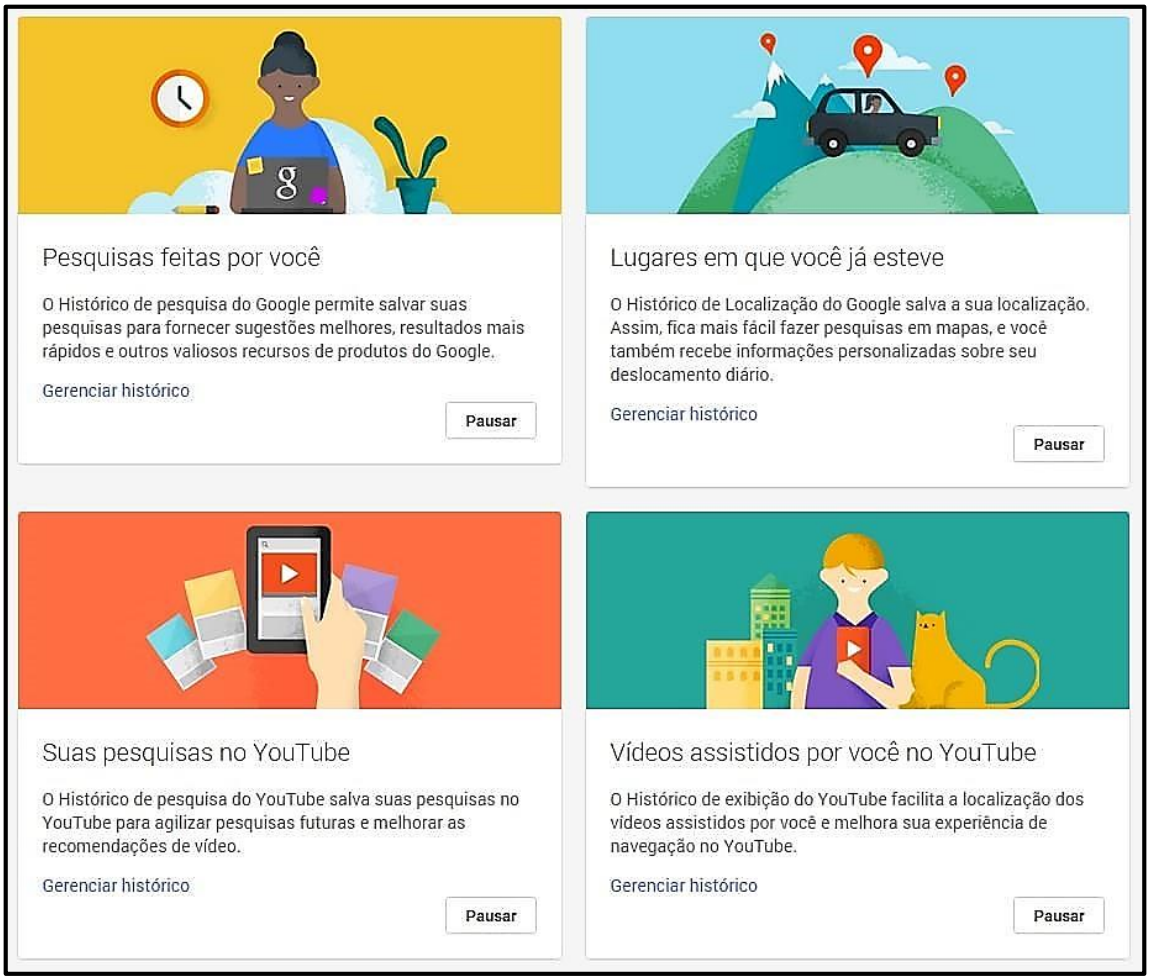


Figura 15: Exemplo dos dados que podem ser armazenados

E, ao ser constituído previamente por dados, o sujeito oriundo desse movimento é dado *a priori* pelos recursos de personalização de conteúdos. Tais recursos mantêm um esforço constante, refinado a cada dia, para que o sujeito interpelado se identifique com a forma-sujeito-dad(o/a), ou seja, o seu perfil criado por tais recursos, como podemos ver, a seguir, na explanação do funcionamento desses recursos no Google.

Figura 16: Definição do Google Dashboard

O Google *Dashboard*, recentemente substituído pelo Google *Account Activity*, é uma espécie de painel de controle do usuário. Nele, o usuário pode ver o que o Google armazena sobre ele e o que faz com isso. É o perfil do usuário feito pelo Google que funciona para todos os serviços do Google e em grande parte da *web*, na medida em que o Google possui inúmeros sites parceiros. Além disso, esse painel possibilita ao usuário editar tais informações para que anúncios, serviços, resultados da busca, entre outros, não sejam influenciados por esse perfil prévio do usuário no Google.

Como vimos anteriormente, falar em sujeito do ponto de vista da AD de linha francesa implica considerá-lo enquanto movimento, o que traz à baila às três modalidades de assujeitamento desenvolvidas por Pêcheux ([1975] 2009), quais sejam: identificação, contra-identificação e desidentificação; que ressaltam o caráter material, ideológico e inconsciente do processo de constituição do sujeito. Ao ir na contra-mão das condições de produção contemporâneas, o sujeito pode não se identificar com seu perfil prévio e não encaixar-se na forma-sujeito oriunda desse processo de individuação, o sujeito-dado. Isso coloca o sujeito na tensa contradição entre a memória e o esquecimento como vimos anteriormente, indiciando um funcionamento em que o sujeito reivindica o direito de ser esquecido nesse espaço de memória metálica que não esquece, não apaga e sempre deixa rastros. Ressaltamos que ao sujeito-dado não cabe ser esquecido, existe sim a possibilidade de ser removido, apagado, mas não esquecido, pois falamos aqui em memória metálica, constituída pela repetição, excesso, armazenamento. Devido a tais características próprias da memória metálica e ressaltando a potência das TIC's, sempre

é possível ser lembrado, na medida em que o funcionamento dessas técnicas se refina a cada dia para que os dados possam ser recuperados. Falamos de uma memória constituída *a priori* para ser recuperada num tempo futuro, não para ser lembrada e trazida de um tempo passado. Ou seja, está no cerne do funcionamento dessas técnicas possibilitar qualquer ação que se queira futuramente. São movimentos diferentes provocados na hiância entre memória discursiva e memória metálica. Na memória discursiva, é preciso esquecer para lembrar, ou seja, o esquecimento está em seu cerne, ela é constituída pelo esquecimento. Já na memória metálica não existe a possibilidade de esquecer, mas sim de deletar, apagar, remover os dados que sempre deixarão rastros possíveis de serem recuperados na medida em que as técnicas se aprimoram.

Diante desse funcionamento específico da memória, instaurado pelas técnicas de personalização de conteúdos e do movimento de individuação do sujeito provocado por tal funcionamento, cabe aprofundarmos a discussão sobre ideologia, condições de produção e materialidade. O funcionamento imbricado desses três conceitos-chave representa a fundamentação do que temos teorizado em torno do funcionamento da linguagem na contemporaneidade.

2 IDEOLOGIA, CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E MATERIALIDADE

Wassily Kandinsk, Squares with concentric circles, 1913

"[...] o risco é simplesmente o de um policiamento dos enunciados, de uma normalização asséptica da leitura e do pensamento, e de um apagamento seletivo da memória histórica: 'quando se quer liquidar os povos', escreve Milan Kundera, 'se começa a lhes roubar a memória.'

(PÊCHEUX, 1997, p. 60)

Delimitamos do quadro conceitual da AD, o conceito de ideologia para fundamentar as discussões decorrentes sobre condições de produção e materialidade no que diz respeito ao funcionamento específico da contemporaneidade. Existem diferentes concepções sobre ideologia em correntes teóricas diversas. Žižek resume essa variedade de concepções da seguinte forma:

> "Ideologia" pode designar qualquer coisa, desde uma atitude contemplativa que desconhece sua dependência em relação à realidade social, até um conjunto de crenças voltado para a ação; desde o meio essencial em que os indivíduos vivenciam suas relações com uma estrutura social até as ideias falsas que legitimam um poder político dominante (ŽIŽEK, 1996, p. 09).

Por isso, especificaremos o funcionamento da ideologia no quadro teórico da Análise do Discurso, fundado por Michel Pêcheux, que se ancora, para teorizar sobre essa noção, nos postulados de Louis Althusser. Esse, por sua vez, incorpora criticamente os pressupostos do materialismo histórico-dialético concebido por Karl Marx. Com isso, temos uma concepção materialista e não-subjetivista do conceito de ideologia. Segundo Žižek, Michel Pêcheux

> deu um toque estritamente linguístico a teoria da interpelação de Althusser. Seu trabalho centra-se nos mecanismos discursivos que geram a "evidência" do Sentido. Ou seja, um dos estratagemas fundamentais da ideologia é a referência a alguma evidência — "Olhe, você pode ver por si mesmo como são as coisas!" ou "Deixe os fatos falarem por si" talvez constituam a arqui-afirmacao da ideologia — considerando-se, justamente, que os fatos nunca "falam por si", mas são sempre levados a falar por uma rede de mecanismos discursivos (ŽIŽEK, 1996, p. 17).

No exemplo a seguir, trazemos uma comparação entre buscas pela palavra Samarco[19] realizadas em novembro de 2015 em dois mecanismos de buscas distintos, a saber: Google e DuckDuckGo.

---

[19] A Samarco Mineração S.A. é uma mineradora brasileira fundada em 1977 e atualmente controlada pela Vale S.A. e pela BHP Billiton, cada uma com 50% das ações da empresa (Fonte: Wikipédia). No dia 05 de novembro de 2015, duas barragens da empresa se romperam acarretando em mortes, danos materiais e ambientais. Os prejuízos foram calculados em mais de R$ 100 milhões. (Fonte: BOGNAR, Ariadne. Disponível em: <http://meexplica.com/2015/11/entenda-a-tragedia-de-mariana-em-minas-gerais/>.)

Figura 17: Página de comparação entre o Google e o DuckDuckGo publicada no Facebook

Figura 18: Continuação da página de comparação entre o Google e o DuckDuckGo publicada no Facebook

Tal comparação foi publicada numa página pública do *Facebook*. Ao observarmos a descrição do *post* e os comentários dos usuários vemos que para o sujeito que publicou o *post* e para alguns dos usuários, os sentidos evidentes para o significante Samarco, nesse contexto, deveriam ser sobre a tragédia ocorrida. No entanto, para alguns dos usuários que comentam o *post*, os sentidos óbvios para a palavra Samarco são realmente aqueles institucionais sobre a marca Samarco. Ou seja, vemos que a evidência e obviedade do sentido se dá para cada sujeito, não havendo, assim, um sentido único, evidente e óbvio.

A noção de ideologia na Análise do Discurso contempla a fundamentação teórica sobre a materialidade discursiva e seu funcionamento. Nesse sentido, Žižek, na citação supracitada, coloca que Pêcheux deu um caráter linguístico à teoria althusseriana da interpelação. Em outras palavras, Pêcheux deu um estatuto discursivo à teoria da interpelação, fundamentando os processos de materialização da ideologia na língua. Desse modo, é possível apreender o funcionamento da ideologia ao analisarmos práticas sociais linguisticamente marcadas que, através de hábitos, usos, designam

> ao mesmo tempo, o que é e o que deve ser [...] É a ideologia que fornece as evidências pelas quais "todo mundo sabe" o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado "queiram dizer o que realmente dizem" e que mascaram, assim, sob a "transparência da linguagem", aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados (PÊCHEUX, 2009, p. 146).

Em mais um exemplo, uma busca realizada no *Google* em 24 de novembro de 2015 antecipa "o que é e o que deve ser" a palavra Samarco, mais ainda, "o que pode e deve ser dito", conforme PÊCHEUX, (2009, p. 147), sobre esse nome: empresa que contrata, onde há vagas, relacionada a Usiminas e ao estado do Espírito Santo (ES).

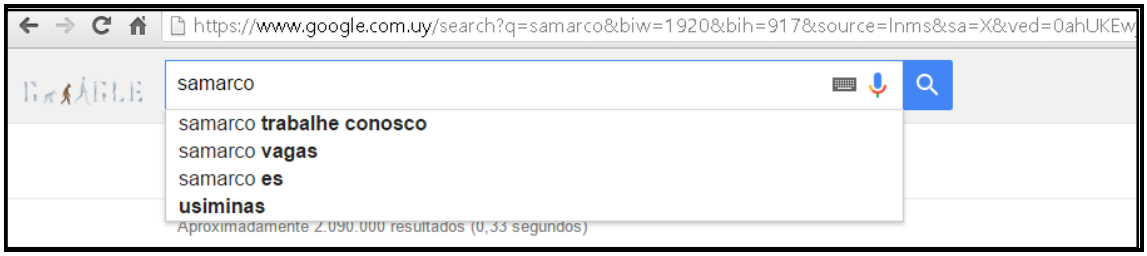


Figura 19: Busca no Google sobre Samarco

Pelo efeito da ideologia, Samarco, nesse exemplo, "quer dizer o que realmente diz": é uma empresa. O que é escamoteado sob a "transparência da linguagem" é o caráter

material do sentido dessa palavra, e aqui remetemo-nos ao materialismo, ou seja, todos os outros sentidos possíveis para a palavra Samarco, decorrentes da conjuntura econômica, social, política e histórica, na qual temos: desastre ambiental, mortes, feridos, desalojados, fome, miséria, injustiça que assolam de maneiras distintas as classes altas e aquelas menos favorecidas. Aqui vemos que o caráter material do sentido das palavras, dada sua fundamentação materialista, decorre do modo de produção e do estado da luta de classes.

Temos, dessa forma, estabelecida no quadro conceitual proposto por Pêcheux, a matriz teórica da concepção de ideologia que é o materialismo. Por essa via se dá o chamado caráter material do sentido que "[...] consiste na sua dependência constitutiva daquilo que chamamos 'o todo complexo das formações ideológicas'" (PÊCHEUX, 2009, p. 146), ou seja, no processo de produção dos sentidos estão imbricados: sujeito, entendido como movimento; língua como estrutura; e história como sedimentação dos processos semânticos. Tecendo as relações entre tais categorias, temos que o indivíduo, interpelado em sujeito pela ideologia, produz sentidos, linguisticamente marcados, que se alinham a uma dada formação social na conjuntura histórica. Conceitualmente, conforme Pêcheux (2009, p. 147): "Chamaremos, então, *formação discursiva* aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito [...]."

Pêcheux exemplifica tais relações ao analisar o funcionamento da ideologia no período do feudalismo, sistema que se estruturava segundo barreiras, partições e delimitações visivelmente marcadas. Conforme Pêcheux,

> [...] as evidências dessa partição do mundo feudal em dois mundos (assegurada por disjunções visíveis, entre as quais as barreiras de língua) supunha referência a um "terceiro mundo" invisível, a um trás-mundo onde a separação se anula: a ideologia religiosa, que dominava a formação sócio-histórica, feudal e monárquica, consistia essencialmente em administrar esta relação com o "alhures" que a funda; ela representava este "alhures", tornando-o visível através das cerimônias e das festas – inscrevendo-se aí os discursos – que colocavam em cena este corpo social unificado, radioso, transfigurado, que manifesta o inexistente constitutivo da sociedade feudal (PÊCHEUX, 1990, p. 10).

Podemos observar, na elucidação supracitada, o modo como os indivíduos, interpelados e inscritos como sujeitos na/da formação social feudal e monárquica, eram

assujeitados pela formação ideológica religiosa de maneira que as relações de dominação, submissão eram veladas e as fronteiras dissimuladas. Se pensarmos no cenário atual, podemos questionar: se no feudalismo, a ideologia religiosa fazia com que as divisões fossem diluídas, hoje, quem a faz? Pautados numa lógica neoliberalista, marcada pela globalização e universalização, vemos que a economia e o Estado asseguram, mesmo que contraditoriamente, a eficácia das relações de poder. Segundo Althusser "[...] a unidade entre os diferentes Aparelhos Ideológicos de Estado está assegurada, geralmente de maneira contraditória, pela ideologia dominante, a da classe dominante" (ALTHUSSER, 1985, p. 74), como poderemos observar no exemplo abaixo:

Quarta-feira, 25 de Novembro de 2015

FACEBOOK
29 de junho de 2015 17h19

Facebook pode rastrear quem usou o filtro arco-íris na foto do perfil

A partir de sexta-feira, 26 milhões de pessoas mudaram a cor de suas fotos de perfil para apoiar a união homoafetiva nos EUA; no entanto, rede social agora consegue saber quem apoia ou não a causa e usar dado, por exemplo, para a venda de anúncios

Por Redação Link

Reprodução/Facebook

Filtro com as cores do arco-íris foi usado por 26 milhões de pessoas em todo o mundo

Figura 20: Notícia sobre o uso das cores de apoio a causa LGBT no perfil do Facebook

Figura 21: Comentários de usuários sobre a notícia supracitada

Trazemos a chamada de uma notícia publicada pelo Blog Estadão[20], na qual foi noticiado o fato de que, ao alterar ou não a imagem de perfil do *facebook* para apoiar, ou não, o casamento homoafetivo, o usuário estaria entrando para as estatísticas da rede social que, com isso, poderia direcionar anúncios. Em seguida, alguns usuários comentam não ter aderido à mudança e que, por isso, estão ilesos, mas fazem isso via *facebook* o que implica em: 1. Também fazer parte das estatísticas da rede como usuário que não apoia a causa, o que pode acarretar também em anúncios direcionados; 2. Ter aceitado os termos de usos, nos quais concorda em fornecer suas informações, receber anúncios direcionados, etc. Vemos que a ideologia dominante é assegurada de maneira contraditória e interpela os indivíduos em sujeito de maneira dissimulada. Devido ao

[20] Disponível em: <http://blogs.estadao.com.br/link/facebook-pode-rastrear-quem-usou-o-filtro-arco-iris-na-foto-do-perfil/>. Acesso em: 25 nov. 2015.

funcionamento da ideologia, tais relações, nos processos discursivos, funcionam a partir de verdades tidas como inquestionáveis. A esse respeito, Pêcheux afirma que

> [...] a relação de classes é dissimulada no funcionamento do aparelho de Estado pelo próprio mecanismo que a realiza, de modo que a sociedade, o Estado e os sujeitos de direito (livres e iguais em direito no modo de produção capitalista) são produzidos-reproduzidos como "evidências naturais" (PÊCHEUX, 2009, p. 134).

Quando falamos em práticas sociais linguisticamente marcadas, remetemo-nos à relação constitutiva entre ideologia, prática social, sujeito e língua; relação essa que se dá a ver no discurso. Nesse sentido, Althusser afirma: "I) Só há prática social através de e sob uma ideologia; II) Só há ideologia pelo sujeito e para sujeitos" (ALTHUSSER, 1983, p. 93 apud PÊCHEUX, 2009, p. 135). Com base nesses princípios, Michel Pêcheux desenvolve, na AD, a tese central da teoria da ideologia proposta por Louis Althusser (1985), qual seja: a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos. Segundo Althusser, esse movimento de interpelação se dá de maneira dissimulada, assegurando o efeito de autonomia e liberdade para os sujeitos, como pode ser observado no exemplo supracitado. Tal efeito é potencializado pelo liberalismo que funciona sob uma "doutrina (desenvolvida desde Locke até Hayek) que se materializa em rituais e aparelhos (liberdade de imprensa, eleições, mercado, etc.) e atua na (auto) experiência 'espontânea' dos sujeitos como 'indivíduos livres'" (ŽIŽEK, 1996, p. 15). Dessa forma, é possível afirmar que "[...] o indivíduo é interpelado como sujeito [livre] para livremente submeter-se às ordens do Sujeito, para aceitar, portanto, [livremente] sua submissão..." (ALTHUSSER, 1985, p. 104). Ao designar Sujeito com S maiúsculo, temos imbricada a noção de sujeito universal, denominado também forma-sujeito que se difere de posição-sujeito. A forma-sujeito, ou Sujeito, representa a conjuntura histórica e, dado sua fundamentação materialista, está diretamente relacionada ao modo de produção. Nos dias de hoje, no contexto brasileiro, por exemplo, temos uma forma-sujeito capitalista, democrata, neoliberal. No entanto, discursivamente, as posições-sujeito podem, ou não, contemplar essa forma-sujeito histórica. Conforme Althusser, "com exceção dos 'maus sujeitos' que provocam a intervenção de um ou outro setor do aparelho (repressivo) de Estado" [...], "a imensa maioria dos (bons) sujeitos caminha 'por si', isto é, entregues à ideologia" (ALTHUSSER, 1985, p. 103).

Para elucidarmos tal movimento, propulsionado pela ideologia, de interpelação dos indivíduos em sujeito, retomamos o esquema proposto por Orlandi (2012, p. 229), levando em conta que em todas as vias do processo pode haver resistências, falhas e equívocos.

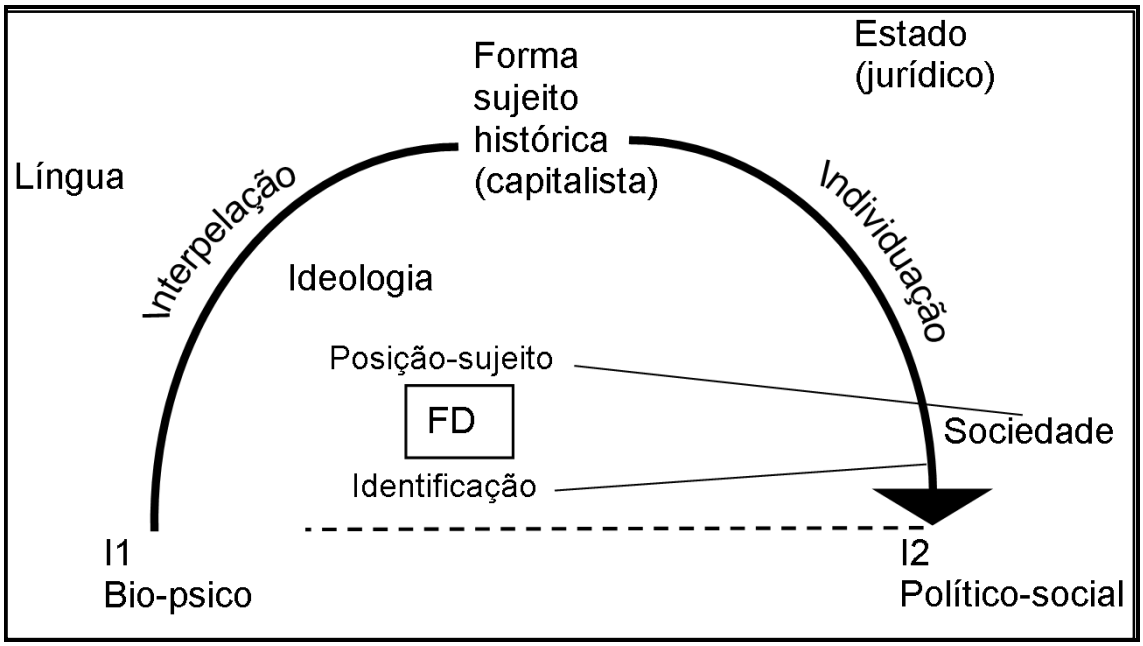


Figura 22: Esquema do processo de interpelação ideológica

No esquema, vemos que o indivíduo, ser humano psico-biológico, se "transforma" em sujeito pelo movimento de interpelação incitado pela ideologia. Tal movimento se dá através de práticas ideológicas regidas por rituais que as inscrevem no interior de um aparelho ideológico de estado (AIE), ressaltando que não há ritual sem falha (PÊCHEUX, 1990, p. 16-17). Nesse ínterim, compreendemos enquanto aparelho ideológico a rede concreta das condições materiais que asseguram o funcionamento da ideologia, quais sejam, conforme Althusser (s/d, p. 43-44):

> - O AIE religioso (O sistema das diferentes Igrejas),
> - o AIE escolar (o sistema das diferentes escolas públicas e particulares),
> - o AIE familiar,
> - o AIE jurídico,
> - o AIE político (o sistema político de que fazem parte os diferentes partidos),
> - o AIE sindical,
> - o AIE da informação (imprensa, rádio-televisão, etc.),
> - o AIE, cultural (Letras, Belas Artes, desportos, etc.).

Com isso, afirmamos que “na ideologia, o que é representado não é o sistema das relações reais que governam a existência dos indivíduos, mas a relação imaginária destes indivíduos com as relações reais em que vivem” (ALTHUSSER, 1980, p. 82). Daí decorre a distinção entre indivíduo e sujeito, conforme Pêcheux, que aponta para a

> [...] discrepância da formulação ‘indivíduo/sujeito’, o paradoxo pelo qual o sujeito é chamado à existência: na verdade, essa formulação evita cuidadosamente a pressuposição da existência do sujeito sobre o qual se efetuaria a operação de interpelação – daí não se dizer: o sujeito é interpelado pela ideologia (PÊCHEUX, 1960, p. 154).

Ou seja, é o indivíduo que é interpelado em sujeito pela ideologia.

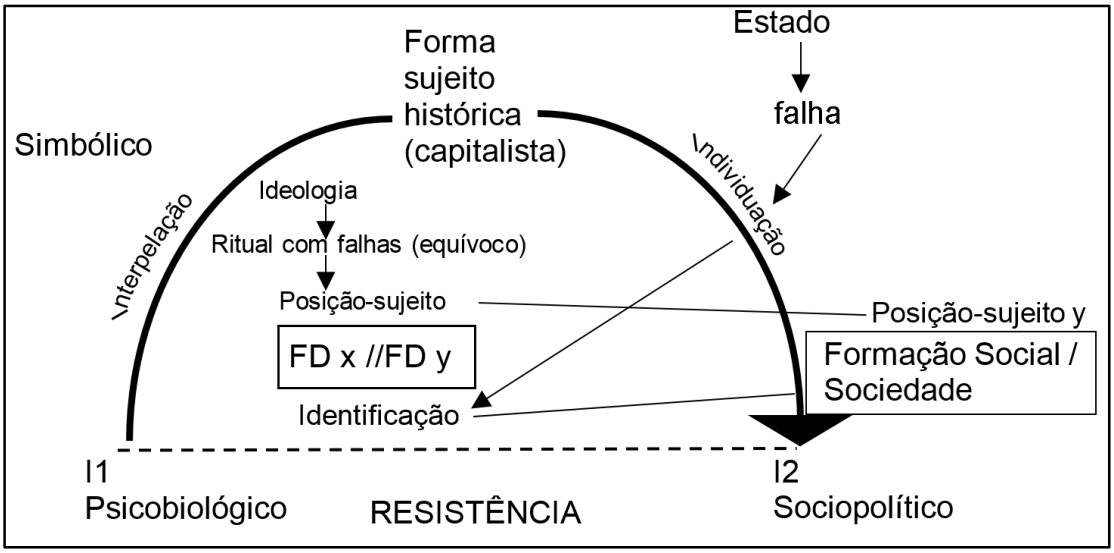
Ao observarmos o discurso em seu funcionamento, apreendemos traços recorrentes da conjuntura sócio-histórica e, também, dos sujeitos que nela se inscrevem para produzir sentidos. O indivíduo, interpelado pela ideologia, ocupa uma posiçã-sujeito, que pode, ou não, corresponder a forma-sujeito histórica, nesse caso, capitalista. Segundo Althusser, “todo indivíduo humano, isto é, social, só pode ser agente de uma prática se se revestir da forma de sujeito. A ‘forma-sujeito’, de fato, é a forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais” (ALTHUSSER, 1978, p. 26). Essa forma-sujeito, por sua vez, passa por processos de individuação na sociedade, sendo o principal deles imposto pelo Estado que, ao dispor-se dos mecanismos jurídicos, assegura ao sujeito identidade, direitos, deveres, liberdade e, assim, o individua. Conforme Althusser, “o Estado sempre penetrou profundamente a sociedade civil (nos seus dois sentidos), não só através do dinheiro e do direito, não só através da presença e intervenção dos seus aparelhos repressivos, mas também através dos seus aparelhos ideológicos” (ALTUSSER, 2005, p. 67). A forma-sujeito, individuada, passa a ocupar posições-sujeito nas formações discursivas, identificando-se ou não com elas e, assim, (re)produzindo sentidos materializados pela língua.

Anotamos, anteriormente, que o movimento de interpelação do indivíduo em sujeito do discurso não consiste em um ritual sem falhas. Para elucidar tal afirmação, remetemo-nos, aqui, às três modalidades de assujeitamento desenvolvidas por Pêcheux ([1975] 2009) a fim de contemplar o caráter material, ideológico e inconsciente do processo de constituição do sujeito, quais sejam: a identificação (PÊCHEUX [1975], 2009, p. 199), a contra-identificação (Idem, p. 199-200) e a desidentificação (Idem, p. 216).

O sujeito, individuado pela conjuntura sócio-histórica, pode tanto se identificar ou se contra-identificar com o Sujeito da FD da qual enuncia. Ao identificar-se, o sujeito produz um efeito de mera reprodução dos sentidos que pouco abre brechas para falhas no processo de enunciação. Segundo Pêcheux, nessa modalidade de assujeitamento, estamos diante de uma

> [...] superposição (um recobrimento) entre o sujeito da enunciação e o Sujeito universal, de modo que a "tomada de posição" do sujeito realiza seu assujeitamento sob a forma do "livre consentimento": essa superposição caracteriza o discurso do "bom sujeito" que reflete espontaneamente o Sujeito (PÊCHEUX, 2009 [1975], p. 215).

Ressaltando que uma identificação plena do sujeito da enunciação com o Sujeito universal não é possível na medida em que é justamente nessa hiância entre um e outro que o sujeito da enunciação se constitui (BECK; ESTEVES, 2012). Ao contra-identificar-se, o sujeito, partindo de uma dada FD, atualiza regiões de sentidos que se colocam em embate com os sentidos dominantes da FD, como podemos observar no esquema abaixo, proposto por Orlandi (2012, p. 229),



Nas palavras de Pêcheux:

> A segunda modalidade caracteriza o discurso do "mau sujeito", o discurso no qual o sujeito da enunciação "se volta" contra o sujeito universal por meio de uma "tomada de posição" que consiste, desta vez, em uma separação (distanciamento,

> dúvida, questionamento, contestação revolta... com respeito ao que o "sujeito universal" lhe "dá a pensar": luta contra a evidência ideológica sobre o terreno dessa evidência, evidência afetada pela negação, revertida a seu próprio terreno (PÊCHEUX, 1997 [1975], p. 215).

E no que tange a terceira modalidade, chamada por Pêcheux de desidentificação, podemos afirmar, não sem ressalvas, que funcionaria "como uma forma de desconstrução daquelas com base em uma integração dialética de conhecimentos objetivos e práticas políticas transformadoras" (BECK; ESTEVES, 2012, p. 151).

Considerando a relação constitutiva entre ideologia, língua, sujeito e prática social, destacamos que, ao pensarmos no funcionamento da ideologia, não estamos nos remetendo a ordem das ideias, do "espírito do tempo", da "mentalidade" e dos costumes de uma época, estruturas tais que poderiam se reproduzir e se impor de maneira homogênea a sociedade (PÊCHEUX, 2009) e acarretar numa concepção representativista do conceito. Segundo Žižek, "[...] o conceito de ideologia deve ser desvinculado da problemática 'representativista': a ideologia nada tem a ver com a 'ilusão', com uma representação equivocada e distorcida de seu conteúdo social" (ŽIŽEK, 1996, p. 12). Falamos, sobretudo, do mecanismo que, ao interpelar o indivíduo em sujeito do discurso, naturaliza os sentidos por ele enunciados, tornando-os óbvios e evidentes de serem produzidos em dada posição-sujeito e em dada conjuntura sócio-histórica específicas. Ressaltando que a evidência e obviedade são efeitos para o sujeito.

No que tange aos Aparelhos Ideológicos, temos um funcionamento específico da ideologia que, para ser eficaz, legitima as relações de poder de maneira que permanecem veladas. A este ponto, Žižek coloca a máxima de que "é muito fácil mentir sob o disfarce da verdade" (ŽIŽEK, 1996, p. 14), ou seja, para que se efetuem com êxito, as relações de poder não se valem de mentiras ou ilusões, mas sim de verdades tidas como inquestionáveis, óbvias e evidentes, retomando aqui, como vimos, o modo como se dá tais verdades no processo de interpelação. Nesse ponto, é importante acrescentarmos que não existe nenhuma linha demarcatória clara que separa a ideologia e a realidade, a ideologia já está em ação em tudo o que vivenciamos como realidade (ŽIŽEK, 1996, p. 22).

Diante disso, a fim de observarmos o funcionamento da ideologia no tecido da sociedade contemporânea, buscamos no quadro conceitual da AD as teorizações necessárias sobre condições de produção e materialidade discursiva.

Ao citar Georges Canguilhen[21], Pêcheux, em Ler o arquivo hoje, coloca que inúmeros são os que se interrogam sobre os rumos de certas sociedades de informática, acreditando discernir nisso uma potencialidade de técnicos que acarreta, em última análise, na normalização do pensamento (PÊCHEUX, 1997, p. 60). É sob esta ótica que propomos considerar as condições de produção contemporâneas e suas materialidades peculiares. Ao pensarmos no funcionamento da linguagem na contemporaneidade, perpassado pelas TIC's, a noção de materialidade discursiva emerge como crucial. É pela influência materialista que se chega, na Análise do Discurso, a noção de materialidade discursiva, compreendendo o materialismo da seguinte forma:

> O materialismo histórico é termo criado por Engels para designar a doutrina de Karl Marx, segundo a qual os fatos econômicos estão na base e são a causa determinante dos fenômenos históricos e sociais. O materialismo dialético engloba o materialismo histórico. Considera o universo como um todo, formado de matéria e movimento, engajado em uma evolução ascendente que atinge níveis e graus de complexidade quantitativa[22] que, por uma transformação brusca, produz mudanças qualitativas completamente novas (ORLANDI, 2012, p. 71).

Com base nisso, quando falamos em matéria, tocamos naquilo que constitui o discurso, algo que o materializa e o torna observável no funcionamento de um sistema, no caso, o sistema capitalista. Por essa via, cabe distinguir matéria e forma. Orlandi (2012) coloca que matéria é a substância suscetível de receber uma forma. A esse respeito é importante ressaltar que não se trata, apenas, de um suporte ou de algo acabado. Com base no materialismo, o mundo não pode ser considerado um complexo de coisas acabadas, mas um processo onde as coisas e os conceitos estão em incessante movimento gerado por mudanças qualitativas (ORLANDI, 2012, p. 73). É nessa direção que podemos falar em materialidade discursiva, como processo em que estão imbricados matéria, forma, sujeito e condições de produção.

Com base nos postulados saussurianos, a língua é forma e tem sua própria ordem. Nesse sentido, retomando Pêcheux, a matéria específica da ideologia é o discurso e a

---

[21] G. Canguilhem, Le cerveau et la pensée, Cours Publics de MURS, 20 de fevereiro de 1990, p. 1.

[22] "Gostaria de lembrar aqui que, em meus trabalhos sobre cidade, quando falo da quantidade como estruturante, estou tomando a perspectiva materialista, logo, estão implicados, a matéria, o movimento e as mudanças qualitativas" (ORLANDI, 2012, 71).

matéria específica do discurso é a língua (PÊCHEUX, 1975). E nesse ponto, língua como matéria específica do discurso, Orlandi assinala que específica não significa dizer única.

> Não se pode ignorar a existência deste "específica" sob a pena de reduzir a questão da materialidade do discurso à língua. Por outro lado, tampouco não se pode reduzir a importância, dada a língua, como materialidade específica de efeitos de sentidos dos processos discursivos (ORLANDI, 2012, p. 83).

Ainda assim, repousa sobre a língua uma grande importância enquanto materialidade do discurso. E por isso cabe a reflexão:

> Mas o que é a língua separada do discurso? O anterior ao discurso é realmente a língua, ou não seria de preferência um discurso antecedente? A língua, simples repertório de conceitos isolados, separada do discurso (da fala) é uma abstração. A audácia de Saussure consiste em tratar essa abstração como uma matéria-prima. Não teria havido língua – para o linguista – se os homens não tivessem anteriormente discursado (STAROBINSKI, 1974, p. 12).

Nesse sentido, a língua é tomada como o lugar material em que se realizam os efeitos de sentidos, dá as condições materiais de base do processo discursivo (ORLANDI, 2012). Por essa via, afirmamos que materialidade discursiva é o nível de existência sócio-histórica que remete às condições verbais de existência dos objetos (PÊCHEUX, 2011) e, por isso, implica processo, ou seja, implica pensar a matéria no sistema. Segundo ORLANDI (2005, p. 53), "quando dizemos materialidade, estamos justamente referindo à forma material, ou seja, a forma encarnada, não abstrata nem empírica, onde não se separa forma e conteúdo: forma linguístico-histórica, significativa". Estritamente relacionado ao conceito de materialidade discursiva e à reflexão ora empreendida, temos a noção de condições de produção. Nas palavras de Orlandi,

> As condições de produção incluem, pois os sujeitos e a situação. A situação, por sua vez, pode ser pensada em seu sentido estrito e em sentido lato. Em sentido estrito ela compreende as circunstâncias da enunciação, o aqui e o agora do dizer, o contexto imediato. No sentido lato, a situação compreende o contexto sócio-histórico, ideológico, mais amplo. Se separamos contexto imediato e contexto em sentido amplo é para fins de explicação, na prática não podemos dissociar um do outro, ou seja, em toda situação de linguagem, esses contextos funcionam conjuntamente (ORLANDI, 2006a, p. 15).

Com isso, tecer reflexões sobre a Internet enquanto espaço de significação, implica em considerarmos as condições de produções, ou seja, tanto o contexto imediato quanto o contexto amplo. O espaço da Internet tem materialidades discursivas peculiares estreitamente imbricadas com condições de produção também peculiares. Em linhas gerais, pelo funcionamento da ideologia, temos no contexto imediato um espaço que, aparentemente, poderia dar liberdade aos sujeitos que nele se inscrevem. Liberdade na medida em que sustenta o mito da facilidade de acesso, que instaura a ilusão de que a rede está disponível para todos; o mito da total disponibilização de qualquer tipo de conteúdo, promovendo a ilusão de que os traços da censura, da hierarquia social, são nesse espaço diluídos; o mito da completude, que faz acreditar que nesse espaço se cabe tudo; o mito da proteção da identidade, diante do qual acredita-se na possibilidade de anonimato assegurada pela proteção da tela da máquina; enfim, são vários os efeitos provocados pela funcionamento contraditório da ideologia nesse espaço discursivo que é a Internet.

No entanto, no sentido lato, temos que considerar o contexto sócio-histórico-ideológico mais amplo, marcado por características peculiares da contemporaneidade, num contexto capitalista globalizado neoliberalista, cuja lógica de mercado é disseminada por vários âmbitos, não apenas no que tange à economia. Temos arraigado também as hierarquias próprias do sistema, que se pauta numa lógica que se pretende dicotômica entre dominador e dominado. Segundo Orlandi,

> Como o Estado capitalista funciona pelo jurídico, esta forma sujeito funciona com seus direitos e deveres. O Estado, por sua vez, cumpre o seu modo de funcionamento, capitalista, individualizando o sujeito pela prática de suas Instituições e Discursos. E aí temos a forma sujeito individualizada, constituindo-se como um sujeito ao mesmo tempo livre, dono de sua vontade, e responsável. Liberdade e submissão, ser determinador e ser determinado, eis a contradição que o sujeito assume em seu próprio modo de funcionamento na ideologia capitalista (ORLANDI, 2010, p. 3).

Tais contradições ganham corpo com a inserção das TIC’s em praticamente todos os âmbitos da vida diária. As contradições entre liberdade e submissão, dominador e dominado, controle e descontrole, entre outras que, a princípio, podem parecer tão evidentes parecem funcionar de maneira ainda mais veemente com o uso das TIC’s e, concomitantemente, cada vez mais velada. Acerca disso, vale lembrar que está no cerne do funcionamento das TIC’s conceitos como familiaridade, previsibilidade, ubiquidade, entre outros, levados à risca e cada vez mais refinados pelas teorias de engenharia de

software e de interação homem-máquina. A aplicação de tais conceitos faz com que as tecnologias computacionais passem a fazer parte do tecido da vida cotidiana (WEISER, 1991), tal como a tecnologia da escrita e da energia elétrica. Quanto maior o refinamento das técnicas para que tais conceitos sejam aplicados, mais as TIC's funcionam de tal modo que desaparecem no pano de fundo dos contextos de utilização. Dessa forma, atuam como uma "presença constante em diversas instâncias da vida contemporânea, sem demandar maior esforço cognitivo para sua utilização; tecnologias que 'desaparecem' no ambiente, sendo mais percebidas quando estão ausentes da cena do que pela sua presença constante" (PINHEIRO; SPITZ, 2007, p. 01).

Vemos que a essência desses conceitos, no campo da computação, está em fazer com que o uso das TIC's seja de tal modo inserido no dia-a-dia das pessoas e de tal modo intuitivo que, em última instância, o indivíduo nem percebe que está usando. Tal funcionamento traz atualidade para a afirmação de Pêcheux: "do médium em transe que se tornou visível pela sua voz na Alemanha radiofônica de 1933, até os fantasmas audiovisuais das mídias contemporâneas, que progressos na arte de fazer marchar as massas, produzindo-lhes o invisível!" (PÊCHEUX, 1990, p. 19). Decorrente disso, podemos observar implicações no que tange ao controle e ao poder exercido pelas grandes corporações de tecnologia, sobretudo porque a proporção de tamanha inserção das TIC's é naturalizada, na medida em que, como vimos, essa inapreensão por parte do usuário está no cerne mesmo de seu funcionamento. Pouco de todo esse alcance das TIC's, sua proporção e o que disso decorre é, por vezes, questionado em "[...] formulações cotidianas do tipo 'a rede está lenta', 'a net está fora do ar', 'a internet não tá funcionando direito', 'o sinal está fraco'" como coloca e problematiza ROMÃO (2011, p. 146). Segundo a autora, em tais estranhamentos causados pela ausência ou falha das TIC's, podemos observar uma "personificação da rede como se ela portasse em si mesma a dimensão de seu funcionamento e suprisse a si mesma sem a interferência de um grupo gestor de seu funcionamento" (Idem), efeito ancorado pelos princípios computacionais supracitados. Ainda segundo a autora,

> Em "há problemas de conexão", "servidor fora do ar", as orações sem sujeito fazem falar outro modo de dizer do digital, como se ele funcionasse apenas pela via do tecnológico, apresentando problemas e soluções advindas tão somente do bom (ou mau) funcionamento do sistema. Nessas sequencias discursivas e em tantas outras referidas à rede eletrônica, persistem os efeitos do técnico, do sistêmico, do tecnológico, o que escamoteia o político

> e deixa, fora de pauta, a política de gerenciamento de arquivo (ROMÃO, 2011b, p. 146).

Nesse ínterim, cabe ressaltar nas mãos de quem está o controle de tamanho alcance e proporção do uso das TIC's. A esse respeito, Žižek (2011, p. 9) afirma que:

> [...] não é só a tecnologia que é controlada, mas também a escolha e a acessibilidade do conteúdo. [...] cada vez mais uma única empresa ou corporação detém todos os níveis do cibermundo, desde o hardware individual (computador, iphone...) e o da "nuvem" (armazenamento dos programas e dados acessíveis) até o software em toda as suas dimensões (programas, material em áudio e vídeo etc.). Portanto, tudo é acessível, mas mediado por uma empresa que possui tudo, software e hardware, dados e computadores.

No caso específico do nosso objeto de análise, os filtros na Pesquisa Google, sabemos que a Google atua em vários âmbitos da forma como apontada por Žižek. Listas dos muitos serviços prestados pela Google já foram divulgadas e debatidas. A atuação da empresa passa por desenvolvimento de *softwares* de produtividade, *softwares* de publicação, sistemas operacionais, fabricação de celulares, *laptops*, mapas, vídeos *online*, compras, pagamentos, redes sociais, bate-papos e mensagens, telecomunicações, tecnologias futurísticas, saúde e publicidade[23]. Com tamanha abrangência, quando pensamos o acesso à rede vemos que "o espaço dos acessos fica, assim, do tamanho não dos anseios do navegador em deslizar na rede, mas do quanto os gestores do arquivo permitem que assim seja. Esse limite coloca em cena o político na trama do desenvolvimento tecnológico [...]" (ROMÃO, 2011b, p. 144).

Fruto do neoliberalismo, o poder dessas grandes corporações de tecnologia é regido por regras próprias, sendo na maioria das vezes o Estado incapaz de intervir nesse espaço que é a Internet. Expressões como "política de privacidade", "termos e condições de uso" nos mostram o potencial de se autorreger que os gigantes da rede têm e a falta de escolha por parte dos usuários, como podemos observar no recorte destacado a seguir:

---

[23] ESTES, Adam Clark. Os muitos caminhos que o Google segue para tentar dominar o mundo. 21 jul. 2013. Disponível em: <http://gizmodo.uol.com.br/google-quer-dominar-o-mundo/>. Acesso em: 28 dez. 2014.

Figura 23: Notificação sobre os Termos e Política de Dados do Facebook

Tais políticas que, *a priori*, apenas servem para normatizar o uso de um serviço prestado, *a posteriori* vão além e asseguram a autonomia dessas grandes corporações. Ações como a criação da Lei do Direito ao Esquecimento, na Espanha, do Marco Civil da Internet no Brasil, os projetos SOPA[24] e PIPA[25], a Conferencia WCIT[26] organizada pela ONU, entre outras inúmeras iniciativas, mostram o esforço do jurídico em adentrar esse território que é a Internet. Nesse espaço, que anunciadamente é público, impera a lógica do privado, contradição que pode ser observada na própria expressão "política de privacidade" em que uma empresa privada define políticas e leis, o que seria função do Estado e que, a *priori*, estaria a serviço do público e na esfera pública. No entanto, trata-se de uma política do privado.

Com isso, vemos que as condições de produção operam as leis de modo diferente, pela lógica do mercado. O espaço da Internet não é regido pelo Estado como qualquer espaço público, mas sim pelas corporações. São as corporações que impõem as leis. Vemos que o espaço da Internet fica no âmbito do privado e, dessa forma, resta ao Estado apenas a função de reger o que é público, exceto em regimes totalitários nos quais o Estado tem autonomia de vigiar e punir atos ocorridos em espaços privados. Na Internet

[24] *Stop Online Piracy Act*
[25] *Protect Intellectual Property Act*
[26] *World Conference on International Telecommunications (WCIT)*

as funções de regular, coibir, punir ações são exercidas pelas corporações e não pelo Estado.

Levando em conta tais condições de produção, ao pensarmos a Internet enquanto um espaço de significação, retomamos Orlandi (2010) quando diz do discurso eletrônico para falar do "discurso da automação" com condições de produção e materialidade específicas. Refletir sobre uma materialidade específica, neste caso o digital, não significa apenas transportar conceitos da AD. Isso reduziria a análise à uma mera observação de conceitos próprios da AD nessa materialidade, considerando-a apenas como mais um objeto de análise, como qualquer outro. Para não incorrer nisso, é preciso levar em conta, *a priori*, as especificidades dessa materialidade para que, a partir daí, se reflita sobre os efeitos de sentidos. Nas palavras da autora,

> [...] não significa que possamos apenas "transportar" conceitos e noções e mesmo formas de análise do quadro teórico a que nos dedicamos, mas que essas noções, conceitos, procedimentos são pontos de apoio para interrogarmos a estrutura e funcionamento das novas tecnologias. Desencadeiam um procedimento heurístico (ORLANDI, 2012, p. 69).

Tendo em vista a fundamentação teórica apresentada sobre ideologia, materialidade discursiva e condições de produção, chamamos atenção para o imbricamento desses conceitos no funcionamento discursivo das TIC's na contemporaneidade. Ideologicamente, o efeito discursivo que marca o uso das TIC's é o de que, nos dias de hoje, é impossível viver sem tais recursos tecnológicos cada vez mais avançados. Redes sociais, *apps*[27], *gadgets*[28], surgem, de fato, de demandas de um sujeito, por natureza, faltante, e funcionam de modo a tamponar os furos, as falhas e as contradições que são constitutivos dos sujeitos e inerentes a linguagem. Tais recursos, como vimos, funcionam com uma eficácia cada vez mais avançada ao lançar mão de técnicas de inteligência artificial, redes neurais, engenharia de *software*, entre outros, o que traz à tona a contradição entre a falha e a eficácia: tamanha potência e eficácia das técnicas vêem a tamponar o que muito falha, que é da ordem dos sujeitos e/do discurso, ou seja, muita eficácia pressupõe muitas falhas.

---

[27] Termo em inglês popularmente utilizado para denominar os aplicativos, em geral, para aparelhos eletrônicos portáteis.

[28] Termo em inglês popularmente utilizado para denominar dispositivos eletrônicos que são anexados às máquinas ou ao corpo. Sobre os efeitos discursivos desse uso, ver GIORGENON, 2014; 2015.

Ressaltamos que todo esse funcionamento discursivo se insere na conjuntura neoliberalista e se engendra, portanto, segundo tal. A popularização e massificação do acesso aos recursos tecnológicos é uma realidade que gera lucros vultuosos, o que na conjuntura política significa relações de poder bastante sólidas. Temos, dessa forma, o funcionamento da rede concreta de condições materiais, supracitada nos termos althusserianos, de funcionamento da ideologia.

Inferimos que os recursos de filtragem e personalização de conteúdos na pesquisa Google, objeto de nosso estudo, nos dá a ver, materialmente, o movimento de interpelação ideológica do sujeito que ocorre de modo a não ser apreendido e do qual não se escapa.

3.1 Filtros na rede: o que são e como funcionam

Iniciamos essa sessão com um infográfico elaborado pela Google a fim de ilustrar o funcionamento de seu mecanismo de busca e em que momento funciona a personalização de conteúdos.

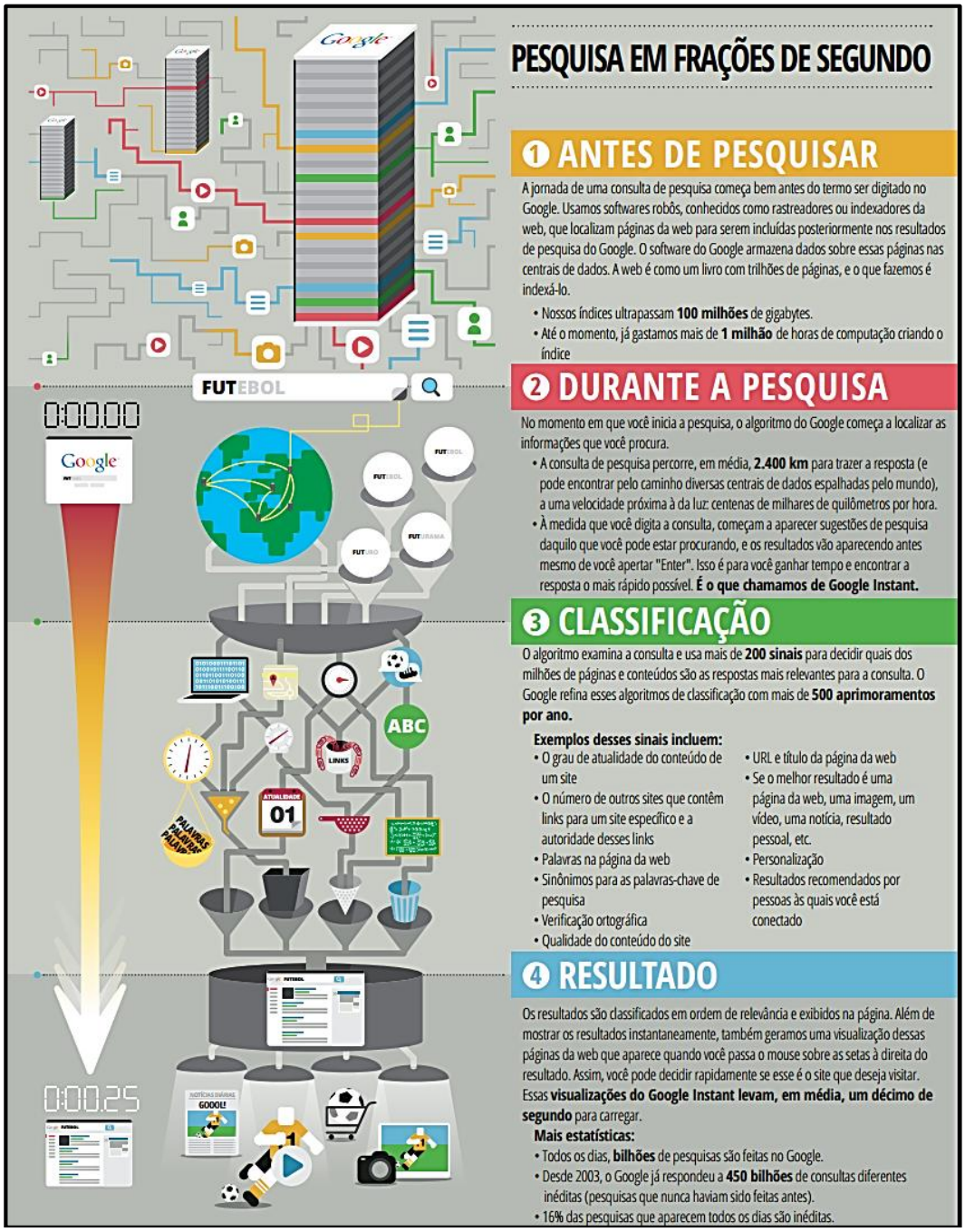


Figura 24: Como funciona a Pesquisa Google
Fonte: < http://static.googleusercontent.com/media/www.google.com/pt-BR//intl/pt-BR/insidesearch/howsearchworks/assets/searchInfographic.pdf>

Podemos observar que os recursos de personalização na pesquisa Google funcionam como um filtro de informações relevantes para cada usuário. Para que esse filtro funcione, são utilizadas várias técnicas, cujas mais conhecidas são: identificação do endereço IP (*internet protocol*); coleta de informações através da instalação de *cookies*, de *login*, etc.; e acesso ao histórico de navegação. Essas técnicas são as que mais se relacionam com a experiência particular de cada usuário, outras técnicas, com maior

abrangência, também são empregadas como, por exemplo, análise dos padrões de utilização de pessoas que acessam o Google diariamente. Sobre a identificação do endereço IP, consiste em identificar o número com o qual o computador está identificado na rede, para que, a partir dele, seja identificada a localização geográfica do usuário. Esta técnica irá filtrar para o usuário apenas informações locais no caso de pesquisas sobre lojas, restaurantes, shows, etc. Segundo exemplificação da própria Google, esse recurso funciona da seguinte forma:

> Se você mora em São Paulo, com certeza não precisará de um encanador de Salvador (imagine o valor que ele cobrará). É por isso que com frequência oferecemos os resultados com base no local onde você se encontra. Uma das maneiras que podemos fazer isso é usando seu endereço IP, um código numérico que nos informa de maneira aproximada onde seu computador está, cidade ou região, para que seus resultados de pesquisa não levem em conta encanadores de outras regiões do país, por exemplo (GOOGLE, 2012, s.p.).

Tem-se, dessa forma, um filtro de localização geográfica.

Com relação à coleta de informações, essa pode ocorrer por meio de *proxies*, agentes de *software*, identificadores de sessão, *login* e *cookies*, sendo as duas últimas as mais comuns. Essa coleta de informações é feita de duas formas: explícita e implícita. Na coleta explícita, o próprio usuário fornece seus dados por meio de formulários HTML (*Hipertext Markup Language* – Linguagem de Marcação de Hipertexto). Estes dados geralmente são informações demográficas como nome, endereço, cidade, sexo. Já na coleta implícita, são usados vários métodos para obter dados pessoais e informações que podem ser extraídas com base nas atividades do usuário na *Internet*, sem que haja necessidade de intervenção desse (MANZATO, 2011, p. 93). As técnicas mais comuns nesse método de coleta é o acesso ao histórico de navegação e a instalação de *cookies*.

> Um "cookie" é um pequeno arquivo que contém uma linha de caracteres e que é enviado ao seu computador quando você acessa um site. No Google, nós usamos cookies para melhorar a qualidade do nosso serviço e compreender melhor como as pessoas interagem conosco (GOOGLE, 2012, s.p.).

E com relação ao acesso ao histórico de navegação do usuário, consiste em mecanismos que armazenam as páginas visitadas, considerando o tempo gasto e frequência de acesso para se inferir o nível de interesse do usuário (MANZATO, 2011,

p. 93). Por fim, ainda entre as técnicas mais utilizadas para personalização dos conteúdos na busca *Google*, encontra-se a análise de padrões de utilização de milhões de pessoas que acessam o *Google* todos os dias. Segundo explicação da própria companhia,

> É a partir desses padrões de pesquisa, por meio de nossos dados de registro, que nossos engenheiros podem melhorar os algoritmos de pesquisa que determinam a ordem em que os resultados aparecerão. Se nossos engenheiros perceberem que as pessoas estão clicando consistentemente no principal resultado de uma consulta específica, eles saberão que estão fazendo algo de certo. No entanto, se as pessoas estiverem acessando a página seguinte de resultados, ou digitando outra consulta, eles saberão que não estão apresentado os resultados que as pessoas estão buscando e poderão tomar medidas visando aperfeiçoar os algoritmos de pesquisa (GOOGLE, 2012, s.p.).

Atualmente, o Google, com o *Google Search* (Pesquisa Google) tem prevalência entre os buscadores do mercado, conforme mostram os dados abaixo compilados pela *comScore*[29], o que o faz ocupar um papel considerável no que tange ao funcionamento da linguagem instaurado por seus mecanismos.

Tabela 1: *comScore Releases July 2013 U.S. Search Engine Rankings*. Fonte: <http://www.comscore.com/por/Insights/Press_Releases/2013/8/comScore_Releases_July_2013_U.S._Search_Engine_Rankings>

comScore Explicit Core Search Share Report **July 2013 vs. June 2013** **Total U.S. – Home & Work Locations** **Source: comScore qSearch**			
Core Search Entity	**Explicit Core Search Share (%)**		
	Jun-13	**Jul-13**	**Point Change**
Total Explicit Core Search	*100.0%*	*100.0%*	*N/A*
Google Sites	66.7%	67.0%	0.3
Microsoft Sites	17.9%	17.9%	0.0
Yahoo! Sites	11.4%	11.3%	-0.1
Ask Network	2.7%	2.7%	-0.1
AOL, Inc.	1.3%	1.2%	-0.1

Partindo dessa estrutura e funcionamento, passamos a seguir a refletir sobre os efeitos discursivos dessas técnicas, tendo em vista que, em grande parte das vezes, o

[29] Empresa líder de estatísticas do mundo digital.

funcionamento desses recursos se dá de modo que o sujeito-navegador não se dá conta de tamanho direcionamento de conteúdos. Para a maior parte dos sujeitos-navegadores, “[...] na web sabe-se que há filtros, mas nada mais há do que pistas sobre o modo de funcionamento de tais filtros em sites de busca” (ROMÃO; FERREIRA; DELA-SILVA, 2011, p. 15).

3.2 Efeitos discursivos dos filtros: entre o controle e a dispersão

Considerando como constitutivas as condições de produção contemporâneas e as materialidades que lhes são próprias, propomos pensar o funcionamento discursivo dos filtros. Ao refletir sobre a leitura de arquivo, Pêcheux dizia que

> [...] gestos incansavelmente repetidos (de cópia, transcrição, extração, classificação, indexação, codificação etc.) constituem também uma leitura, mas uma leitura impondo ao sujeito-leitor seu apagamento atrás da instituição que o emprega: o grande número de escrivãos, copistas e "contínuos", particulares e públicos, se constituiu, através da Era Clássica e até nossos dias, sobre esta renúncia a toda pretensão de "originalidade", sobre este apagamento de si na prática silenciosa de uma leitura consagrada ao serviço de uma Igreja, de um rei, de um Estado, ou de uma empresa (PÊCHEUX, 1997, p. 57).

Partindo desses pressupostos teorizados por PÊCHEUX (1997) para pensarmos o funcionamento discursivo dos algoritmos na Internet hoje, podemos dizer que os gestos, hoje, são repetidos ainda mais, pois não mais se cansam, na medida em que são executados por máquinas, o que potencializa o efeito apontado por PÊCHEUX (1997). Sobretudo com o funcionamento dos algoritmos de personalização de conteúdos, podemos observar que as possibilidades de gestos originais de leitura são escamoteadas pela instantaneidade dos mecanismos de busca, como veremos nas análises. Tal gesto de leitura, em grande parte fadado a repetição, é impulsionado pelo funcionamento dos filtros que, no caso do mecanismo de busca do Google, é a cada dia mais refinado. Ao refletir sobre isso, PARISER (2012) nos lembra do conceito de serendipidade:

> A palavra serendipidade surgiu do conto de fadas “Os três príncipes de Serendip”, que constantemente saem em busca de uma coisa e encontram outra. Para os pesquisadores que estudam a inovação pela perspectiva evolutiva, esse elemento de acaso aleatório não é apenas fortuito, é necessário. A inovação precisa da serendipidade (PARISER, 2012, p. 88).

Vemos que, discursivamente, os filtros nos resultados da Pesquisa Google e os gestos de repetição dos escrivãos e copistas da Era Clássica apontados por Pêcheux, possuem o mesmo efeito: uma leitura que promove o apagamento do sujeito-leitor e que renuncia, diante desse apagamento, toda pretensão de "originalidade", pela prática silenciosa de um gesto de leitura, nesse caso, propulsionado por uma empresa. É por essa via que chamamos atenção para o fato de que "[...] o comando da tecnologia na atualidade (das casas de memória anteriormente e dos gestos de leitura de arquivos desde a Idade Média) é o epicentro de uma forma particular de inscrição de poder, seja de grandes grupos econômicos, seja de instituições diversas" (ROMÃO, 2011, p. 149).

Diante disso, ressaltamos que pensar a materialidade discursiva do digital implica em pensarmos um processo em que a forma significa sócio-historicamente, ou seja, como vimos, forma material encarnada, não abstrata nem empírica, mas sim forma e conteúdo imbricados, forma linguístico-histórica significativa (ORLANDI, 2005, p. 53). Pensar a Internet, então, em sua materialidade discursiva, implica considerar sua forma especifica, o funcionamento que lhe é próprio e, como vimos, as condições de produção contemporâneas. No que tange a forma, sabemos que a Internet se estrutura em rede. Abaixo podemos ver alguns mapas e representações gráficas que mostram a topologia em rede da Internet:

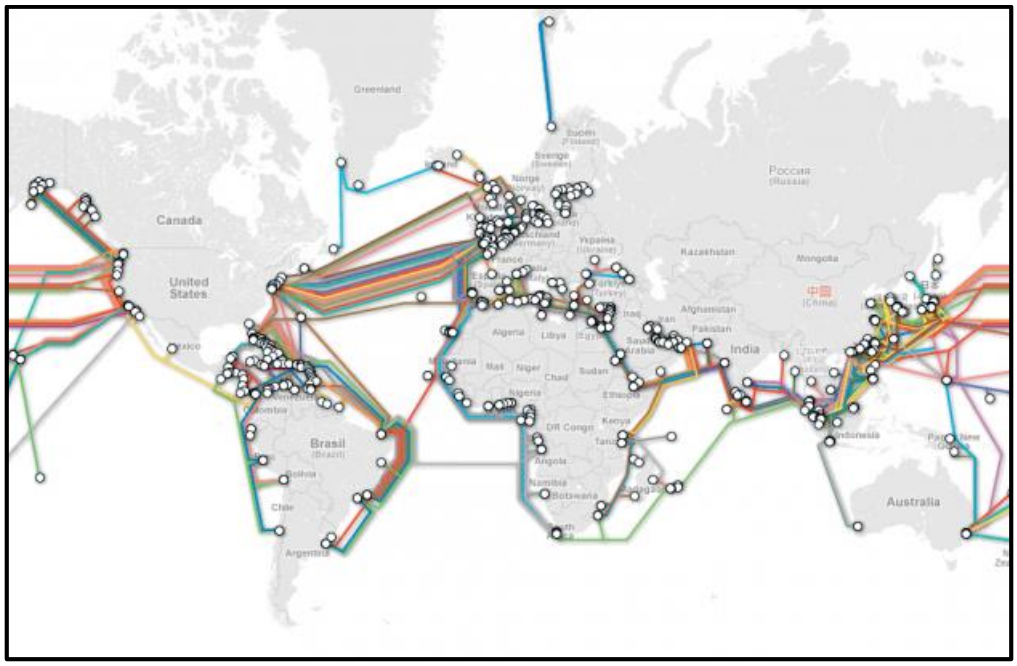


Figura 25: Mapa de cabos que dão acesso à Internet no mundo
Fonte: <http://www.submarinecablemap.com/#/>

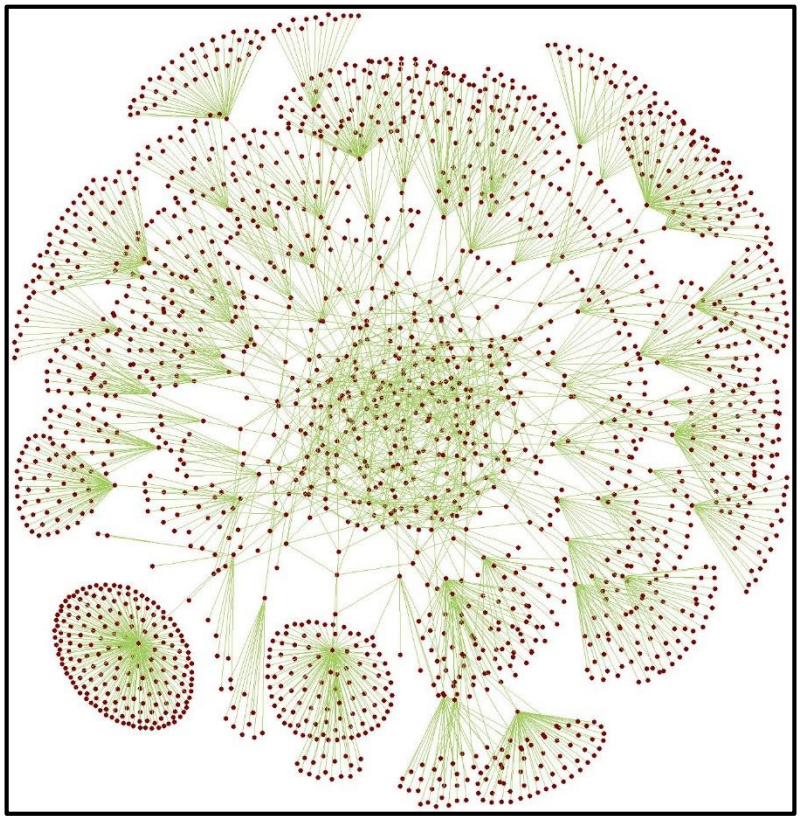


Figura 26: Modelo de topologia da Internet desenvolvido por Priya Mahadevan [et all] da Universidade de San Diego
Fonte: <http://cseweb.ucsd.edu/~vahdat/papers/sigcomm07.pdf>

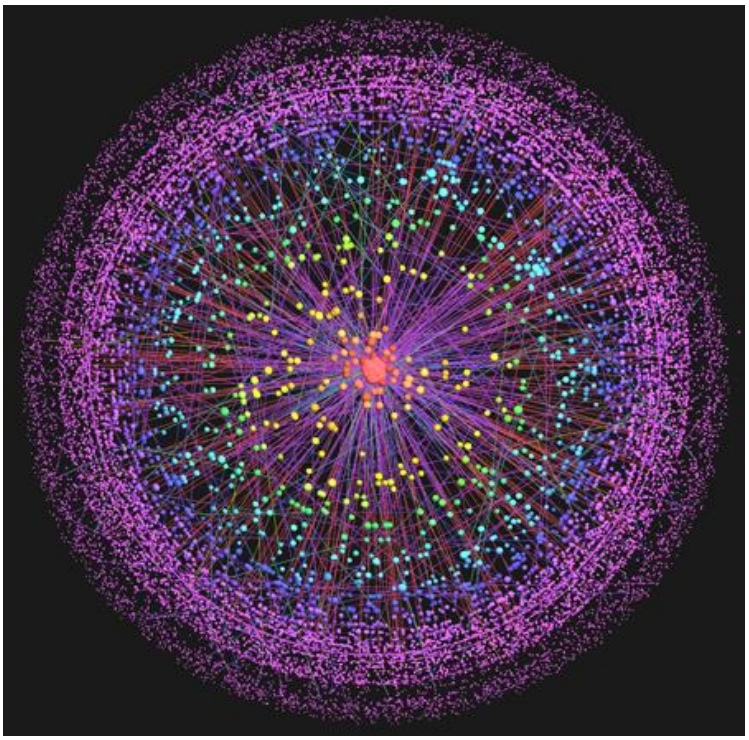


Figura 27: Modelo de topologia da Internet desenvolvido pela equipe de Shai Carmi da Universidade Bar Ilan de Israel
Fonte: <http://www.pnas.org/content/104/27/11150.full>

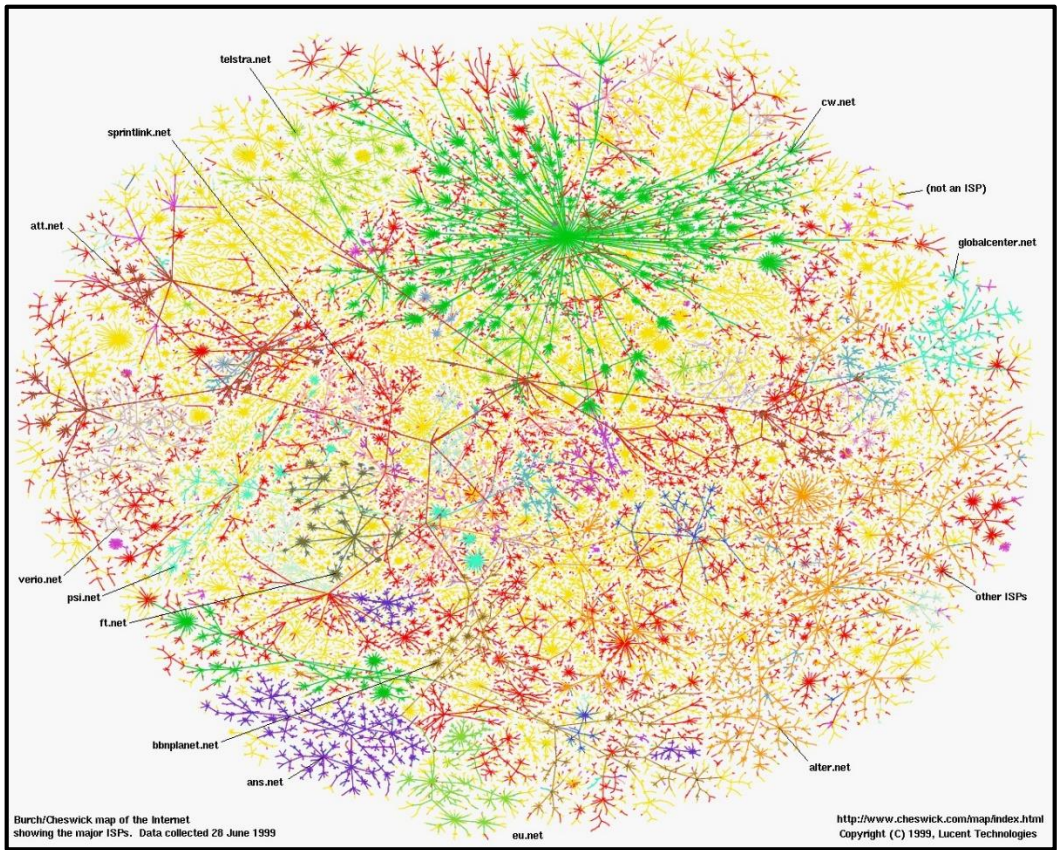


Figura 28: Mapa da Internet desenvolvido pelo Bell Labs
Fonte: <http://cheswick.com/ches/map/>

A partir dos gráficos, vemos que a estrutura física da Internet se dá em forma de rede, em que grande parte dos pontos de acesso e convergência são interligados. Ao pensarmos nessa forma material especifica que ancora a Internet enquanto um espaço de significação, temos esferas do físico e do virtual. Sobre esse ponto, ressaltamos que "o virtual não se opõe ao real [...] é uma parte própria do objeto real [...] a estrutura é a realidade do virtual" (DELEUZE, 1988, p. 294). Da perspectiva discursiva, materialista, temos uma forma material produzindo efeitos de sentidos, implicações no discurso. Efeitos de um gerúndio que deixa brechas, furos, considerando que tais características são, de fato, constitutivas da linguagem. Seriam estas características vociferadas pela materialidade do digital? Inferimos que sim. Quando pensamos a estrutura da Internet, na sua forma, da perspectiva discursiva, temos efeitos de redes, ou melhor, de rizoma. Segundo Deleuze, "uma das características mais importantes do rizoma talvez seja a de ter sempre múltiplas entradas" (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p. 21). O autor ainda coloca que,

> [...] qualquer ponto de um rizoma pode ser conectado a qualquer outro e deve sê-lo. [...] cada traço não remete necessariamente a

> um traço lingüístico: cadeias semióticas de toda natureza são aí conectadas a modos de codificação muito diversos, cadeias biológicas, políticas, econômicas, etc., colocando em jogo não somente regimes de signos diferentes, mas também estatutos de estados de coisas (Ibidem, p. 14).

O que pensado na perspectiva discursiva, materialista, fundamenta os efeitos de sentidos peculiares da materialidade do digital, da rede. No entanto, assistimos hoje a um movimento de tensa contradição entre a estrutura e o funcionamento da rede. O modo de funcionar dos filtros produz um efeito que parece ir na contramão da estrutura física da rede, globalmente interligada. O funcionamento da rede nos dias de hoje se dá, sobretudo, com base nos filtros que interliga os sujeitos, isolando-os, como ilustrado na figura a seguir:

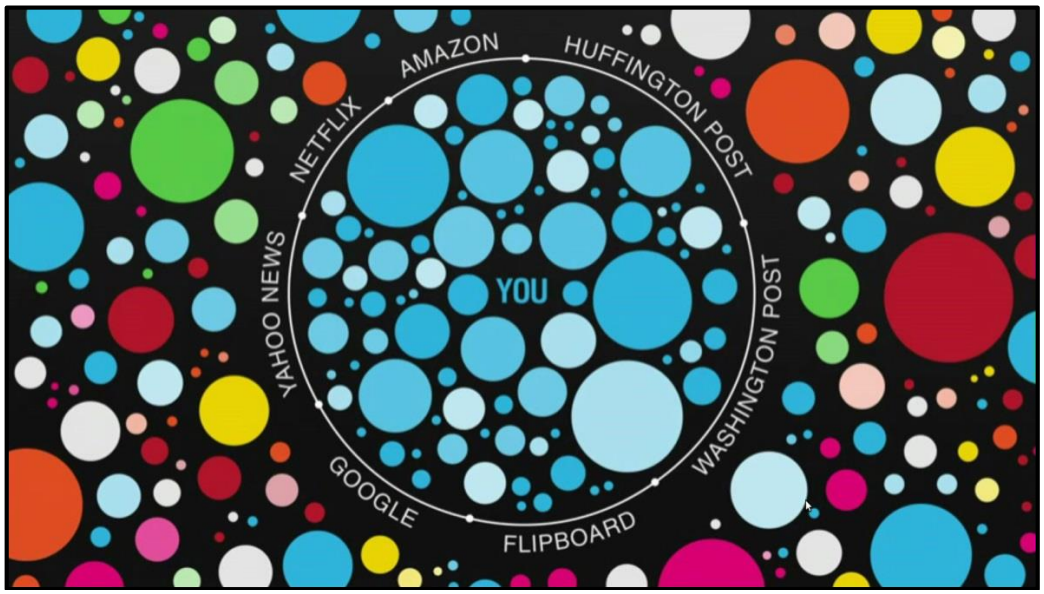


Figura 29: Ilustração do funcionamento dos recursos de personalização de conteúdos na Internet
Fonte: <http://www.thefilterbubble.com/>

Ou seja, vemos uma estrutura física que interliga, mas com um funcionamento, e aqui podemos pensar discursivamente, que isola. Como podemos observar na figura 29, tal isolamento é engendrado pelo funcionamento de técnicas de personalização de conteúdos. Vale ressaltar que tal funcionamento está nas mãos das poucas e grandes corporações que detém o acesso na rede, como vemos ilustrado na figura 29.

Com isso, inferimos que essas relações entre o poder de gestão do arquivo na rede e o sujeito-navegador podem nos levar também a metáfora do panóptico teorizada, a princípio, no âmbito da arquitetura, por Jeremy Benthan (1995):

> O *Panóptico* de Bentham é a figura arquitetural dessa composição. O princípio é conhecido: na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar (FOUCAULT, 1987, p. 223).

Revisitando essa noção, Foucault teoriza em torno da Sociedade Disciplinar e fundamenta teoricamente o funcionamento da disciplina nas instituições de poder, tais como a prisão, o convento, a escola, etc. Historicamente, temos a transição das sociedades monárquicas de poder soberano para as sociedades burguesas de poder disciplinar. Já no funcionamento das sociedades disciplinares, algumas características peculiares das relações de poder reverberam nas estruturas contemporâneas de poder. Foucault (1975), já teorizava em torno do poder denominado disciplinar, que se engendrava de maneira velada através de tecnologias, segundo o autor, normatizadoras do eu. Trata-se de um poder "exercido por meio de micropráticas que, em decorrência de sua constante repetição, são naturalizadas e passam despercebidas pelos sujeitos submetidos a elas, tornando-se, por isso, 'invisíveis'" (TRIFANOVAS, 2009, p. 86).

Como vimos na discussão sobre o funcionamento da ideologia, o movimento de interpelação ocorre, de fato, de maneira naturalizada e encontra meios para isso na rede dos aparelhos que concretiza a interpelação. Os regimes de governo são um dos aparelhos de funcionamento da ideologia e não o único. Seja no contexto da monarquia, das sociedades disciplinares ou contemporâneas, a ideologia funciona da forma como teorizada anteriormente e os meios pelos quais se dá tal funcionamento buscam, em sua efetividade, naturalizar a interpelação e as relações de poder, de modo que os sujeitos sejam agentes também nesse processo. Dessa forma, não se trata de um movimento dicotômico entre sujeito ativo e passivo, haja visto que a ideologia interpela a todos.

Com isso, ao refletirmos sobre o funcionamento da ideologia e das relações de poder na contemporaneidade, encontramos outros aparelhos que efetivam tal funcionamento. Re-pensando o funcionamento panóptico das relações de poder com o fim de contemplar a conjuntura contemporânea, alguns autores afirmam que as relações

de poder, hoje, funcionam de maneira sinóptica[30] (MATHIESSEN, 1998; COSTA, 2004; BAUMAN, 1999; BAUMAN, 2000). Segundo BAUMAN (2000),

> Como observou recentemente Thomas Mathiesen, a poderosa metáfora do Panóptico de Bentham e de Foucault não dá conta dos modos em que o poder opera. Mudamo-nos agora, sugere Mathiesen, de uma sociedade do estilo Panóptico para uma sociedade do estilo "sinóptico": as mesas foram viradas e agora são muitos que observam poucos (BAUMAN, 2000 [2001:100]).

Nessas re-teorizações, encontramos no funcionamento sinóptico traços do funcionamento panóptico das sociedades de controle. As principais características desse modo de funcionamento, que podem ser observadas na contemporaneidade e que são potencializadas pelas técnicas de filtros e personalização a que temos nos debruçado, são: agenciamento em rede e invisível, naturalizados discursivamente pela repetição e saturação dos sentidos.

Com base nesse funcionamento, refletimos sobre os efeitos discursivos dos recursos de personalização de conteúdos na rede, em particular no mecanismo de busca Google. Esses recursos funcionam de modo a filtrar para cada usuário um conteúdo que lhe é pertinente. Tal pertinência é atribuída pelas técnicas de personalização que fazem com que cada usuário tenha acesso a um conteúdo diferente na rede, um conteúdo personalizado para ele. Ainda que o referente seja o mesmo de outro usuário, o conteúdo para cada um é diferente, personalizado (PARISER, 2012; MANZATO, 2011). Mesmo no funcionamento panóptico, já é possível observar aproximações com o funcionamento sinóptico dos recursos de personalização na rede. Foucault diz que no panóptico "cada ator está sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível. O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente. [...] A visibilidade é uma armadilha" (FOUCAULT, 1987, p. 224). Os recursos de personalização funcionam com dinâmica similar, mas de maneira sinóptica, ou seja, em rede onde muitos são os observadores de um. A partir do momento em que o usuário acessa a rede, ele passa a ser 'visto' por muitas instancias, reconhecível pelo número que lhe é atribuído (endereço IP - *Internet Protocol*) e individualizado na medida em que tem um acesso personalizado. Discursivamente, a inscrição do sujeito é

[30] Cuja raiz etimológica vem de sinopse: "Relativo ou referente à sinopse; que permite ver de uma só vez as diversas partes de um conjunto; que permite ver o conjunto em um só golpe de vista" (HOUAISS, p. 2581).

perpassada por esses mecanismos, que o individuam e o inscrevem em redes parafrásticas de sentidos, na medida em que os conteúdos atualizados giram em torno da transparência dos sentidos. Segundo Orlandi (2011), ao pensarmos discursivamente, “nessas novas formas, mantêm-se a incompletude e a dispersão, embora a vontade da onipotência de um dizer total, omnipresente, se reforce” (ORLANDI, 2011, p. 183).

Quando Foucault anuncia que a visibilidade num sistema de ordem panóptica é uma armadilha, vemos que na rede também o é: o usuário é confrontado com regiões de sentidos tão harmônicas e pertinentes, que o primado do funcionamento da linguagem se reforça, ou seja, para o sujeito é óbvio que seja daquela forma e mão outra. O usuário não é exposto à diferença, e se inscreve num movimento de captura ideológica que torna óbvia a relação sujeito e discurso. Nesse caso, particularmente, tudo isso é reforçado pela pretensa ilusão do Google: “A missão do Google é organizar as informações do mundo e torná-las mundialmente acessíveis e úteis” (GOOGLE, 2013).

Ainda pensando nas implicações dos recursos de personalização, encontramos em Foucault mais uma metáfora pertinente. Para ele, no panóptico, “cada um, em seu lugar, está bem trancado em sua cela de onde é visto de frente pelo vigia; mas os muros laterais impedem que entre em contato com seus companheiros. É visto, mas não vê [...]” (FOUCAULT, 1987, p. 224.). Sinopticamente, os vigias são inúmeros e os muros diluídos nas linhas de códigos, o que reforça o traço já anunciado por Foucault no dispositivo panóptico e que reverbera hoje no funcionamento sinóptico: o usuário é visto, mas não vê. Existe, sim, possibilidades de não ser visto, sob a pena de apreensão e domínio técnico dos recursos tecnológicos ou de pagar por isso, como podemos ver no exemplo a seguir:

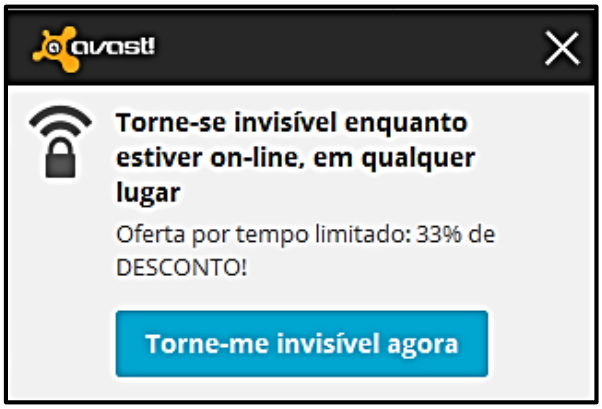


Figura 30: Mensagem do antivírus Avast de oferta de recurso para se tornar invisível na rede

Cada corpo, na frente de uma tela, está preso, a rede convoca o corpo e lhe impõe uma ordem, o corpo fica submisso à técnica (GIORGENON, 2013). Literalmente, o

usuário da rede é visto, por meio de várias técnicas, mas não vê o que ou quem está por trás disso.

Mais um deslocamento da noção de panóptico para a noção de sinóptico pode ser observado na disposição física dos corpos, no entanto, ressaltamos que não há uma ruptura com os pressupostos panópticos. Os corpos conectados se afastam dos corpos físicos. A interação com a máquina e a interação física são formas de interação mutuamente excludentes. "A multidão, massa compacta, local de múltiplas trocas, individualidades que se fundem, efeito coletivo, é abolida em proveito de uma coleção de individualidades separadas" (Ibidem). Coleção na medida em que existe a interação em escala mundial, todos os usuários estão interconectados, mas individualmente separados, "numa aparelhagem cujos mecanismos internos produzem a relação na qual se encontram presos os indivíduos" (FOUCAULT, 1987, p. 225).

Estamos diante de uma coletividade individualizada. O funcionamento disso é eficaz, na medida em que se trata de um efeito do trabalho da ideologia, que naturaliza tais relações. É um funcionamento que cria e sustenta relações de poder independentemente daqueles que as exercem. Existe a sensação de controle por parte do sujeito-navegador, o que vai sustentar o funcionamento da ordem, algo que já acontecia no panóptico e que ganha força com as tecnologias atuais. É nesse sentido que cabe a colocação de Foucault de que "a disciplina tem que fazer funcionar as relações de poder não acima, mas na própria trama da multiplicidade, da maneira mais discreta possível, articulada do melhor modo sobre as outras funções dessas multiplicidades" (FOUCAULT, 1987, p. 243). O refinamento das técnicas de personalização visa exatamente a discrição, técnicas de ubiquidade, generalidade, familiaridade, como vimos, reforçam a discrição do funcionamento. Bauman (1999, p. 60) assinala que "o panóptico forçava as pessoas à posição em que poderiam ser vigiadas. O sinóptico não precisa de coerção – agora este induz as pessoas à vigilância." Efeito da discrição das técnicas.

Esse funcionamento peculiar das TIC's pode ser pensado enquanto condições de produção dos discursos na contemporaneidade. A observação do funcionamento do Google, em particular, nos diz do movimento entre a dispersão e a unidade. Quando começamos a digitar uma palavra no Google, automaticamente o mecanismo antecipa os sentidos "possíveis" para aquela palavra, num movimento de modo que, "quando titubeamos, à beira do sem-sentido, discursos disponíveis com seus 'conteúdos' já lá, nos estejam à mão" (ORLANDI, 2001, p. 181). O Google, com sua instantaneidade, faz exatamente isso, ou seja, faz com que os 'conteúdos' já lá, nos estejam sempre à mão,

não nos deixa titubear, duvidar, na medida em que apresenta os resultados de uma forma coerente e instantânea, de modo a conter a deriva. Se pensarmos em condições de produção que fomentam ou tamponam a função-autor, podemos retomar Tfouni (2001) quando aponta que, “analiticamente, o sujeito ocupa a posição de autor quando retroage sobre o processo de produção de sentidos, procurando ‘amarrar’ a dispersão que está sempre virtualmente se instalando, devido à equivocidade da língua” (TFOUNI, 2001, p. 83). Vemos que é exatamente no momento da retroação, oportuno para a função-autor, que entra o mecanismo de busca de modo a conter a deriva, para que ela não se instale. Com isso vemos uma relação entre o movimento de retroação do sujeito-autor e o controle que é próprio da tecnologia, como vimos nas reflexões iniciais.

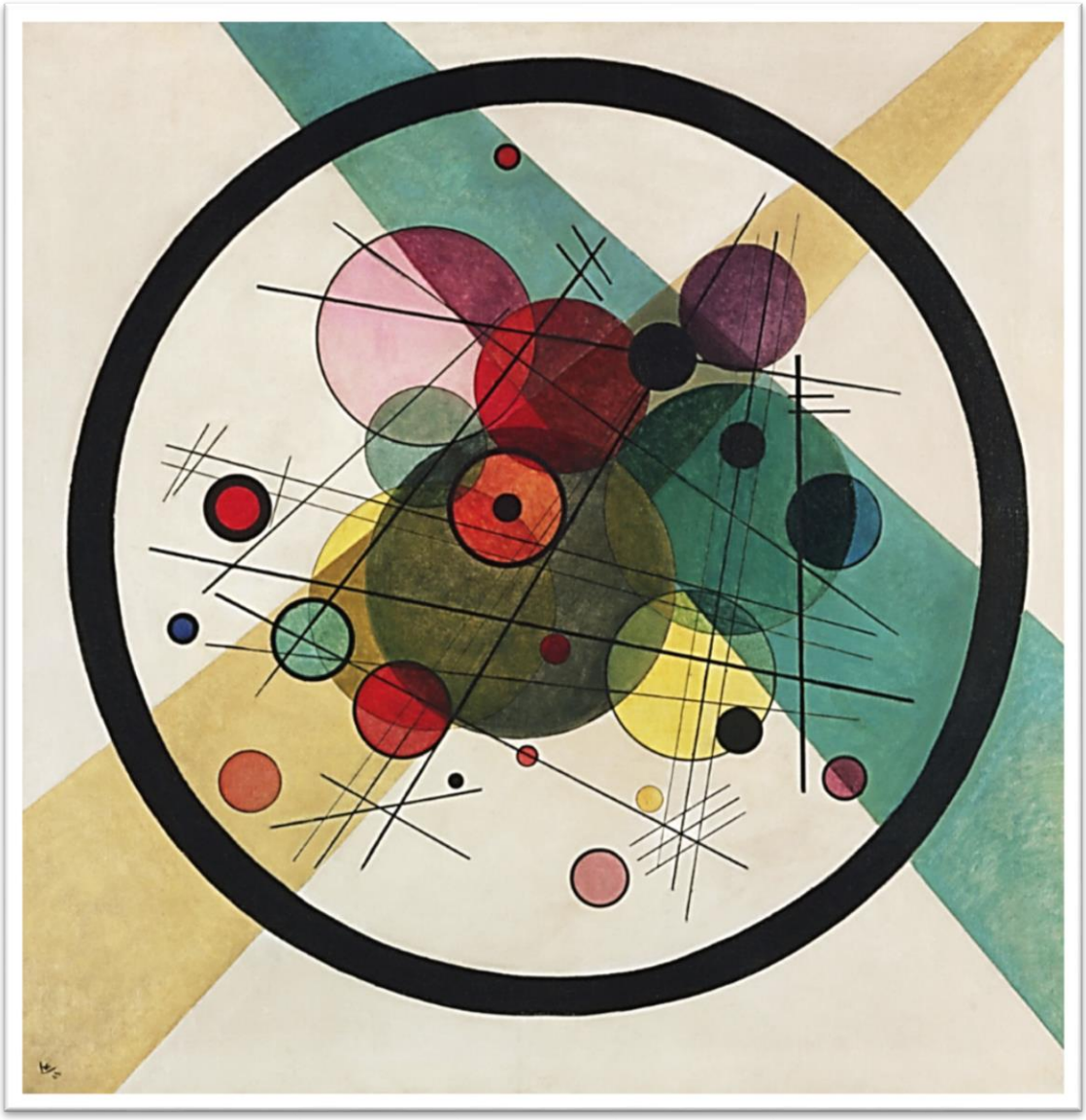
Com essa estrutura e funcionamento no que tange ao discurso, retomamos PÊCHEUX (1997). Segundo o autor, “a obsessão explícita é de transpor mais rápido os obstáculos da ‘língua natural’, para se livrar disso em proveito de quadros estatísticos de resultados, ou de microuniversos lógicos aptos a acolher os cenários conceptuais purificados da inteligência artificial” (PÊCHEUX, 1997, p. 63). Para que tal purificação não ocorresse, Pêcheux apontava para a necessidade de “[...] construir procedimentos algoritmos informatizados, traduzindo, tão fielmente quanto possível a pluralidade dos gestos de leitura que possam ser marcados e reconhecidos no espaço polêmico das leituras de arquivo” (PÊCHEUX, 1997, p. 64). Todavia, o que vemos com o funcionamento dos algoritmos nos dias de hoje é exatamente o contrário: ao invés de abarcar a pluralidade, os algoritmos se refinam a cada dia de modo a contê-la. Pêcheux alertava para o fato de que era crucial, no trabalho com a informática, considerar a existência da materialidade da língua na discursividade do arquivo, visando desenvolver práticas diversificadas de trabalhos sobre o arquivo textual. O que vemos, com o funcionamento dessas técnicas, é que a materialidade da língua, a pluralidade dos gestos de leitura, são, de certo modo, reconhecidos, mas o são no sentido de conter tais traços próprios da linguagem em funcionamento e não o contrário, como esperava Pêcheux. Para o autor, tais traços deveriam ser marcados e reconhecidos pelos procedimentos lógicos e informáticos e não escamoteados.

O funcionamento sinóptico das relações de poder engendradas pelas TIC’s escamoteia a materialidade da língua. Seguindo procedimentos extremamente técnicos, as relações de poder passam desapercebidas, naturalizadas, resultando numa operação camuflada de controle. Nela, os próprios sujeitos são agentes nas relações de poder, mantendo seu funcionamento. Discursivamente, temos uma naturalização da

(des)centralização, do (des)controle. Uma torre visível, central, não é mais necessária. Todavia, o efeito é o mesmo, com outro modo de operar, sinopticamente, preservando o ideário de liberdade. Acerca disso, remetemo-nos a Foucault (2000) que nos diz que só há relações de poder entre indivíduos “livres”. No caso específico de nosso objeto de análise, observamos uma potencialização da sensação de liberdade pela facilidade de acesso a todo e qualquer tipo de conteúdo, dada pelo Google e pelo excesso de conteúdos.

Acesso e excesso que fazem funcionar a memória de maneira peculiar; que promove um movimento outro de inscrição e individualização do sujeito; que corrobora com o funcionamento velado da ideologia; e que nos mostra do mo(vi)mento da história na língua, tecendo as características das condições de produção contemporâneas.

4 O DISCURSIVO EM FUNCIONAMENTO: DE FILTRO EM FILTRO A REDE É TECIDA



Wassily Kandinsky, Circles in a Circle, 1923

"Toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente" (KARL MARX, 1988).

4.1 O método em Análise do Discurso

Partimos da distinção entre método e metodologia a fim de delimitar o método discursivo. A palavra método vem do grego, "*metá*", que significa "a seguir", mais "*hódus*", que significa "caminho", ou seja, literalmente a palavra método nos diz "caminho a seguir". O que fica dessa designação é que método é um caminho possível para seguir a fim de chegar ao cabo de uma pesquisa científica. Segundo Alvarenga, o método consiste em uma "forma ordenada de proceder ao longo de um caminho. Conjunto de processos ou fases empregadas na investigação e busca do conhecimento" (ALVARENGA, 2003, p. 16). Já quando falamos em metodologia, estamos diante da área do conhecimento que estuda os métodos, ou seja, maneiras logicamente estruturadas e teoricamente embasadas de se executar uma pesquisa. Com isso, vemos que a metodologia observa, propõe e fundamenta os métodos. Segundo o mesmo autor, a metodologia

> estuda, descreve e explica os métodos. A metodologia não procura soluções, mas escolhe as maneiras de encontrá-las, integrando os conhecimentos a respeito dos métodos em vigor nas diferentes disciplinas científicas ou filosóficas (ALVARENGA, 2003, p. 16).

Com isso, retomamos a epígrafe de Karl Marx para fundamentar a pertinência do método discursivo (ORLANDI, 1991), anotando que os processos que levam as formas de manifestação das coisas são o ponto nodal da teoria do discurso. Essa tensa contradição da impossibilidade de coincidência e de relação direta entre as coisas do mundo e suas representações simbólicas é o lugar teórico-metodológico da Análise do Discurso. Ao mobilizarmos o discurso enquanto objeto de estudo e análise, o método adotado se difere dos métodos propostos em pesquisa quantitativa e em pesquisa qualitativa. Uma análise do funcionamento da linguagem a partir de um método quantitativo pode negligenciar os traços históricos, sociais e ideológicos que são inerentes a língua, bem como a subjetividade que está na base de seu funcionamento, isso pois

> Os fundamentos da pesquisa quantitativa nas ciências sociais são os próprios princípios positivistas clássicos segundo os quais: (a) o mundo social opera de acordo com leis causais; (b) o alicerce da ciência é a observação sensorial; (c) a realidade consiste em estruturas e instituições identificáveis enquanto dados brutos por um lado, crenças e valores por outro. Estas duas ordens são

> correlacionadas para fornecer generalizações e regularidades; (d) o que é real são os dados brutos considerados dados objetivos; valores e crenças são realidades subjetivas que só podem ser compreendidas através dos dados brutos (HUGHES, 1983, p. 42-63 apud MINAYO, 2008, p. 30).

Pela ótica discursiva, o funcionamento da linguagem produz deslizamentos de sentidos. Diante de condições que poderiam determinar um enunciado óbvio, é possível que insurja um enunciado inesperado que, sobretudo, irá funcionar como óbvio para o sujeito que o enunciou. Ressaltamos que os enunciados atuam como unidades constitutivas do discurso e se dão permeados pelas condições de produção especificas que o fizeram significar, pela ideologia que sustentou seus dizeres, materializando uma posição-sujeito ocupada para que a enunciação possa ocorrer. Segundo FOUCAULT (2002, p. 91), o enunciado não pode ser compreendido como uma frase, uma vez que não é regido, necessariamente, pelas regras gramaticais, não se revelando por meio dos elementos de uma oração.

> Os enunciados, portanto, surgem na relação com as práticas sócio-históricas. Não se trata de um indivíduo isolado usando a língua, inventando enunciados antes inexistentes. É na historicidade, ie, na história enquanto modo de produzir sentidos, que se dá o aparecimento de um (ou vários) enunciado (s) constituindo o acontecimento sócio-histórico (MARIANI, 1998, p. 92).

De outro modo, Segundo Bogdan e Biklen (1994, p. 16), a investigação qualitativa pauta-se, sobretudo, na compreensão dos comportamentos humanos a partir da perspectiva dos sujeitos[31] da investigação, resultando em dados (qualitativos) ricos em pormenores descritivos relativos a pessoas, locais e conversas. Com isso, vemos que essa abordagem de pesquisa centra-se no indivíduo, ser social, e daí a incompatibilidade com o método discursivo. Nele, centra-se no sujeito oriundo do processo de interpelação ideológica que promove, num movimento de inscrição, o deslocamento do indivíduo para o sujeito do/ao/no discurso. Esse, por sua vez, é entendido enquanto uma posição ocupada para que, a partir da qual, possa haver a produção de sentidos. Podemos observar que não se trata mais do indivíduo, ser humano de carne e osso, mas das posições sociais, históricas e ideológicas que ele ocupa para produzir sentidos, ressaltando que essas posições deslocam-se tanto quanto (im)possíveis. Dessa forma, compreendemos que é

[31] Ressaltando que essa concepção de sujeito difere-se da concepção de sujeito em Análise do Discurso.

na/pela linguagem que o sujeito se constitui, e é também nela que ele deixa as marcas desse processo ideológico.

Diante de algumas características ora explanadas sobre os métodos de pesquisa quantitativa e qualitativa, apontamos para o fato de que, em Análise do Discurso, as etapas da pesquisa se dão segundo movimentos pendulares (PETRI, 2013). Tais movimentos basculam entre teoria e análise, ressaltando que embora pautemo-nos nesse movimento, mantemos uma base fixa: "O pêndulo, embora seja reconhecido por sua característica de movimento, mantém seu plano de oscilação fixo no plano vertical pelo ponto de suspensão" (PETRI, 2013, p. 42). Ou seja, pautamo-nos em uma base teórico-metodológica que, fixamente, respalda o movimento. Isso porque quando dizemos que há uma superfície que ancora um ponto fixo e que, concomitantemente, respalda o movimento, falamos de "uma superfície específica, considerando, como nos diz Rancière (2009, p. 21) 'que uma superfície não é simplesmente uma composição geométrica de linhas. É uma forma de partilha do sensível'" (PETRI, 2013, p. 45). É dessa forma que em AD não ancoramo-nos no

> [...] extremo da pura subjetividade, do 'achar' que é rebatido por um 'achar' contrário, sem procedimentos concretos que possam solidificar uma análise, nem no outro extremo dos modelos prontos, definidos anteriormente a seus objetos, que podem nos levar a uma análise conteudística, onde o que temos a dizer serve apenas para comprovar uma conclusão pré-estabelecida (LAGAZZI, 1988, p. 51).

Com isso, chamamos atenção para alguns pontos centrais da Análise do Discurso, sobretudo para a relação entre eles, quais sejam: a língua, o discurso, a ideologia e a história, apontando para o fato de que

> [...] as noções de língua e discurso, mobilizadas em Análise do Discurso, conduzem-nos a tomar o objeto de análise de outro ponto de observação - aquele que aceita o desconforto de estar trabalhando com a incompletude e com a contradição - sem ter que trabalhar com oposições e/ou exclusões (PETRI, 2013, p. 41).

Com base no método discursivo, o discurso é tomado enquanto matéria da relação entre o ideológico e o linguístico. Segundo Courtine (1981), de um lado o discurso representa, no interior da língua, os efeitos das contradições ideológicas e, de outro, manifesta a existência da materialidade linguística no interior do ideológico, ou seja, o

traço que une língua e ideologia é uma via de mão dupla. Por isso, afirmamos com base no autor que

> A adoção de um ponto de vista especificamente discursivo deve evitar, se é verdade que no discurso se estabelece uma relação determinada entre o lingüístico e a ideologia, reduzir o discurso à análise da língua e dissolvê-lo no trabalho histórico sobre a ideologia. Mas deve-se levar em conta a materialidade discursiva como objeto próprio, ou seja, produzir em função dela as proposições teóricas (COURTINE, 1981, p. 7).[32]

Chamamos atenção para o espaço que delimitamos para observação e análise, que é o espaço de significação da Internet. Como vimos nos capítulos anteriores, consideramos a materialidade discursiva e as condições de produção de maneira imbricada na língua em fluxo. Dessa forma, julgamos de maior relevância e pertinência abordar tal objeto a partir do método discursivo, na medida em que, de nossas análises, derivam reflexões em torno da relação intrínseca entre a matéria significante, a língua funcionando na história e a ideologia atuante. Anotamos que esses processos são concomitantes e podem ser silenciados se pensados de maneira estanque. Julgamos que considerar a Internet como espaço de significação, implica em considerar suas principais características estruturantes que são o funcionamento em rede e a volatilidade dos sentidos e sujeitos nesse espaço. Nesse sentido, ressaltamos que o objeto reclama o método discursivo, para que possamos observar os processos constantemente fugidios e em fluxo.

Com isso, a fim de traçarmos gestos de uma leitura fecunda do arquivo, perpassamos etapas consolidadas na teoria de Análise do Discurso, quais sejam: especificação de uma questão; delimitação do espaço de observação; composição do corpus empírico e, posteriormente, discursivo; operacionalização da rede conceitual; e análise dos recortes selecionados. Ressaltamos que o trajeto percorrido entre essas etapas não se dá de maneira hierárquica e linear, mas sim pendular, com movimentos constantes de ida e vinda entre teoria e análise. A esse respeito, Petri (2013) afirma que "[...] como salienta Orlandi (2010, p. 30), do ponto de vista da Análise de Discurso não há

---

[32] Tradução de: "La adopción de um punto de vista específicamente discursivo debe evitar, si es verdad que en el discurso se establece uma relación determinada entre lo lingüístico y la ideología, reducir el discurso al análisis de la lengua o disolverlo en el trabajo histórico entre las ideologías. Pero debe tomar en cuenta la materialidad discursiva como objeto propio, es decir, producir en función de ella las proposiciones teóricas."

‘aplicação’: cada análise é uma análise, tem-se que voltar à teoria, construir um dispositivo analítico que é próprio ao material que se vai analisar” (PETRI, 2013, p. 41). Ou seja, construímos um dispositivo teórico-analítico face ao material em análise e não *a priori*, tal qual em abordagens quantitativas ou qualitativas. Isso porque, uma vez

> Instalado o gesto de ler do analista no interior da discursividade que lhe interessa analisar, temos o pêndulo no ponto zero e daí começa o movimento. Por um instante, então, o analista suspende o pêndulo e, imediatamente depois, passa a acompanha-lo nas idas e vindas da teoria para a análise, perpassando de diferentes maneiras os elementos constitutivos do corpus, com suas opacidades, com suas resistências, com suas porosidades, com sua densidade, com sua incompletude constitutiva. É por isso tudo que o movimento é imperfeito, e, na maioria das vezes, imprevisível também (PETRI, 2013, p. 47).

Como isso, iniciamos o percurso definindo o campo de observação. Anotamos que, conforme GARCIA e NUNES (2011), “existem dois tipos de percursos ao se trabalhar com o arquivo: (i) percurso temático de arquivo e (ii) percurso temático no arquivo”. Mobilizamos, especificamente, o percurso temático **no** arquivo, que é aquele, segundo os autores, realizado em um ou mais arquivos para a composição de um corpus de análise (GARCIA; NUNES, 2011, p. 470). A análise do trajeto temático no arquivo

> não se restringe aos limites da escrita, de um gênero, de uma série: ela reconstrói os caminhos daquilo que produz o acontecimento na linguagem. [...] a análise do trajeto temático fundamenta-se em um vai-e-vem de atos linguageiros de uma grande diversidade e atos de linguagem que podemos analisar linguisticamente e nos quais os sujeitos podem ser especificados (GUILHAUMOU e MALDIDIER, 1993, p. 165-166 apud GARCIA; NUNES, 2011, p. 470).

Especificamente, o acontecimento sobre o qual debruçamo-nos diz respeito a inscrição dos sujeitos em regiões parafrásticas de sentidos, pelos recursos de personalização de conteúdos na pesquisa Google. Temos aí o trabalho atuante da ideologia, que coloca em primeiro plano o discurso dominante, em detrimento de discursos outros.

Nessa etapa do trajeto, temos em mente o trabalho de leitura de arquivo que nos coloca que

> Diante do universo de discursos passíveis de análise, traçamos um primeiro recorte de um arquivo, definido por Pêcheux (1997) como **"campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão".** Deste, delimitamos um campo discursivo de referência a partir de uma seqüência de restrições (MITTMANN, 2007, p. 1).

Com base nisso delimitamos a questão investigada, o espaço de significação observado com base nos documentos disponíveis sobre essa questão e as posições-sujeito recorrentes nesse espaço. Partimos do fenômeno contemporâneo de direcionamento de conteúdos na *web*, uma espécie de filtro que, por meio de algoritmos de personalização, faz com que chegue a tela do sujeito-navegador apenas aquilo que tais algoritmos concluíram como de interesse para esse sujeito-navegador. Segundo Pariser, os recursos de personalização

> [...] criam e refinam constantemente uma teoria sobre quem somos e sobre o que vamos fazer ou desejar a seguir. Juntos, esses mecanismos criam um universo de informações exclusivo para cada um de nós - o que passei a chamar de bolha dos filtros - que altera fundamentalmente o modo como nos deparamos com ideias e informações (PARISER, 2012, p. 14).

Diante disso, nossa proposta é analisar as implicações dessas técnicas no funcionamento da linguagem. A partir da literatura (MARCHI, 2010; GODOY, et all, 2011; PARISER, 2012) vemos que tais recursos funcionam cada vez melhor quanto maior for o uso da Internet, ou seja, quanto mais um sujeito-navegador clicar em links, entrar em sites, compartilhar conteúdos, etc, melhor será a personalização de seus resultados de buscas no Google. Os recursos de personalização de conteúdo foram incorporados na busca Google a partir de 2009 (PARISER, 2012, p. 7). Com base nesses fatos, observamos algumas posições-sujeito que emergiam do movimento de inscrição de usuários que utilizavam o mecanismo de busca do Google. Observamos que tais sujeitos manifestam sentidos sobre nossa questão de pesquisa em espaços específicos na própria rede eletrônica, tais como fóruns de sites especializados em tecnologia[33], também em fóruns do próprio Google e comentários nas principais redes sociais. Além disso, observamos também como se dá a produção de sentidos por parte dos grandes gestores da rede,

[33] Tais como: Techtudo, disponível em <http://forum.techtudo.com.br/>; Olhar digital, disponível em <http://olhardigital.com.br/>; Tecmundo, disponível em: <http://www.tecmundo.com.br/>; entre outros.

considerando o Google, especificamente, como uma das grandes corporações de mediação do acesso entre o usuário e a rede eletrônica.

Isso posto, a fim de construirmos um corpus empírico para análise, acessamos fóruns especializados, comentários de sujeitos-navegadores sobre a questão de pesquisa, páginas de definições do funcionamento dos filtros no buscador ora delimitado, o Google, bem como suas políticas de privacidade.

Nos comentários dos espaços supracitados, observamos discussões sobre os mecanismos de personalização e direcionamento de conteúdos, afim de refletirmos sobre a relação dos sujeitos com a tecnologia e, particularmente, com os filtros na Internet.

Com isso, do campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre a questão, o corpus empírico foi composto pelo seguinte material:

- Notícias sobre o funcionamento dos filtros, veiculados por sites especializados em tecnologia;
- Relatos de sujeitos-navegadores postados nas redes sociais, sobretudo no Facebook, sobre as notícias supracitadas;
- Definições dadas pelo próprio buscador sobre o funcionamento dos filtros.

Acerca dessa etapa, é importante ressaltar que

> [...] não se trata de um gesto linear, pois as idas e vindas, as recorrências a outros discursos e, mesmo, a outros campos discursivos fazem-se necessárias em virtude dos conflitos, confrontos, sobreposições que ocorrem durante o próprio gesto de leitura e releitura do arquivo (MITTMANN, 2007, p.1).

Depois de estabelecidas as delimitações, observamos o material selecionado a fim de extrair dele recortes para análise. Essa etapa é feita tendo em mente os postulados teóricos da AD, para que, assim, esses possam ser observados em funcionamento no material coletado. Nessa etapa, apontamos para o fato de que

> Não há uma passagem natural da dispersão do arquivo à seleção de textos de nosso corpus empírico e deste à organização das seqüências discursivas que formam nosso corpus discursivo. As passagens somente se dão pelo retorno constante à teoria e, por vezes, pelo deslocamento/surgimento de sentidos, de noções, de percursos... (MITTMANN, 2007, p. 1).

Com isso, percorremos o corpus discursivo, o relacionamos com a história, sempre pensando o linguístico atravessado pelo ideológico e pelo inconsciente. Destacamos que,

enquanto analistas, somos afetados por ambos, o inconsciente e o ideológico, e “a defesa da análise do discurso como prática interpretativa não se dá sem que se coloque como condição indispensável à explicitação do lugar de onde o analista fala” (TEIXEIRA, 2005, p. 196-197 apud ROMÃO, 2011a, p. 118). O que fica de crucial nesta etapa é que:

> por nosso objeto de análise ser um objeto teórico, é preciso ressaltar que a teorização determina o procedimento metodológico, e ambos levam à constituição do corpus, o que significa dizer que o corpus não está dado, mas é construído pelo gesto do analista de ler, relacionar, recortar e, novamente, relacionar (MITTMANN, 2007, p. 1).

Depois de colocado o dispositivo da Análise do Discurso em movimento, redigimos as análises discursivas. Esse é o momento da escrita dos acontecimentos analisados, “e a escrita é fundamental para nos dar a medida do que conseguimos e do que não conseguimos compreender/dizer na situação de análise. Apontando sempre, quando a suspendemos (nunca a terminamos) para o que ainda está por compreender” (ORLANDI, 2010, p. 20). Nessa etapa, traçamos a sistematização da análise. Cabe ressaltar que não fazemos uma descrição do texto, mas uma teorização do discurso. Destacamos que o discurso consiste em um objeto teórico e não uma unidade de análise. Assim,

> [...] percorremos o olhar de analistas sobre o texto em busca de sua historicidade (o externo que é interno), investigando o ponto de encontro entre o ideológico e o lingüístico. Um ponto de encontro que não é transparente, pois, do contrário, efetuaríamos um trabalho de descrição e não de análise (MITTMANN, 2007, p. 1).

Partimos da premissa de que, diante do quadro teórico proposto por Michel Pêcheux, não podemos fazer uma descrição exaustiva de conteúdos, mas sim uma teorização em torno de alguns aspectos discursivos observados, ressaltando que

> [...] tomamos o texto como unidade linguística para análise do funcionamento do discurso e de suas condições históricas de produção/leitura. E porque, nesta teorização, não efetuamos uma análise exaustiva, tentando dar conta de todos os aspectos envolvidos, mas trabalhamos profundamente sobre alguns aspectos discursivos inter-relacionando arqueologicamente noções teóricas pertinentes (MITTMANN, 2007, p. 1).

Para tanto, face ao corpus e as análises empreendidas, compilamos as análises a seguir que versam sobre questões recorrentes quando tratado o tema da pesquisa.

4.2 Arquivo e Sujeito: análise das relações instauradas pela tecnologia

"Se tudo está arquivado, se tudo é vigiado, anotado, julgado, a história como criação não é mais possível: é então substituída pelo arquivo transformado em saber absoluto, espelho de si" (ROUDINESCO, 2006, p. 09). Com base nessa assertiva, indagamo-nos: e quando a leitura de arquivo é feita pelas máquinas? Melhor dizendo, por códigos. Quais as implicações do tudo arquivar, vigiar, anotar... Como vimos nos capítulos anteriores, com o funcionamento dos recursos de personalização de conteúdos, beiramos exatamente ao que aponta a autora: "a história como criação não é mais possível: é então substituída pelo arquivo transformado em saber absoluto, espelho de si." O refinamento das técnicas de filtros nos resultados de busca do Google, recuperam informações que se alinham ao discurso dominante, atualizando, pelo movimento de repetição e saturação da memória metálica, sentidos únicos, tidos como óbvios, na busca pelo saber absoluto. Tais sentidos, fisgam o sujeito na medida em que versam sobre "o que ele quer saber", haja visto que todo o esforço no aprimoramento das técnicas de personalização nos algoritmos de pesquisa do Google está em oferecer exatamente o que é buscado. Nas palavras de um dos fundadores e dirigentes da Google, Lary Page, segundo Pariser (2012, p. 35),

> "O mecanismo de busca ideal", Page gostava de dizer, "entenderia exatamente o que queremos dizer e nos ofereceria exatamente o que buscamos" O Google não estava interessado em oferecer milhares de páginas de links - queria oferecer apenas um, o link que o usuário buscava. Mas a resposta perfeita para uma pessoa não é perfeita para outra. [...] Para oferecer relevância perfeita, o site precisa saber no que cada um de nós está interessado [...]; precisa saber quem eu sou. O desafio era obter dados suficientes para desvendar o que era individualmente relevante para cada usuário. É bastante difícil entender o que uma pessoa quer dizer com uma dada palavra - e, para que o processo seja eficaz, é preciso conhecer o comportamento da pessoa ao longo de um período prolongado.

A grande meta do Google consiste em entender exatamente o que o sujeito-navegador está procurando e lhe oferecer **O** resultado certo, único. Isso coloca o provimento de um saber, que nesse espaço é dado como absoluto, nas linhas de código

(ou, se quisermos, nos dedos de quem os digita!). Para isso, como vimos, existe na estrutura de funcionamento da Internet vários mecanismos que individuam o sujeito. Já individuado por tais mecanismos, o sujeito se identifica com as FD´s que lhes são disponibilizadas pelo mecanismo de busca e, assim, é interpelado e inscrito no espaço de memória metálica. Podemos observar que, para o sujeito-navegador, o cerco dos sentidos se fecha cada vez mais. As FD's disponíveis para ele, nesse espaço de memória metálica, beiram a paráfrase e a um espelhamento dos sentidos já ditos por ele e repetidos pelo mecanismo de busca. Tecnicamente falando,

> A personalização pode nos levar a uma espécie de determinismo informativo, no qual aquilo em que clicamos no passado determina o que veremos a seguir - uma história virtual que estamos fadados a repetir. E com isso ficamos presos numa versão estática, cada vez mais estreita de quem somos - uma repetição infindável de nós mesmos (PARISER, 2012, p. 20).

Empiricamente, pela técnica, temos "uma repetição infindável de nós mesmos" e discursivamente, pelo funcionamento da ideologia, temos o "espelho de si" provocado, como já previa Pêcheux ao refletir sobre a informática, pelo "policiamento dos enunciados, uma normalização asséptica da leitura e do pensamento e um apagamento seletivo da memória" (PÊCHEUX, 1994, p. 60). Diante disso, o que propomos observar com as análises é que estamos diante do seguinte cenário, colocado por Pêcheux:

> Desenvolver socialmente tais métodos de tratamento em massa do arquivo textual, com fins estatais ou comerciais, supunha torná-los facilmente comunicáveis, transmissíveis e reproduzíveis: as virtudes de ordem e de seriedade, de limpeza e de bom caráter (PÊCHEUX, 1997, p. 57).

Vários são os mecanismos e características do funcionamento do Google que nos mostram suas "virtudes de ordem e de seriedade, de limpeza e de bom caráter" (Ibidem). A começarmos, como vimos, pela missão da empresa trazida já em sua página inicial:

Figura 31: Missão do Google

Ter como missão organizar as informações do **mundo inteiro** e torná-las **mundialmente** acessíveis, úteis, provocam o efeito de sentido apontado por Pêcheux: o da virtude do bom caráter. Esse efeito é corroborado com vários trechos encontrado na página "*About*" da empresa, como, por exemplo, no trecho da sexta "verdade" em que a Google acredita enquanto empresa, disponível na página "*Philosophy*" do "*About*" da empresa.

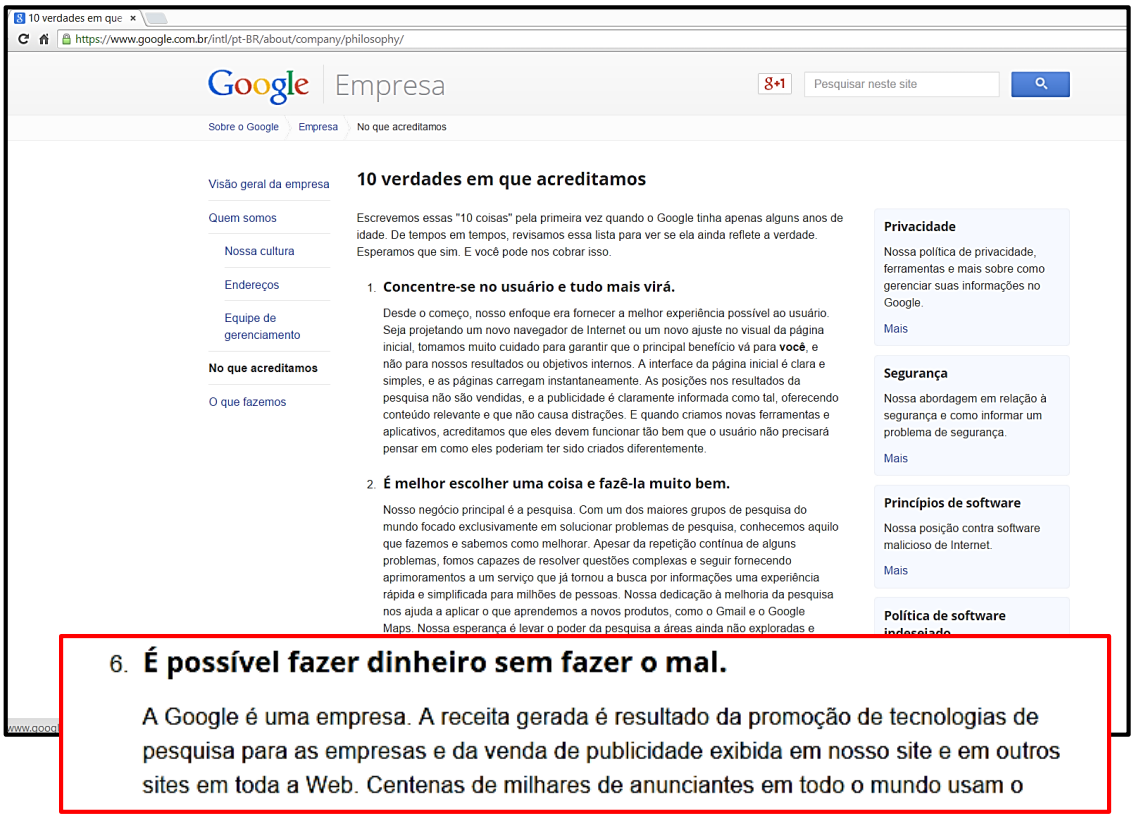


Figura 32: Página "Philosophy" do "About" da Google

Ou ainda com os recursos do "Google *Crisis Response*":

Figura 33: Objetivos do Google Crisis Response

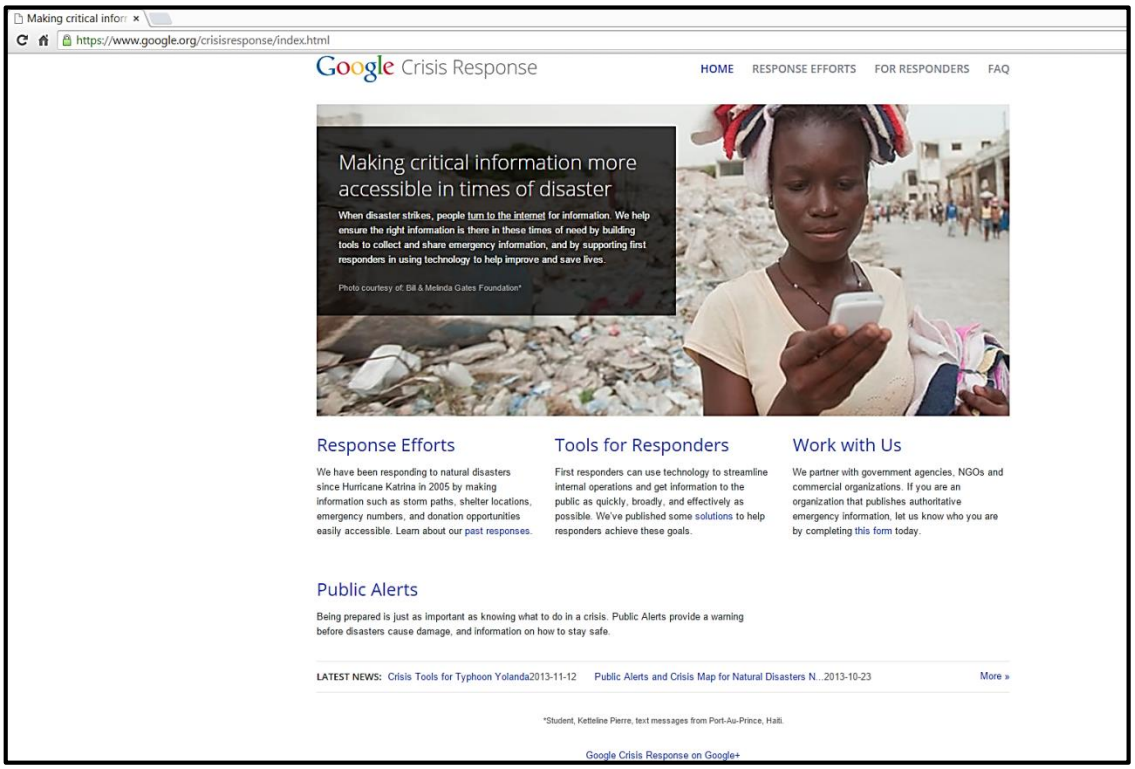


Figura 34: Página Inicial do Google Crisis Response

Tais exemplos nos mostram o posicionamento do Google diante da sociedade e o efeito de responsabilidade no modo como ele se coloca enquanto prestador de serviços aos seus usuários. Isso vai intervir no modo como o sujeito será fisgado pelos serviços da empresa. Tal funcionamento pode ser observado, também, com o mecanismo *Google*

Instant, pelo qual antes mesmo de terminar de digitar o que procura, nos é dado o que procurar, ou seja, o mecanismo não se limite a dar-nos as respostas, mas também as perguntas.

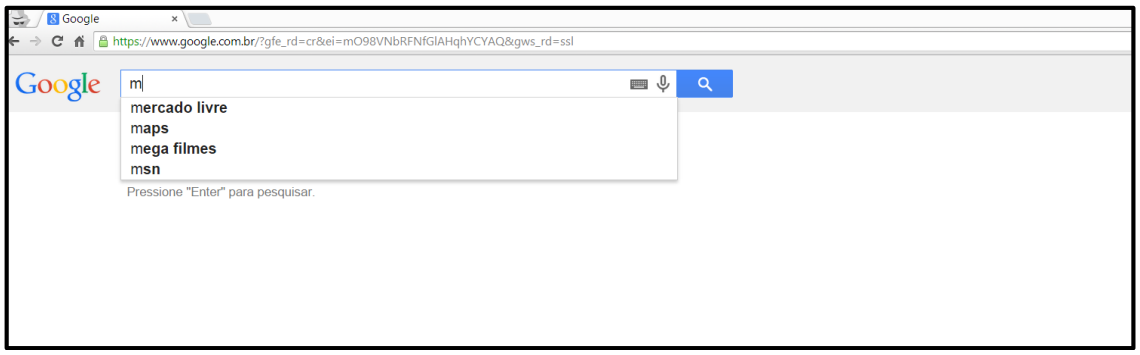


Figura 35: Google Instant

O Google, com sua instantaneidade, faz com que os 'conteúdos' já lá, nos estejam sempre à mão, não nos deixa titubear, duvidar, na medida em que apresenta os resultados de uma forma coerente e instantânea, de modo a conter a deriva.

Ao alertar sobre os riscos da informática nos métodos de tratamento em massa de arquivos textuais, Pêcheux chamava atenção para o "trabalho sobre a plurivocidade do sentido", uma vez que essa é "condição mesma de um desenvolvimento interpretativo do pensamento" (PÊCHEUX, 1997, p. 59). Nesse sentido, os esforços informáticos estão diretamente relacionados com os gestos de interpretação que eles provocam, direcionando-os, como podemos observar no funcionamento dos filtros no trecho a seguir:

> A **maioria** das pessoas **quase sempre encontra** no Google o que está procurando. Entretanto, sabemos que nossos resultados de pesquisa **nem sempre** oferecem aquilo que você busca, e isso ocorre porque **existe inevitavelmente um elemento de adivinhação** envolvido, principalmente quando o termo de pesquisa é **ambíguo**. [...] Se você pesquisar por [Paris Hilton], você busca um hotel na capital francesa ou notícias sobre a celebridade? Se você digitar [Vasco da Gama], estará buscando informações sobre o clube de futebol ou sobre o navegador português? Um **algoritmo não consegue fornecer todas essas respostas**.
> [...]
> Para oferecer os resultados **mais relevantes** a cada consulta de pesquisa, analisamos os **padrões** de utilização de **milhões de pessoas** que acessam o Google **todos os dias.** [...] É a partir desses **padrões** de pesquisa, por meio de nossos dados de registro, que nossos engenheiros podem **melhorar** os algoritmos de pesquisa que determinam a **ordem** em que os resultados aparecerão. [...] se as pessoas estiverem acessando a página seguinte de resultados, ou digitando outra consulta, eles saberão que não estão apresentando os

> resultados que as pessoas estão buscando e poderão tomar medidas visando **aperfeiçoar** os algoritmos de pesquisa (Grifos nossos).[34]

Se a plurivocidade dos sentidos é condição para um desenvolvimento interpretativo do pensamento, quais os efeitos provocados pelos esforços em contê-la? Como podemos ver nesses trechos, ao que diria Pêcheux "não faltam boas almas se dando como missão livrar o discurso de suas ambigüidades, por um tipo de 'terapêutica da linguagem' que fixaria enfim o sentido legítimo das palavras, das expressões e dos enunciados" (PÊCHEUX, 1997, p. 60). Alguns efeitos de sentidos podem ser observados nos trechos destacados. Especificamos o conceito de Formação Discursiva (FD), como aquilo que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada na conjuntura social (PÊCHEUX, 1975, p. 188), considerando que uma FD é "constitutivamente freqüentada por seu outro" (PÊCHEUX, 1995, p. 57). Com base nisso, observa-se no recorte supracitado uma FD que gira em torno de regiões de sentidos sobre padrão, relevância, grandes quantidades, perfeição, pertinência. Isso nos mostra uma força em regularizar, estabilizar parafrásticamente, e apresentar sob uma boa-forma os resultados da busca. O funcionamento dessa FD produz um efeito discursivo de esforço em abarcar, com a técnica, a língua, o que, ao se considerar a perspectiva discursiva, significa um esforço em controlar o que é da ordem do político, do histórico e do ideológico e que, certamente, incorrerá em furos, falhas, inerentes ao funcionamento da linguagem, que a técnica não pode dar conta de conter, como pode ser observado em alguns trechos destacados, tais como: "quase sempre encontra", "o termo de pesquisa é ambíguo", "um algoritmo não consegue fornecer todas essas respostas".

Sabemos que "[...] o arquivo se constitui a partir de uma conjuntura sócio-histórica em que certas interpretações podem ser tomadas como únicas pelo efeito ideológico de evidência, enquanto outras precisam ser apagadas, tidas como indesejáveis [...]" (ROMÃO; FERREIRA; DELA-SILVA, 2011, p. 12). Ao observarmos tais apontamentos funcionando devido aos mecanismos de personalização, podemos corroborar com a ideia de pensar a Internet como arquivo. Vejamos algumas comparações entre buscas[35] pelos mesmos significantes, mas em conjunturas diferentes.

---

[34] Pesquisas mais relevantes – É bom saber – Disponível em: <www.google.com.br/ intl/ en/ goodtoknow/ data-on-google/ more-relevant/>. Acesso em: 28 ago. 2012.

[35] MAIORANA, Matt. *What's the Internet hiding? Lets find out.* **Blog The Filter Bubble**, 08 jun. 2011. Disponível em: <http://www.thefilterbubble.com/what-is-the-internet-hiding-lets-find-out>. Acesso em: 01 dez. 2014.

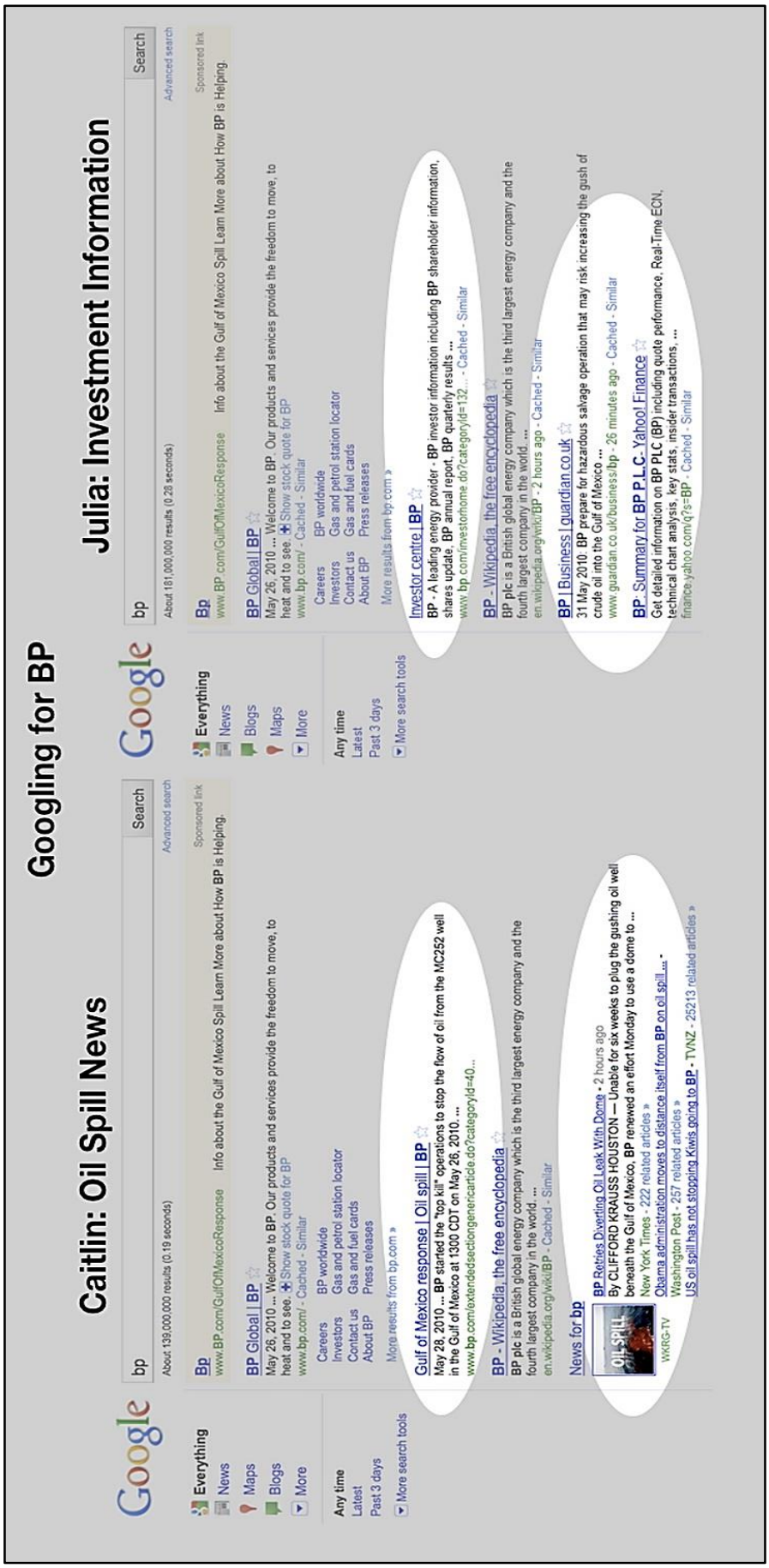


Figura 36: Dois usuários buscam por "BP"

A sigla BP significa *Bristish Petroleum*, uma empresa petroleira:

> [...] multinacional sediada no Reino Unido que opera no setor de energia, sobretudo de petróleo e gás. Fez parte do cartel conhecido como Sete Irmãs, formado pelas maiores empresas exploradoras, refinadoras e distribuidoras de petróleo e gás do planeta, as quais, após fusões e incorporações, reduziram-se a quatro - ExxonMobil, Chevron, Shell, além da própria BP. É a única distribuidora de gasolina sem chumbo 100 octanas.
> A BP é a responsável pelo vazamento de milhares de barris de petróleo no Golfo do México, após a explosão da plataforma *Deepwater Horizon*, em 20 de abril de 2010, nos Estados Unidos.[36]

Como vimos nos capítulos anteriores, existem vários recursos que criam um perfil do usuário no Google, ou seja, o individuam. É a partir desse perfil de usuário que os conteúdos são atualizados nos resultados da busca. Vemos que a tecnologia provoca os dois momentos do processo de constituição do sujeito: o de individuação e o de interpelação. Na primeira busca, podemos observar, além do site oficial da empresa BP e de sua definição na *Wikipédia*, os links "*Gulf of México response | Oil spill | BP*"[37], "*BP retries diverting oil leak with dome*"[38], entre outros com efeitos de sentidos similares. A partir da disponibilização desses links e não de outros, é dada ao sujeito "Caitlin" a possibilidade de se inscrever em FD's que versam sobre o derramamento de óleo provocado pela empresa BP, uma vez que "Caitlin" já está individuado pela tecnologia desde o seu primeiro acesso à rede. Pelas regiões de sentidos atualizadas para o sujeito "Caitlin", observamos uma regularidades de significantes relativos a questão ambiental. Dessa forma, vemos que o sujeito "Caitlin" é individuado pelas técnicas talvez como um sujeito ambientalista, biólogo, ativista dentre outros possíveis, mas condizentes com sentidos sobre impactos ao meio ambiente. Assim, à "Caitlin" não cabe a possibilidade de se filiar a FD's com sentidos dominantes sobre negócios, carreira e investimento no setor de energia, por exemplo, como acontece com o sujeito "Julia" na comparação entre as buscas. A "Julia", também já individuada pela tecnologia, é disponibilizado os links:

---

[36] WIKIPEDIA, A Enciclopédia Livre (São Petersburgo) (Comp.). BP. 2010. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/BP>. Acesso em: 02 dez. 2014.
[37] Golfo do México resposta | Derramamento de óleo | BP (tradução nossa).
[38] BP tenta novamente desviar vazamento de óleo com cúpula (tradução nossa).

"*Investor Centre | BP*"[39], "*BP | Business | guardian.co.uk*"[40], "*BP: summary for BP P.L.C. - Yahoo! Finance*"[41].

A seguir, podemos observar movimentos similares também instaurados pelos recursos de personalização de conteúdos. Nesta comparação entre buscas, usuários pesquisam por "*Egypt*" e recuperam resultados dissonantes: notícias sobre os movimentos sociais e os protestos ocorridos em 2011; e informações turísticas e geográficas sobre o país das esfinges e pirâmides.

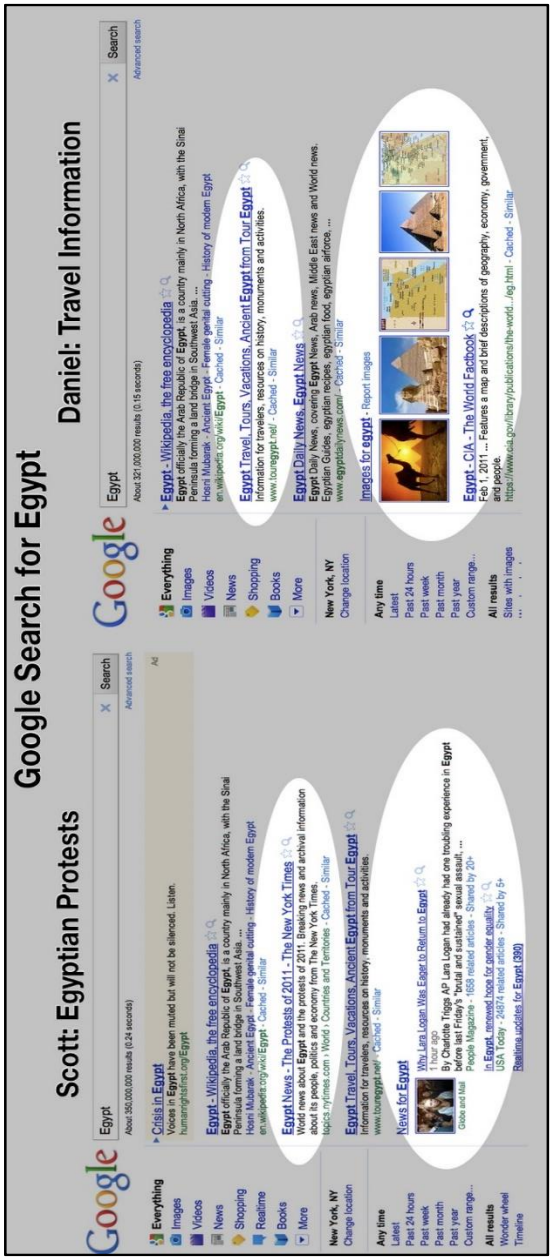


Figura 37: Usuários buscam por Egypt

[39] Centro Investidor | BP (tradução nossa).
[40] BP | Negócios | guardian.com.uk (tradução nossa).
[41] BP: resumo para BP P.L.C. - Yahoo! Finanças (tradução nossa).

Ao observar tais dissonâncias, anotamos mais uma vez o potencial da tecnologia em individuar o sujeito e o inscrever em redes parafrásticas de sentidos nesse espaço de memória metálica. O acesso ao arquivo, aqui dado pela tecnologia, considera conjunturas diferentes que individuam o sujeito também de maneiras diferentes. Os sentidos são atualizados nesse espaço de significação e corroboram com o perfil criado para aquele usuário, ou seja, sua individuação e interpelação como sujeito do/ao discurso eletrônico. Vale ressaltar: é com o auxílio da tecnologia que ocorre a inscrição do sujeito em determinadas FD's, nas quais o sujeito ocupa uma posição discursiva, em um momento dado e em uma conjuntura dada.

4.3 A gestão da rede: o discurso por parte do Google, a partir de sua política de privacidade[42]

A seguir, pretendemos observar quais os sentidos promovidos por aqueles sujeitos que estão por trás dos códigos. Para isso, selecionamos trechos da Política de Privacidade da Google, nos quais observamos as relações entre o Google enquanto aquele que dá acesso ao arquivo e os sujeitos-navegadores, aos quais não restam muitos meios para que se obtenha esse acesso, se não por intermédio dos serviços da Google.

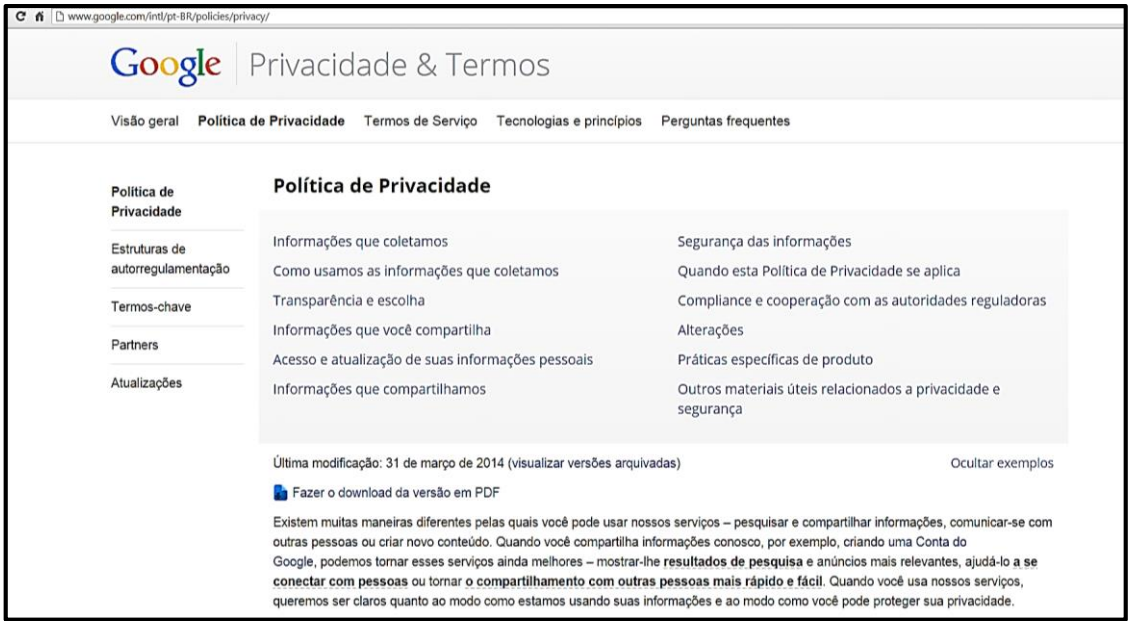


Figura 38: Página Inicial da Política de Privacidade da Google

[42] A política de privacidade do Google tem 10 páginas, das quais foram observadas apenas as primeiras.

> **Transcrição:**
> Existem muitas maneiras diferentes pelas quais **<u>você</u>** pode usar **<u>nossos</u>** serviços – pesquisar e compartilhar informações, comunicar-se com outras pessoas ou criar novo conteúdo. Quando você **<u>compartilha</u>** informações conosco, por exemplo, criando uma Conta do Google, podemos tornar esses serviços ainda melhores – mostrar-lhe resultados de pesquisa e anúncios mais relevantes, ajudá-lo a se conectar com pessoas ou tornar o compartilhamento com outras pessoas mais rápido e fácil. Quando você usa nossos serviços, **<u>queremos ser claros</u>** quanto ao modo como estamos usando suas informações e ao modo como você pode proteger sua privacidade (Grifos nossos).

Podemos observar que toda possibilidade de acesso ao arquivo é dada pelo Google, que se coloca em primeira pessoa, como o sujeito que executa a ação, deixando o sujeito-navegador em posição passiva, como na frase: "**<u>Você</u>** pode usar os **<u>nossos</u>** serviços." Vemos aqui o aparato tecnológico, regido por políticas criadas pela própria empresa, minar a ilusão de liberdade do sujeito-navegador na rede, evidenciando a sua forma-sujeito histórica, contraditória, como coloca Orlandi (2005, p. 50), um sujeito ao mesmo tempo livre e submisso, capaz de uma liberdade sem limites dada a possibilidade de acesso infinito aos conteúdos na rede, e uma submissão sem falhas pelo funcionamento das políticas de privacidade da rede, as quais, muitas vezes, o sujeito nem sequer apreende. Tal inapreensão talvez se dê pelo fato de que podemos estar diante do processo de subordinação menos explícita, colocado por Orlandi (op. cit., p. 51): a subordinação do homem às leis que promove a inscrição de um sujeito livre em suas escolhas pelos seus direitos, e submisso aos seus deveres, o sujeito do capitalismo. Por essa via, a autora aponta a submissão às cifras, à precisão, "sustentada pelo mecanismo lógico (se... então; ou... ou)" (ORLANDI, 2005, p. 51), mecanismo que hoje vemos no cerne do funcionamento da Internet, sobretudo nos motores de busca que funcionam, dentre outras técnicas, com operadores *booleanos*[43]. Segundo a autora, essa é uma forma de "submissão menos visível porque preserva a ideia de autonomia, de liberdade individual, de não-determinação do sujeito. É uma forma de assujeitamento mais abstrata e característica do

[43] O mecanismo de busca do Google normalmente aceita consultas a partir de um simples texto, e divide o texto do usuário em uma sequência de termos de pesquisa que geralmente, serão palavras que irão ocorrer nos resultados da pesquisa, mas também pode usar operadores booleanos, tais como: aspas (' ') por uma frase, um prefixo como "+", "-" para termos qualificados (não mais válido, o '+' foi removido do Google em 10/19/11) descrevem cada uma dessas consultas adicionais e opções (veja em: opções de busca). A forma de pesquisa avançada do Google fornece vários campos que podem ser utilizados para qualificar as pesquisas tais como data da primeira requisição. Todas as consultas adicionais transformam-se em pesquisas regulares, normalmente com expressão adicional qualificada (Fonte: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Google_Search>. Acesso em: 03 dez. 2014.).

formalismo jurídico, do capitalismo" (ORLANDI, 2005, p. 51) e, nos dias de hoje, corroborada com o auxílio das tecnologias que individuam o sujeito.

Frases como: "Quando você compartilha informações conosco" passa o efeito de sentido de liberdade do sujeito que compartilha suas informações, na medida em que compartilhar implica uma ação que parte daquele que está compartilhando e não daquele que está recebendo o que está sendo compartilhado. Mas não é isso que vemos no modo como tal compartilhamento é feito de fato, como podemos observar no trecho a seguir:

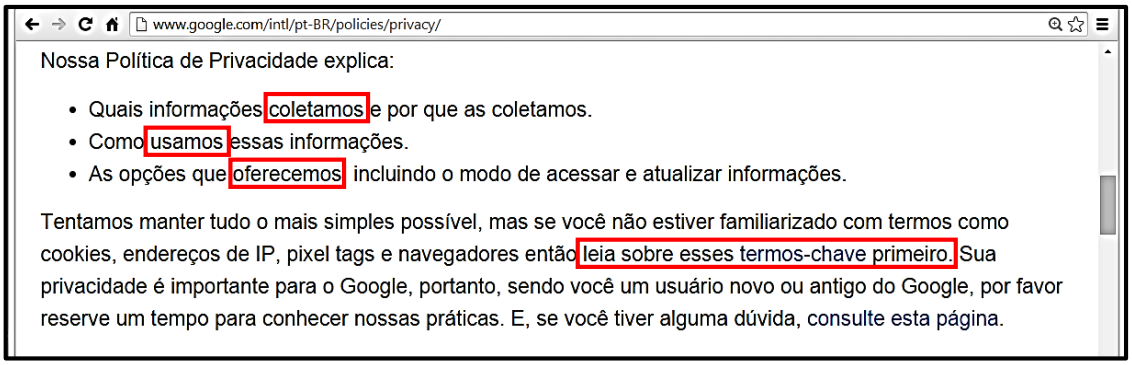
Coletamos informações de duas maneiras:

- **Informações fornecidas por você.** Por exemplo, muitos de nossos serviços exigem que você se inscreva em uma Conta do Google. Quando você abre essa conta, pedimos informações pessoais, como seu nome, endereço de e-mail, número de telefone ou **cartão de crédito**. Se você quiser

Figura 39: Trecho da política de privacidade do Google

Ao iniciar o parágrafo com a frase afirmativa e em negrito "Informações fornecidas por você", inscreve-se o efeito de sentido de que o usuário, em algum momento, poderá escolher entre fornecer ou não as informações. Nas frases que se seguem há uma indeterminação sobre se existe ou não a possibilidade de não fornecer as informações em algum momento ou em algum serviço, como por exemplo em "muitos de nossos serviços", que significa que não são todos, mas são quais? Vale ressaltar que esse efeito de dúvida permeia todo o texto da política de privacidade do Google. Por meio da política, não é possível apreender exatamente sobre o seu alcance, sobre o funcionamento dos serviços, sobre o que do usuário é coletado, fica exposto e para quem. Esse efeito pode ser observado em: "queremos ser claros" (figura 39) o que não significa que "são claros", mas sim que "querem ser". Tal indeterminação continua em todo o trecho da figura 39 com o uso de verbos que promovem até efeitos de sentidos contrários como: "pedimos informações" X "nossos serviços exigem." Diante de um pedido, há a possibilidade de aceitar ou não, mas diante de uma exigência não há essa possibilidade. A não-aceitação de uma exigência acarreta consequências, nesse caso, incorre em não usar os serviços do Google. Com esse funcionamento, vemos mais uma vez o embate entre liberdade e submissão que promove a forma-sujeito histórica da contemporaneidade.

A seguir, vemos mais uma vez que o Google usa os verbos em primeira pessoa, executando as ações, o que coloca o sujeito-navegador em posição passiva.


www.google.com/intl/pt-BR/policies/privacy/

Nossa Política de Privacidade explica:

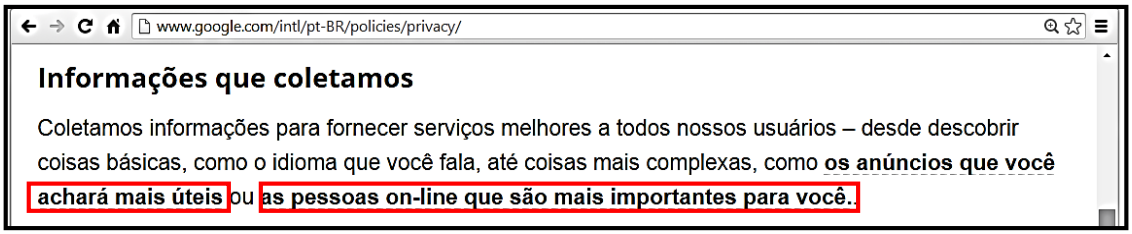
- Quais informações coletamos e por que as coletamos.
- Como usamos essas informações.
- As opções que oferecemos, incluindo o modo de acessar e atualizar informações.

Tentamos manter tudo o mais simples possível, mas se você não estiver familiarizado com termos como cookies, endereços de IP, pixel tags e navegadores então leia sobre esses termos-chave primeiro. Sua privacidade é importante para o Google, portanto, sendo você um usuário novo ou antigo do Google, por favor reserve um tempo para conhecer nossas práticas. E, se você tiver alguma dúvida, consulte esta página.

Figura 40: Trecho da política de privacidade do Google

Nesse trecho, também chamamos atenção para a sequência: "mas se você não estiver familiarizado com termos como cookies, endereços de IP, pixel, tags e navegadores então leia sobre esses termos-chave primeiro". O *link* direciona para uma lista de termos e definições dadas pela empresa. Vemos mais um recurso que funciona de modo a conter a polissemia e a inscrição do sujeito em outras FD's. O *link* a disposição do sujeito-navegador tem o potencial de promover sua filiação a regiões de sentidos únicos (ressaltando que só há filiação, quando há identificação do sujeito). Com isso, vemos que a possibilidade desse sujeito mover-se por outras FD's, em espaços outros de significação, vai sendo escamoteada pelo efeito que já apontamos de fechamento do cerco de sentidos possíveis para esse sujeito individuado pela tecnologia. Tal intento, por parte do Google, representa uma didatização do dizer. Grande parte dos sujeitos-navegadores não se inscrevem em regiões de sentidos que versam sobre as técnicas, a programação, a informática. A esses sujeitos é dada a possibilidade de inscrição nesse espaço pelo Google, mais uma vez.

Os serviços do Google não dão apenas o acesso aos arquivos, mas definem o que aparecerá nesse arquivo, pelo funcionamento dos recursos de personalização de conteúdos, como podemos observar nos trechos destacados a seguir:


www.google.com/intl/pt-BR/policies/privacy/

Informações que coletamos

Coletamos informações para fornecer serviços melhores a todos nossos usuários – desde descobrir coisas básicas, como o idioma que você fala, até coisas mais complexas, como **os anúncios que você achará mais úteis** ou **as pessoas on-line que são mais importantes para você.**

Figura 41: Trecho da política de privacidade do Google

Vemos que são os filtros que definem os "anúncios que você achará mais úteis" ou "as pessoas on-line que são mais importantes para você". Esse funcionamento da

técnica impulsiona um movimento que não expõe o sujeito-navegador a regiões de sentidos divergentes, dissonantes, ou seja, um movimento em que o sujeito-navegador é impedido de se confrontar com a diferença. Pelo funcionamento da memória metálica, o sujeito é exposto à repetição, e não à diferença. Mas aqui cabe a ressalva sobre a qual refletimos nos capítulos anteriores de que diferença também se faz na repetição. Existe, na repetição, o potencial de retomada. O movimento de repetição pode ocasionar o movimento de retomada e cabe a ressalva: retomar não é repetir e repetir não é reproduzir (ORLANDI, 2011, p. 15).

Os movimentos de repetição, reprodução e retomada vão dando abertura aos sentidos, fugidios por natureza, e todo o esforço de contenção de sentidos se dá porque a força da deriva dos sentidos é maior e, em algum momento, pode falar mais alto. Nisso está o objetivo maior do aperfeiçoamento das técnicas de personalização de conteúdos: dar conta, com a técnica, do que é da língua em fluxo. Isso significa tamponar o embate constitutivo e contraditório entre a estabilização dos sentidos e à deriva, abarcar com a tecnologia o que é da ordem da historicidade dos dizeres, da ideologia funcionando na linguagem, do político promovendo sentidos e, também, do inconsciente que pode irromper entre as cadeias significantes. Com isso, o sujeito não fica fadado a uma versão estática de uma única posição no discurso. Existe no interior dos espaços de memória possibilidades de irrupções de regiões outras de sentidos, causando estranhamentos e efeitos de contradição que vimos ao refletir sobre a forma-sujeito histórica da contemporaneidade.

O Google pode coletar informações do usuário de duas formas, como pode ser observado no trecho abaixo: informações fornecidas pelo usuário, como supracitado, e informações que a empresa solicita a partir do uso que o usuário faz de seus serviços.

Coletamos informações de duas maneiras:

- **Informações fornecidas por você.** Por exemplo, muitos de nossos serviços exigem que você se inscreva em uma Conta do Google. Quando você abre essa conta, pedimos informações pessoais, como seu nome, endereço de e-mail, número de telefone ou **cartão de crédito**. Se você quiser aproveitar ao máximo os recursos de compartilhamento que oferecemos, podemos também pedir-lhe para criar um Perfil do Google publicamente visível, que pode incluir nome e foto.
- **Informações que pedimos a partir do uso que você faz de nossos serviços.** Podemos **coletar informações** sobre os serviços que você usa e como os usa, como quando você visita um website que utiliza nossos serviços de publicidade ou quando você **vê e interage com nossos anúncios** e conteúdo. Essas informações incluem:

Figura 42: Formas como o Google pode coletar informações do usuário

Podemos observar que é recorrente o emprego do verbo ‘pedir’ partindo da posição da Google. Na figura 42, por exemplo, o efeito de sentido do enunciado “informações que pedimos” é de que diante de um pedido, existe a possibilidade de atendê-lo ou não. Mas, como vimos, não atender aos pedidos dos serviços, acarreta em não usá-los. Na figura a seguir, temos especificado os modos de coleta, manipulação e armazenamento dos dados. Ao observarmos o funcionamento desses recursos, vemos que o usuário não tem escolha, não é dado a ele o espaço para responder aos pedidos e solicitações, que muitas vezes ocorre sem que ele saiba, de maneira automática ou inevitável. Vemos, com isso, o grande potencial de individuação do sujeito pelo funcionamento das técnicas usadas pela Google.

www.google.com/intl/pt-BR/policies/privacy/

- **Informações que pedimos a partir do uso que você faz de nossos serviços.** Podemos **coletar informações** sobre os serviços que você usa e como os usa, como quando você visita um website que utiliza nossos serviços de publicidade ou quando você **vê e interage com nossos anúncios** e conteúdo. Essas informações incluem:
  - **Informações do dispositivo**

    Podemos coletar **informações específicas do dispositivo** (como seu modelo de hardware, versão do sistema operacional, identificadores exclusivos de produtos e informações de rede móvel, inclusive número de telefone). O Google pode associar seus **identificadores de dispositivo** ou **número de telefone** com sua Conta do Google.
  - **Informações de registro**

    Quando você usa nossos serviços ou visualiza conteúdo fornecido pelo Google, podemos coletar e armazenar automaticamente determinadas informações em registros do servidor. Isso pode incluir:
    - detalhes de como você usou nosso serviço, como suas consultas de pesquisa.
    - informações de registro de telefonia, como o número de seu telefone, número de quem chama, números de encaminhamentos, horário e data de chamadas, duração das chamadas, informações de identificador de SMS e tipos de chamadas.
    - Endereço de protocolo de Internet
    - informações de evento de dispositivo como problemas, atividade de sistema, configurações de hardware, tipo de navegador, idioma do navegador, data e horário de sua solicitação e URL de referência.
    - cookies que podem identificar exclusivamente seu navegador ou sua Conta do Google.
  - **Informações do local**

    Quando você usa um serviço do Google capaz de identificar a sua localização, podemos **coletar e processar informações sobre sua localização real**, como sinais de GPS enviados por um dispositivo móvel. Além disso, podemos usar várias tecnologias para determinar o local, como dados de sensor de seu dispositivo que podem, por exemplo, fornecer informações sobre pontos próximos de acesso Wi-Fi e torres de celular.
  - **Números de aplicativo exclusivos**

    Determinados serviços incluem um número de aplicativo exclusivo. Este número e as informações sobre sua instalação (por exemplo, o tipo de sistema operacional e o número da versão do aplicativo) devem ser enviados ao Google quando você instalar ou desinstalar esse serviço ou quando esse serviço entrar em contato periodicamente com nosso servidores, como para atualizações automáticas.
  - **Armazenamento local**

    Podemos coletar e armazenar informações (inclusive informações pessoais) localmente em seu dispositivo usando mecanismos como armazenamento no navegador da web (inclusive HTML 5) e caches de dados de aplicativo.
  - **Cookies e identificadores anônimos**

    Nós, juntamente com nossos parceiros, usamos várias tecnologias para coletar e armazenar informações quando você visita um serviço do Google e isso pode incluir o envio de um ou mais cookies ou identificadores anônimos para seu dispositivo. Também usamos cookies e identificadores anônimos quando você interage com serviços que oferecemos a nossos parceiros, como **serviços de publicidade** ou recursos do Google que podem aparecer em outros sites.

Figura 43: Informações dos usuários coletadas pela Google

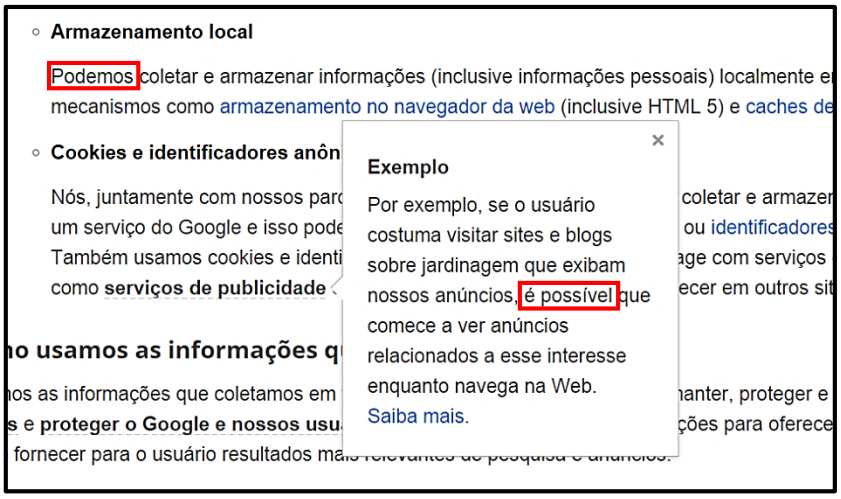


Figura 44: Detalhe do exemplo de uso das informações coletadas

Mais uma vez, expressões como “podemos”, “devem ser”, “é possível”, não evidenciam se o que é referido com relação aos dados acontecerá de fato, ou seja, não se sabe se ocorre realmente, sabe-se apenas que pode ou deve ser feito.

4.4 Sujeito-dado: O que o Google sabe sobre você?

Para corroborar com a expressão sujeito-dado proposta, elencamos alguns recortes que elucidam tal funcionamento. Para tanto, as noções de ideologia, sujeito e memória funcionam como eixos teóricos dessa análise. Questões decorrentes desses três conceitos principais também são igualmente estruturantes dessa proposta, quais sejam: interpelação ideológica, individuação, forma-sujeito e memória metálica. Tais questões decorrentes fundamentam o funcionamento discursivo peculiar das condições de produção contemporâneas e das materialidades que lhe são próprias, mostrando-nos a forma-sujeito histórica sobre a qual temos nos debruçado: o sujeito do digital ou sujeito-dado, constituído em regiões da memória metálica.

Para observamos tais relações teóricas, trazemos os seguintes recortes da materialidade digital: definições do recurso *Google Dashboard*, publicadas na página oficial do Google; notícias sobre o funcionamento desse recurso, publicadas por dois veículos especializados em tecnologia, o Tecmundo[44] e o Olhar Digital[45]; e comentários de usuários sobre o recurso, postados na rede social *Facebook*[46].

Como vimos, ao direcionar conteúdos personalizados para cada usuário, inferimos que o funcionamento dos filtros na *web* tem o potencial de promover uma captura do sujeito e iniciar seus movimentos de constituição no/pelo digital, quais sejam: interpelação e individuação. A interpelação ideológica que promove o deslocamento do indivíduo para o sujeito do discurso, fisgando-o e mantendo-o em regiões de sentidos dominantes, dados *a priori*, nesse caso, pelos recursos de personalização. E a individuação que nos mostra uma forma-sujeito histórica constituída com as condições de produção contemporâneas: a forma-sujeito do digital ou, como temos chamado, o sujeito-dado que é constituído pelos filtros. Funcionando algoritmicamente, os filtros constroem um perfil prévio para cada sujeito-dado, o que faz com que os sentidos atualizados na tela pelo buscador sejam relacionados aos interesses desse sujeito. É sobre esse perfil criado pelas técnicas de filtragem de conteúdos que diz respeito o *Google Dashboard*, também denominado como *Google Account Activity*, objeto dessa análise.

Recentemente substituído pelo *Google Account Activity*, o Google *Dashboard*, funciona como um painel de controle do usuário. Nele, o usuário pode ver todos os dados que o Google armazena sobre ele, além de descobrir o que o Google pode fazer com todos esses dados. O

---

[44] TECMUNDO. Disponível em: <http://www.tecmundo.com.br/>. Acesso em: 25 jan. 2016.
[45] OLHAR DIGITAL. Disponível em: <http://olhardigital.uol.com.br/>. Acesso em: 25 jan. 2016.
[46] FACEBOOK. Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/>. Acesso em: 25 jan. 2016.

recurso foi disponibilizado pela empresa com o intuito de possibilitar aos usuários que controlem as atividades *web* que envolvem seus dados. O usuário pode editar tais informações, desde que possua certo manejo para tal, para que anúncios, serviços, resultados da busca, entre outros, não sejam influenciados. É o perfil prévio feito pelas técnicas de personalização de conteúdos a que temos nos referenciado. Esse perfil funciona para todos os serviços do Google, nesse caso, e em grande parte da web, haja visto que, como vimos, o Google possui diversos serviços, além de seus parceiros que também são inumeráveis.

Pelo funcionamento próprio da memória discursiva, como vimos anteriormente, sabemos que a regularização dos sentidos prescinde, necessariamente, o reconhecimento do que é repetido, como afirmam SCHERER e TASCHETTO (2005, p. 122). Na medida em que os resultados recuperados pelos recursos de personalização de conteúdos no Google condizem com o perfil prévio criado para o usuário, podemos inferir que o sujeito-dado reconhecerá os sentidos para ele atualizados, o que vai de encontro a afirmação das autoras. Podemos observar um funcionamento próprio da materialidade digital corroborando com o funcionamento da memória, nesse caso, metálica, que traz a repetição e o excesso como condição. Estamos diante do funcionamento da memória mas com a especificidade do digital, que promove tais peculiaridades.

A seguir, a definição oficial de tal recurso dada pelo Google:

Figura 45: Definição do Google Dashboard

Na transcrição abaixo destacamos, da definição dada, significantes do campo de sentidos que tangem ao tecnológico, perpassados também pela via do mercadológico, salientando a quantidade de tais significantes.

> **Painel de Controle**
> O **Google Dashboard** oferece uma **visualização** simples dos **dados** associados a sua **Conta** do Google.
> **Projetado** para fornecer **transparência e controle a você**
> Resume os **dados** associados a cada **produto** que você usa quando está **conectado** a sua **conta**
> Fornece **links** para controlar suas **configurações** pessoais
> Abrange mais de 20 **produtos** e **serviços** incluindo **Gmail**, **Google Agenda**, **Google Docs**, **Histórico da web**, **Alertas** e **Youtube**
> Observação de segurança: para manter sua segurança e privacidade, é possível que, às vezes, seja solicitado que você confirme sua **senha**, mesmo que já esteja **conectado**. Isso pode acontecer com mais frequência em **serviços** que envolvam suas informações pessoais.

Quando observamos o funcionamento da linguagem, do ponto de vista discursivo, aspectos políticos, históricos e ideológicos são inerentes. Isso não é diferente quando o funcionamento da linguagem é perpassado por recursos tecnológicos. Levar em conta tais recursos, ao traçar uma análise discursiva, significa abordarmos o discurso em suas condições de produção e materialidade.

No trecho transcrito, podemos observar um escrito de certo modo simples, característica que perpassa todos os produtos e serviços do Google. No entanto, ao tratar de um funcionamento técnico, é inevitável o uso de um vocabulário técnico que prescinde dado conhecimento para que haja apreensão do que está sendo dito. Ao recorrer com frequência significativa, tais enunciados repletos de termos técnicos, constituem o saber própria dessa FD, na qual sobressaem sentidos sobre o tecnológico. Vemos um fato de linguagem sendo abordado, sobretudo, pela via do técnico, do sistêmico, em detrimento do político (ROMÃO, 2011b, p. 146). A existência da materialidade da língua é pouco considerada nessa discursividade, ou seja, os aspectos históricos, políticos e culturais são reduzidos pelo trabalho da informática, como apontou PÊCHEUX (1994, p. 63). Isso nos mostra traços das condições de produção e materialidade contemporâneas.

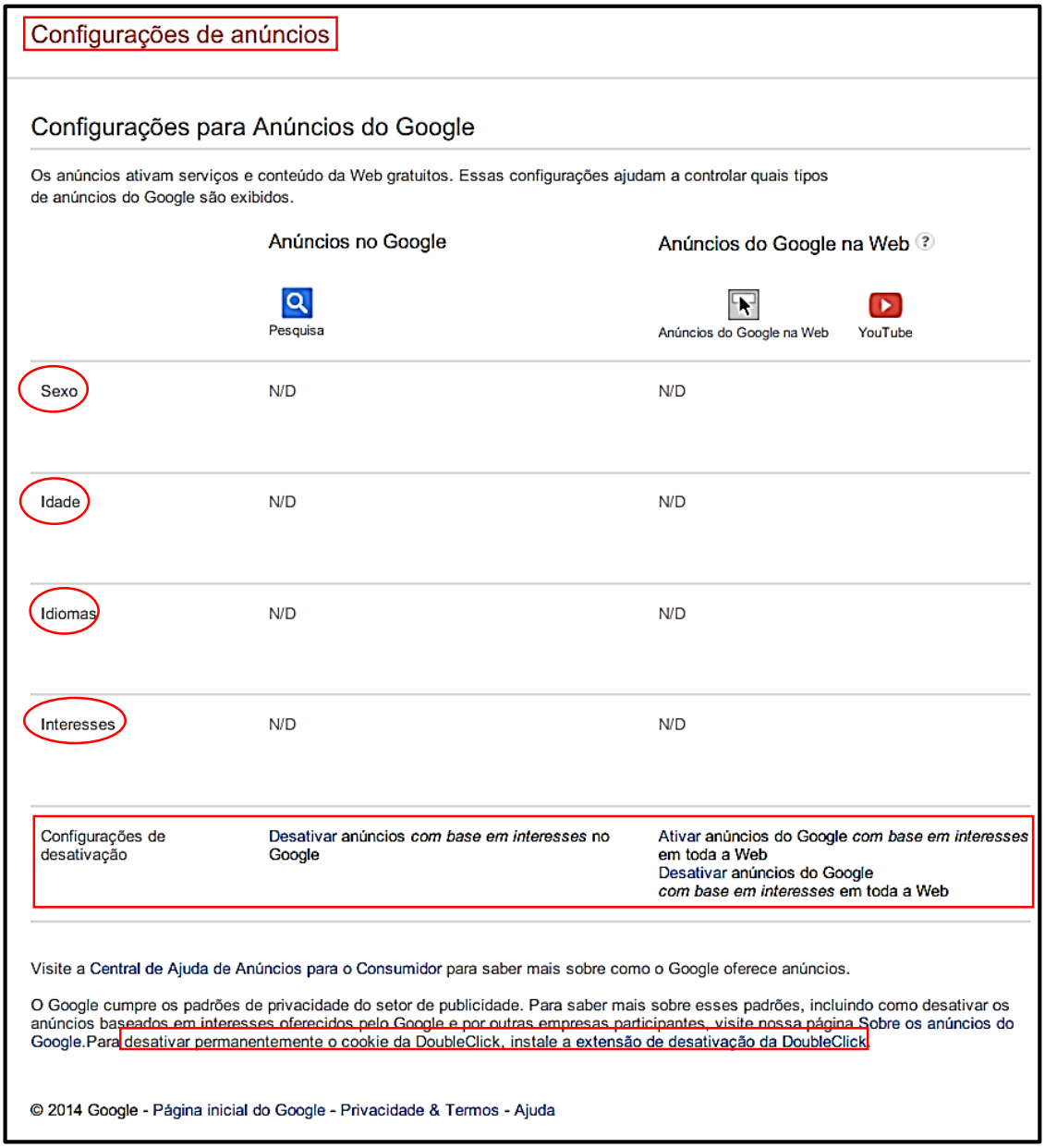
Tais traços ancoram a inscrição do sujeito nesse espaço de significação. Ao analisarmos o trecho supracitado, podemos observar um sujeito com características peculiares, individuado pela tecnologia. “Uma visualização simples dos dados” só é possível com acesso à internet, o que pressupõe um dispositivo. Conectar, nesse caso, representa o primeiro passo do movimento de individuação do sujeito pela tecnologia, ou seja, por um construto técnico. Temos aqui um sujeito conectado que, ao estar on-line, passa a ser visto sinopticamente. Inúmeras são as instancias em que esse sujeito pode ser identificado. Ao conectar, usar um antivírus, fazer *login* nas redes sociais e nos demais serviços utilizados diariamente (e-mail, nuvem, agenda, etc.), acessar portais de notícias, dentre outras inúmeras atividades na rede, o sujeito é identificado

pelos provedores e servidores que promovem todos esses acessos. É fato que esses sujeitos-navegadores e seus dados são vistos estatisticamente o que, como sabemos, não impede de forma alguma que uma intervenção analítica ocorra. Para visualizar os "dados associados a sua Conta do Google", o sujeito precisa ter uma conta e, para tanto, aceitar os termos de uso, o que representa mais um passo no processo de individuação do sujeito pela tecnologia. Nessa etapa, temos um sujeito conectado e logado no Google. Na sequência do trecho transcrito temos a oferta de "transparência e controle", o que adiciona mais um efeito que caracteriza esse sujeito: é um sujeito que, de maneira transparente, está no controle. Além disso, tal sujeito consegue "controlar suas configurações pessoais", ou seja, possui certo saber técnico. Em trecho que segue, ainda concernente ao recorte supracitado, temos características que corroboram, mais uma vez, com o funcionamento sinóptico, ao observarmos que se trata de um sujeito que utiliza vários serviços on-line ao mesmo tempo: "dados associados a **cada** produto que você usa quando está conectado a sua conta"; "Abrange **mais de 20 produtos e serviços**". E, por fim, no último parágrafo do trecho transcrito, temos que, possibilitado pelo Google, esse sujeito está seguro e protegido.

Todas essas características dizem de um funcionamento próprio do discurso no espaço da Internet e dos sujeitos que nesse espaço se inscrevem. Observamos que se trata de sujeitos conectados, logados, identificados, vistos, conhecedores das técnicas, seguro, protegido e que está no controle. Traços esses peculiares ao sujeito do digital e naturalizados pelo trabalho da ideologia. A possibilidade de transparência e controle dos dados pessoais é dada pela corporação que dá acesso aos serviços. Tal ação possui um efeito de sentido de benesse que a naturaliza e escamoteia a contradição com que esse acontecimento ocorre: os dados são pessoais, ou seja, dizem respeito a particularidade de cada sujeito, no entanto, a possibilidade de administrar esses dados é fornecida pela empresa e só é possível, nesse caso, dessa forma. Vemos que quem está no controle, de fato, não é o sujeito, apesar de ser esse o efeito que fica, o que nos mostra o funcionamento para o qual apontou ALTHUSSER (1985, p. 74): a eficácia das relações de poder é assegurada pela ideologia dominante, a da classe dominante, mesmo que contraditoriamente, promovendo a unidade dos aparelhos ideológicos. A discursividade instaurada na explanação do funcionamento de tais recursos tecnológicos, produz um efeito de sentido de empoderamento do sujeito-dado. Numa espécie de jogo de faz-de-conta, o sujeito-dado, empoderado pela tecnologia, é um sujeito portador de poder, controle e de cujas possibilidades são potencializadas pelo uso da tecnologia. O uso de vocabulário demasiadamente técnico, como vimos, inscreve um ideário de autoridade da tecnologia e corrobora com o efeito de empoderamento do sujeito-dado. Tal autoridade, na maioria das vezes

inquestionável, produz o efeito de garantia de tal poder, na medida em que, o uso de tais recursos, possibilitaria mais domínio, mais transparência, mais controle, como pode ser observado nos trechos destacados, ou seja, fica o efeito de que o sujeito pode sempre mais. No entanto, como vimos, quanto maior for o uso de tais recursos, quanto maior for o tempo conectado, mais informações e dados são coletados e armazenados que retornam para o funcionamento dos filtros, ou seja, um sujeito livre, mas filtrado, capturado. Desse modo, afirmamos que, pelo efeito de evidência provocado pela ideologia que age de modo a naturalizar tais efeitos, nunca se esteve tão livre, controlado, o que resultado em um engodo.

A seguir, destacamos alguns exemplos do que pode ser armazenado pelo Google para que um perfil de usuário seja criado. Destacamos também algumas marcas discursivas para análise.



Configurações de anúncios

Configurações para Anúncios do Google

Os anúncios ativam serviços e conteúdo da Web gratuitos. Essas configurações ajudam a controlar quais tipos de anúncios do Google são exibidos.

	Anúncios no Google	Anúncios do Google na Web	
	Pesquisa	Anúncios do Google na Web	YouTube
Sexo	N/D	N/D	
Idade	N/D	N/D	
Idiomas	N/D	N/D	
Interesses	N/D	N/D	
Configurações de desativação	Desativar anúncios *com base em interesses* no Google	Ativar anúncios do Google *com base em interesses* em toda a Web Desativar anúncios do Google *com base em interesses* em toda a Web	

Visite a Central de Ajuda de Anúncios para o Consumidor para saber mais sobre como o Google oferece anúncios.

O Google cumpre os padrões de privacidade do setor de publicidade. Para saber mais sobre esses padrões, incluindo como desativar os anúncios baseados em interesses oferecidos pelo Google e por outras empresas participantes, visite nossa página Sobre os anúncios do Google.Para desativar permanentemente o cookie da DoubleClick, instale a extensão de desativação da DoubleClick.

© 2014 Google - Página inicial do Google - Privacidade & Termos - Ajuda

Figura 46: Exemplo dos dados que podem ser armazenados

Neste recorte, podemos observar um pouco melhor de como funciona o direcionamento de conteúdos pelo Google e, consequentemente, em grande parte da *web*. Aqui temos alguns dos dados que são armazenados sobre o usuário, tais como sexo, idade, idiomas, interesses, etc, que vão corroborando com a premissa de constituição de um sujeito-dado. Tais dados são, por vezes, fornecidos pelos próprios usuários. Mas, em grande parte das vezes, esses dados são coletados e armazenados automaticamente. Durante o uso da Internet, os mecanismos vão coletando tais informações de maneira indireta, como vimos anteriormente na explanação desse funcionamento técnico. Tais dados dizem respeito ao indivíduo, usuário da Internet. No entanto, como o armazenamento desses dados vai interferir diretamente na maneira como esse usuário se relaciona com os conteúdos na web, tal funcionamento desloca a esfera do empírico e passa

a incitar discursividades e inscrições do sujeito. Mais uma vez, vemos que tal funcionamento, apresentado tão somente pela via do técnico, não contempla os traços próprios da linguagem em fluxo. Em grande parte do recorte, a recorrência de termos técnicos é significativa, como podemos ver nos trechos destacados a seguir:

> **configurações** de anúncios
> **configurações** de ativação
> **desativar** anúncios
> **desativar** permanentemente o cookie da DoubleClick, **instale a extensão de desativação**

Podemos observar a necessidade, por parte do usuário, de ter um conhecimento específico. Chegar até essa tela de configurações, pressupõe um caminho com algumas etapas. Manipular tais informações, implica um conhecimento mínimo sobre como configurá-las. Todos esses traços vão bordejando o que é da ordem da linguagem apenas pela via do técnico e individuam a forma-sujeito-dado inscrita nas regiões de sentidos que versam sobre procedimentos informáticos. Pelo trabalho da ideologia, tamanha recorrência de sentidos do técnico em detrimento dos aspectos políticos que deles decorrem, é naturalizada e os efeitos de evidência com relação a tecnologia se sobressaem. A seguir, destacamos trechos que corroboram com tal funcionamento ideológico:

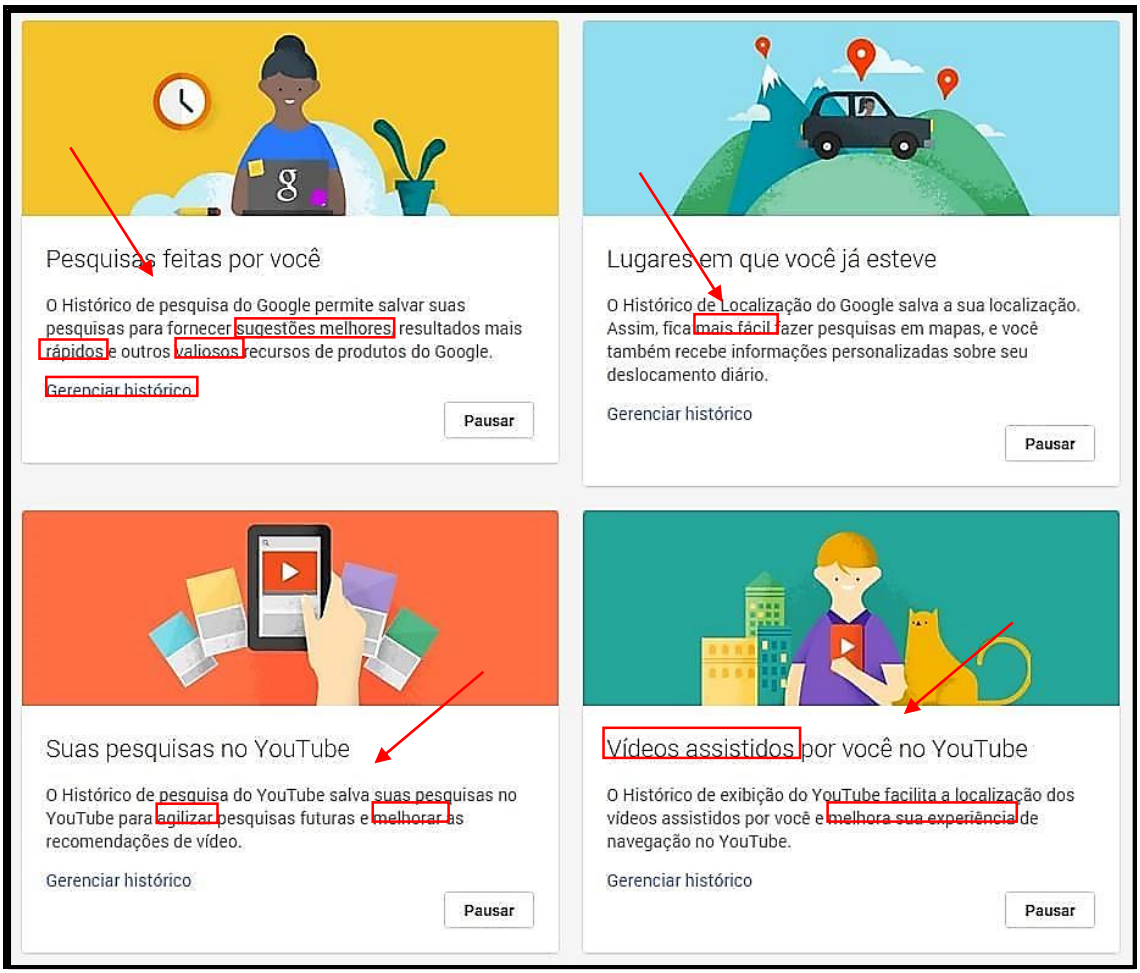


Figura 47: Exemplo dos dados que podem ser armazenados

Neste recorte, destacamos a recorrência de significantes adjetivos e advérbios de intensidade. Tais marcas linguísticas promovem sentidos dominantes que ressaltam os benefícios e as facilidades possibilitados pelo uso dos recursos de personalização no Google, como podemos ver a seguir:

> fornecer sugestões **melhores**
> resultados **mais rápidos**
> outros **valiosos** recursos
> fica **mais fácil**
> **agilizar** pesquisas **futuras**
> **melhorar** as recomendações de vídeo

Todas as facilidades oferecidas gratuitamente fazem com que não se duvide de tal funcionamento. As condições de produção que nos dizem do momento social, político e histórico pouco são debatidas diante de tantos benefícios gratuitos. Podemos observar significantes relacionados ao tempo, tais como: agilizar, rápido, futuro. Tais marcas discursivas

corroboram com uma das principais características das condições de produção da contemporaneidade, pela qual tempo é dinheiro. Essas marcas nos mostram aspectos econômicos, mercadológicos e, consequentemente, sócio-históricos e políticos da conjuntura contemporânea. O poder de aperfeiçoamento dessas técnicas é corroborado pelos significantes: melhorar, agilizar. Toda essa discursividade vai contornando de tal modo a materialidade da língua, que pouco deixa brecha para que ela possa emergir. Do último trecho destacado do recorte supracitado, apontamos para o funcionamento da memória metálica e do sujeito-dado.

> Vídeos assistidos por você no YouTube
> O Histórico de exibição do YouTube facilita a localização dos vídeos assistidos por você e melhora sua experiência de navegação no YouTube.

O histórico de exibição de vídeos do YouTube armazena os vídeos já assistidos. Partindo disso, vários vídeos relacionados, parecidos, similares ou mesmo repetidos são propostos ao sujeito. Tudo o que aparece à tela para o sujeito-dado corresponde ao perfil traçado pelas técnicas de personalização. Sendo fisgado na superfície dessa rede que atualiza sempre mais do mesmo, o sujeito-dado é mantido em certa circularidade, pelo movimento de interpelação em que é inscrito em relação de paráfrase com os sentidos dominantes. Conforme apontamos, essa saturação dos sentidos, traço da memória metálica, funciona pelo processo parafrástico que instaura um retorno constante a um mesmo dizer. Como pode ser observado a seguir, em dois exemplos de página inicial do Youtube, recuperados no Google Imagens.

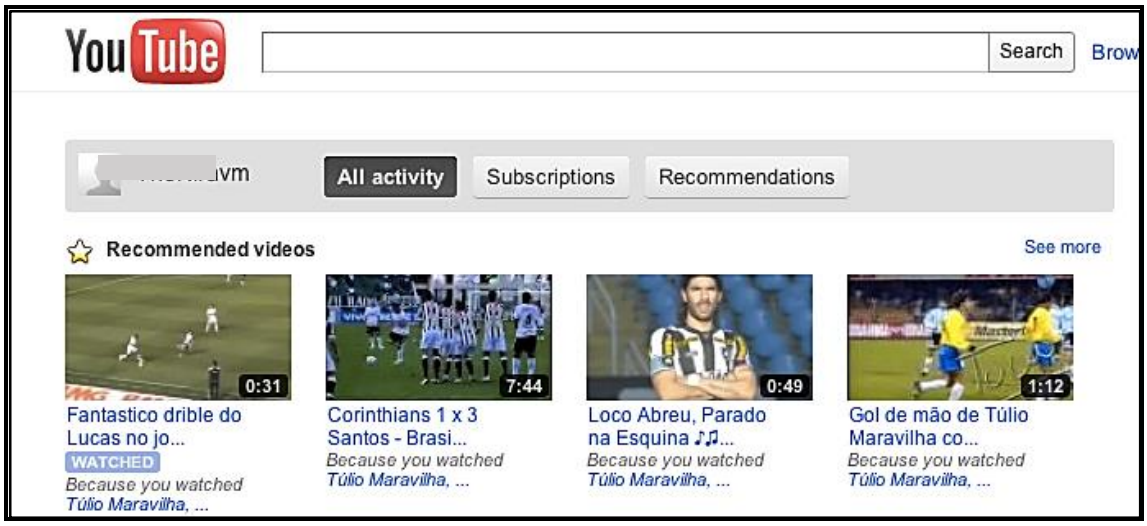


Figura 48: Exemplo de página inicial do Youtube

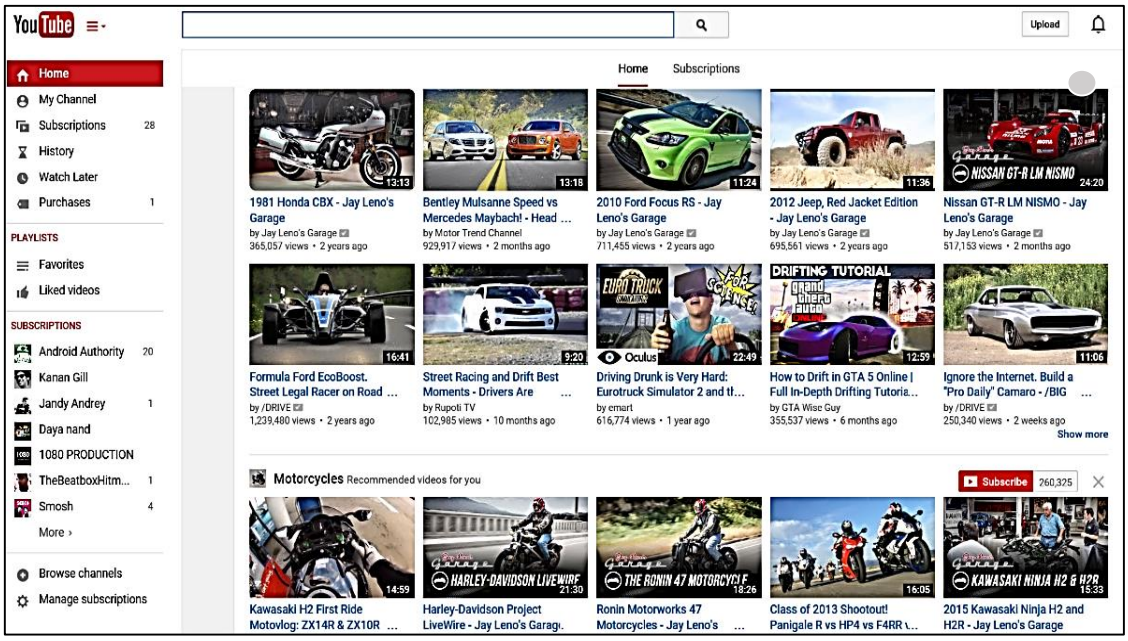


Figura 49: Exemplo de página inicial do Youtube

Podemos observar, no primeiro exemplo, que todos os vídeos recomendados são relacionados a futebol e, no segundo exemplo, praticamente todos os vídeos são relacionados a carros e motos. Isso nos mostra um pouco do efeito de horizontalidade apontado por ORLANDI (2010) para referir-se ao funcionamento da memória metálica. Efeito de saturação de um mesmo sentido, de distribuição em série, de acumulo e soma. Vemos um excesso do mesmo, uma série repetitória de um único dizer. Outro traço observado é a questão da "produtividade na repetição", que é ressaltada na definição do serviço: "[...] facilita a localização dos vídeos assistidos por você e melhora sua experiência de navegação no YouTube". A repetição, aqui, visa o aperfeiçoamento que, por conseguinte, delimitará cada vez mais as bordas do sujeito-dado. Na medida em que, pelo funcionamento da personalização, os cliques passados vão determinando o que será visto e clicado a seguir, restam poucas brechas de escape para esse sujeito, o sujeito-dado.

A seguir, podemos observar características que corroboram com tal funcionamento em notícias relacionadas, veiculadas pelo Tecmundo e pelo Olhar Digital, ambos especializados em tecnologia. Característica da atualidade, grande parte dessas notícias foram disseminadas pelas redes sociais, o que promoveu uma abertura para que os sujeitos-navegadores produzissem sentidos sobre as questões decorrentes, o que também será considerado em nossa análise.

Saiba quais informações o Google guarda sobre você

Por Redação Olhar Digital - em 18/11/2014 às 18h28 :: Palavras-chave: GoogleprivacidadePublicidade online

Fonte: **http://olhardigital.uol.com.br/olhar2013/http://olhardigital.uol.com.br/noticia/saiba-quais-informacoes-o-google-guarda-sobre-voce/45270**
Acessado em **17/12/2014** às **16:07:07** © 2005 - 2013 Olhar Digital - Todos os direitos reservados

Muitos usuários não sabem ou não se dão conta, mas ao fazer login no Google ou em qualquer outro serviço da empresa, uma série de informações pessoais são coletadas e repassadas a anunciantes para direcionar propagandas e, consequentemente, faturar mais.

Figura 50: Trecho da notícia "Saiba quais informações o Google guarda sobre você"
Fonte: <http://olhardigital.uol.com.br/noticia/saiba-quais-informacoes-o-google-guarda-sobre-voce/45270?prn=1>

Descubra tudo o que o Google sabe sobre você

Serviço mostra toda a sua atividade online, como e-mails enviados e recebidos, quantas vezes seus vídeos foram executados e mais

Por Redação Olhar Digital - em 29/03/2012 às 16h38 :: Palavras-chave: Banco de Dadose-mailGoogleprivacidade

Fonte: **http://olhardigital.uol.com.br/olhar2013/http://olhardigital.uol.com.br/noticia/google-account-activity-conheca-tudo-o-que-a-empresa-sabe-sobre-voce/25186**
Acessado em **11/12/2014** às **14:04:12** © 2005 - 2013 Olhar Digital - Todos os direitos reservados

O Google acaba de lançar um novo serviço que promete mostrar tudo o que a empresa sabe sobre você. Chamada de Account Activity, a ferramenta mostra dados de todos os serviços da empresa que você utiliza.

Porém, não vá achando que é só se logar e ver suas atividades desde a criação de sua conta. Primeiramente, apenas dados mais recentes são mostrados. Mas informações antigas serão adicionadas periodicamente, segundo o Slash Gear.

Sites, navegadores e plataformas que o usuário usou para se logar, e-mails enviados e recebidos e mensagens mais vistas são mostrados na plataforma.

O serviço também exibe quantos views têm seus vídeos no Youtube, o quão popular eles são e até a localização das pessoas que os assistiram. O Account Activity também mostrará seu histórico de buscas e até o Google Latitudes.

E, além de saber mais sobre si mesmos, os usuários também podem aumentar sua segurança: de acordo com o Google, se você notar que houve algum acesso a partir de algum país que você nunca esteve ou em algum dispositivo que você não possui, é um indício de que você precisa mudar sua senha.

Para acessar o novo Account Activity, clique aqui.

© 2005 - 2013 Olhar Digital - Todos os direitos reservados

Figura 51: Trechos da notícia "Descubra tudo o que o Google sabe sobre você"
Fonte: <http://migre.me/nyDNF>

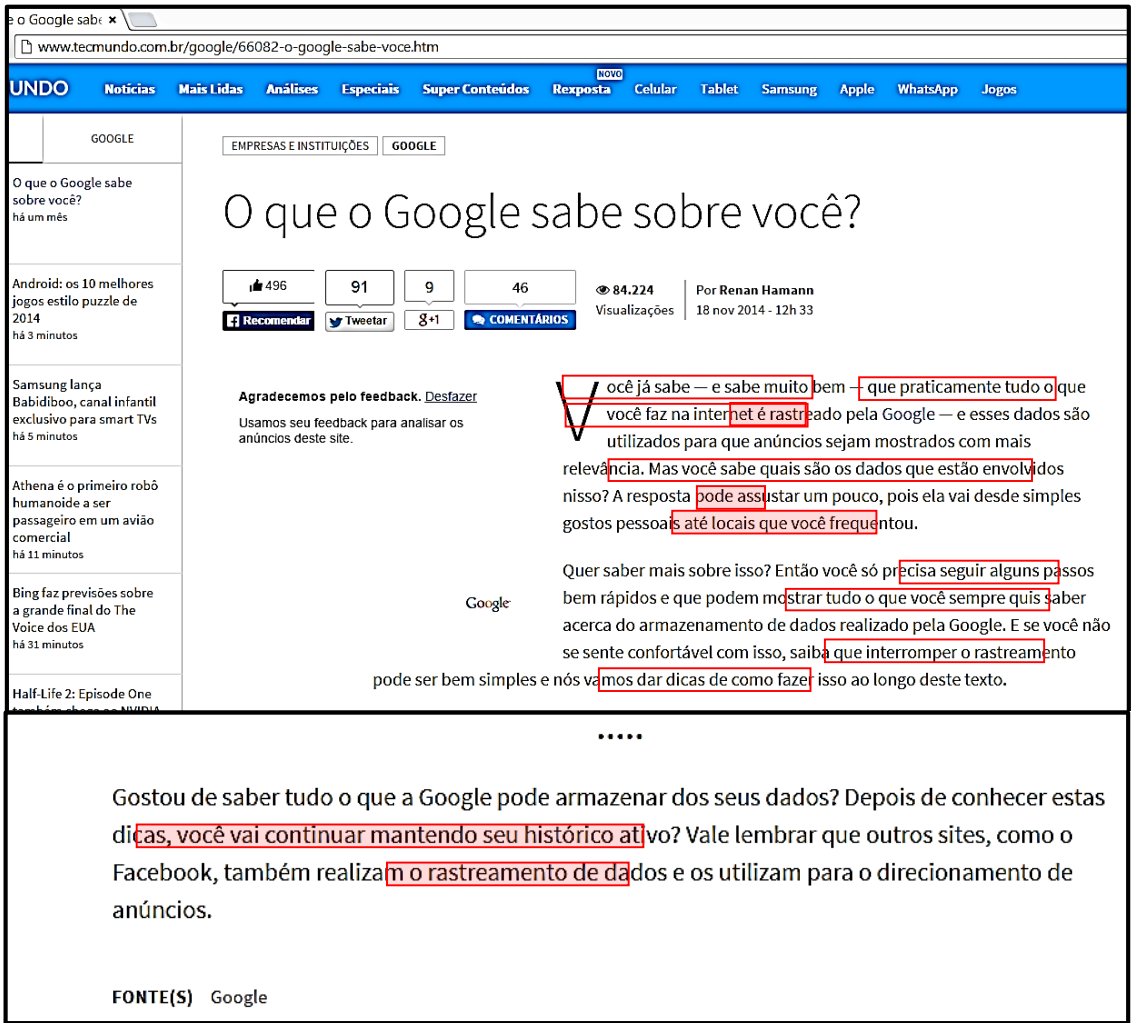


Figura 52: Trecho da notícia "O que o Google sabe sobre você?"
Fonte: <http://www.tecmundo.com.br/google/66082-o-google-sabe-voce.htm>

As notícias trazem como mote: "O que o Google sabe sobre você?"; "Descubra tudo o que o Google sabe sobre você"; "Saiba quais informações o google guarda sobre você". Tais indagações e possibilidades nos mostram uma característica da forma-sujeito histórica que temos analisado, o sujeito-dado. Ele é sabido, nesse caso pelo Google, e em toda sua relação com a rede, devido ao funcionamento dos recursos de personalização de conteúdos. As corporações de tecnologia detêm informações sobre esse sujeito e, a partir disso, instauram na rede um funcionamento discursivo que o individua, na medida em que ele é dado pelo que é sabido sobre ele. Outro traço de tal funcionamento discursivo é que esse saber sobre o sujeito, detido pelas corporações de tecnologia, tem em seu cerne um conhecimento especializado, técnico. Tal região de saber diz respeito ao funcionamento técnico dos recursos de personalização de conteúdos, instaurado por algoritmos, códigos de programação e todo um arsenal de hardware, software, etc, dos quais o sujeito-dado só apreende aquilo que é possibilitado pelas próprias corporações. Através de um discurso que beira a certa didatização

do dizer, como vimos em análises anteriores, as corporações da rede, bem como demais veículos midiáticos especializados, fazem uso de uma terminologia técnica que, para a maior parte dos sujeitos-dados, só é apreensível através dessa mediação, como podemos observar nos trechos destacados a seguir:

> você sabe quais são os dados que estão envolvidos nisso?
> seguir alguns passos
> dar dicas de como fazer isso

Tal mediação entre o sujeito-dado e o saber técnico resulta, mais uma vez, no engodo para o qual apontamos anteriormente. Ao possibilitar o acesso aos dados armazenados, fica o efeito já observado em sequencias discursivas anteriores de que é dado ao sujeito o domínio de seus dados. No entanto, como tal domínio é mediado pelas próprias corporações, o sujeito-dado é, mais uma vez, refém do que lhe é dado a saber, o que resulta em uma contradição e coloca tal saber em jogo, como pode ser observado nos trechos destacados a seguir:

> Você já sabe – e sabe muito bem
> mas você sabe quais são os dados que estão envolvidos nisso?
> tudo o que você sempre quis saber
> E, além de **saber mais sobre si mesmos**, os usuários também **podem aumentar sua segurança.**

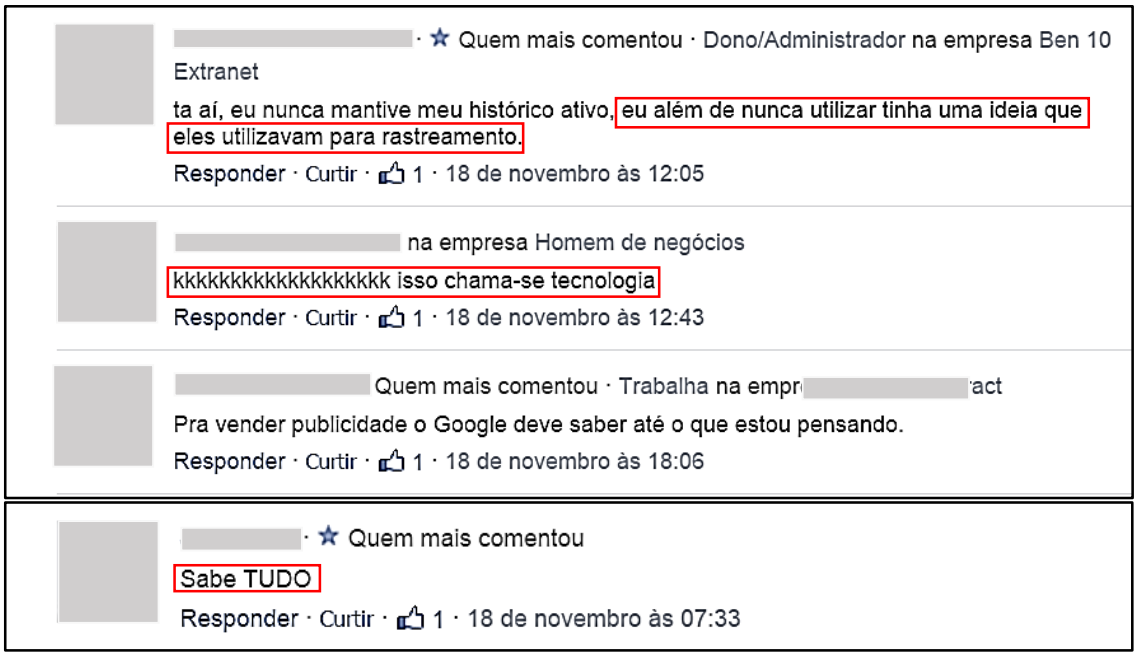
Em "você já sabe - e sabe muito", o sujeito além de saber, sabe muito bem sobre o funcionamento dos recursos de personalização de conteúdos. Já nas duas sequencias destacadas em seguida, tal saber é questionado e colocado em cheque. A essa região de saber, técnico, o sujeito só irá se ligar através da mediação, nesse caso, do veículo midiático especializado em tecnologia que irá dar dicas e mostrar um passo-a-passo de como fazer isso. A possibilidade de saber mais sobre si mesmo é dada pelo próprio mecanismo que coleta e armazena os dados do sujeito.

> E, além de **saber mais sobre si mesmos**, os usuários também podem **aumentar sua segurança**.

Outra região de sentidos bastante recorrente no que tange ao sujeito-dado, versa sobre privacidade. Em grande parte das vezes, como pode ser observado no material analisado e nos trechos destacados a seguir, os sentidos sobre privacidade ficam no âmbito da espionagem e rastreamento. Esses, vão resvalando em efeitos de sentidos de uma perseguição assustadora do sujeito-dado que seria promovida pelas corporações de tecnologia.

> praticamente tudo o que você faz na internet é rastreado
> a resposta pode **assustar** um pouco, pois ela vai desde simples gostos pessoais até **locais que você frequentou**
> interromper o rastreamento
> vai continuar mantendo seu histórico ativo?
> rastreamento de dados

Tais sentidos vociferados pelos veículos midiáticos chegam a beirar uma paranoia acerca do uso da tecnologia. Inferimos que esse efeito de sentido que vai sendo tecido, principalmente pelos veículos midiáticos, ao dar amplo destaque para o fato do sujeito estar sendo observado, rastreado, resulta em um alarido que pouco traz à tona questões políticas, históricas e ideológicas inerentes ao fato que, sobretudo, é um fato de linguagem que mostra a relação homem-língua perpassada pela tecnologia. Refletindo sobre o aspecto político, histórico e ideológico de tal funcionamento, temos que a privacidade e a liberdade de expressão são direitos conquistados e garantidos juridicamente, à exceção de regimes totalitários. Com a recorrência de FD's versando sobre ser rastreado, espionado, como pode ser observado em alguns trechos destacados a seguir, os sujeitos pouco promovem sentidos sobre tais questões históricas, políticas e ideológicas.



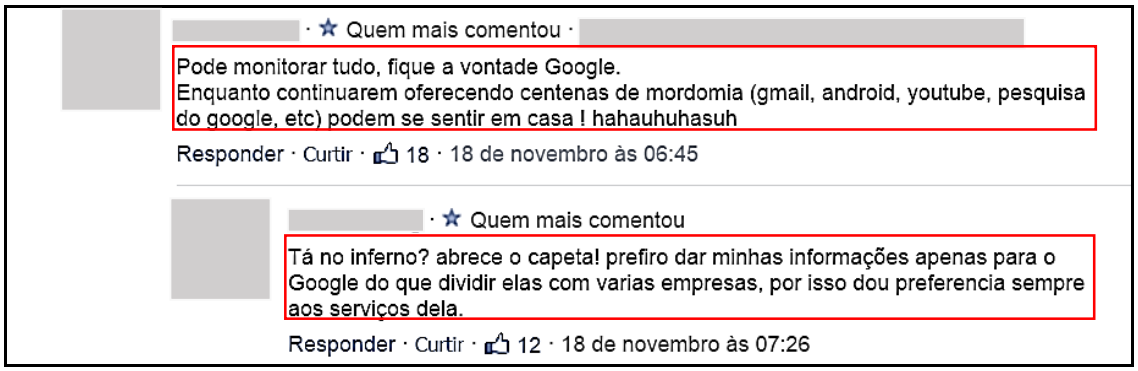


Figura 53: Comentários de usuários sobre a notícia "O que o Google sabe sobre você"

Sob a ótica discursiva, pela qual pautamos nossas análises e reflexões, todos esses enunciados, inscritos pelos sujeitos na rede, devem ser considerados em sua existência histórica, o que traz à tona o trabalho atuante da ideologia. Em sua existência histórica, tais enunciados são inscritos em práticas discursivas regradas pelos aparelhos ideológicos que, nesse caso, são representados pelas grandes corporações de tecnologia. Tais corporações são, hoje, um grande aparelho ideológico que perpassa o aparelho religioso, escolar, família, jurídico, político, sindical, da informação e cultural, conforme apontou ALTHUSSER (s/d). Tais aparelhos, hoje, se valem da tecnologia para garantir sua eficácia o que nos leva a considerar a rede de corporações de tecnologia como um aparelho guarda-chuva de interpelação massiva. Tal interpelação promove o efeito de que sem a tecnologia nada funciona, uma naturalização que vai de encontro ao tamponamento da materialidade da língua, como vemos a seguir nos trechos destacados do recorte supracitado:

> kkkkkkkkkkkkkk isso chama-se tecnologia
> Pode monitorar tudo, fique a vontade Google. Enquanto continuarem oferecendo centenas de mordomia (gmail, android, youtube, pesquisa do google, etc) podem se sentir em casa ! hahauhuhasuh

Todavia, o efeito que fica, como vimos, é de que o sujeito tem domínio e está no controle, como pode ser visto no enunciado em destaque abaixo, do recorte anterior:

> Tá no inferno? abrece o capeta! prefiro dar minhas informações apenas para o Google do que dividir elas com varias empresas, por isso dou preferencia sempre aos serviços dela.

Vemos um desconhecimento do modo como, de fato, se dá a circulação dos discursos na rede, pela qual o Google tem ampla influência, na medida em que possui inúmeros serviços e empresas parceiras, dentre os quais os dados são compartilhados.

A seguir, mais uma notícia sobre as questões que temos debatido, veiculada pelo site de tecnologia “Olhar digital”[47].

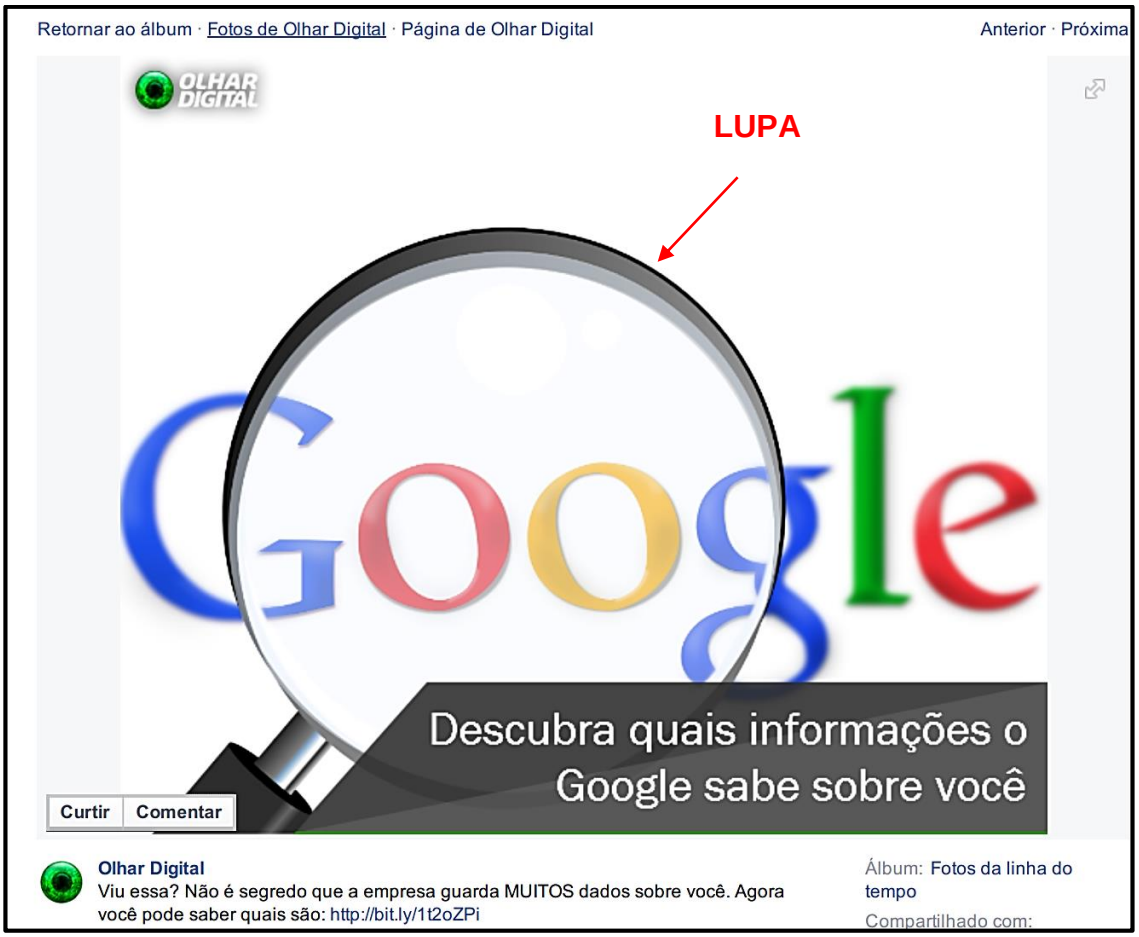


Figura 54: Link para a notícia “Descubra quais informações o Google sabe sobre você”
Fonte: <http://migre.me/nyAPs>

Dela, destacamos a metáfora da lupa, correntemente usada para ilustrar o assunto sobre privacidade versus personalização de conteúdos. Podemos observar que se trata de uma lupa que não aumenta, que não mostra além do que já é dado, o que metaforicamente elucida a contradição e o engodo do funcionamento discursivo a temos nos referido: a constituição do sujeito-dado pelo digital, que pode ser observada abaixo nos comentários dos sujeitos sobre a notícia supracitada.

[47] OLHAR DIGITAL. Disponível em: <http://olhardigital.uol.com.br/>. Acesso em: 17 dez. 2014.

Curtir · Comentar · Compartilhar · 19 de novembro

713 pessoas curtiram isso. Principais comentários

138 compartilhamentos

Escreva um comentário...

O Google sabe mais de nós do que nós sabemos de nós mesmos.
Curtir · Responder · 37 · 19 de novembro às 11:08

2 Respostas

vo nem olhar, vai que o google descobriu uma coisa minha que nem eu sei.
Curtir · Responder · 2 · 19 de novembro às 12:50

pra saber é só ir no www.google.com.br/history logado e lá tem os históricos de pesquisa e tal
Curtir · Responder · 20 de novembro às 20:55

Nós deixamos vestígios de tudo que fizemos logado no Google. Basta um click para eles saberem o que buscamos, o que escrevemos, o que falamos e o que vemos.
Curtir · Responder · 20 de novembro às 10:46

tudo ¬¬'
Curtir · Responder · 19 de novembro às 13:43

Tudinho kkk
Curtir · Responder · 19 de novembro às 12:56

Quer saber sobre mim? Pergunte ao Google ele sabe maravilhas ao meu respeito.
Curtir · Responder · 19 de novembro às 12:32

Todas
Curtir · Responder · 19 de novembro às 12:06

erro a idade kkkk
Curtir · Responder · 19 de novembro às 11:52

Google? Quem é Google?
Curtir · Responder · 19 de novembro às 11:50

Já sabia disso ☺
Curtir · Responder · 19 de novembro às 11:49

Interessante saber isso!
Curtir · Responder · 19 de novembro às 11:39

Isso é totalmente errado colhe dados sem o consentimento dos usuários!
Curtir · Responder · 19 de novembro às 11:34

Figura 55: Trechos de comentários de usuários sobre o Link para a notícia "Descubra quais informações o Google sabe sobre você"
Fonte: <http://migre.me/nyAPs>

Como vimos, o aperfeiçoamento dessas técnicas vai de encontro a abarcar a materialidade da língua, além de promover a ilusão de completude dos sentidos inerente ao seu funcionamento e peculiar a memória metálica. Nessa forma outra de funcionamento da memória, o efeito de completude é promovido pelo excesso e saturação dos sentidos, que ocorrem repetida e horizontalmente, em série, na superfície da materialidade. Tais efeitos podem ser observados a seguir nos trechos destacados do recorte acima:

> **O Google sabe mais** de nós do que nós sabemos de nós mesmos
> vo nem olhar, vai que o google descobriu uma coisa minha que **nem eu sei**.
> Nós deixamos vestígios de tudo que fizemos logado no Google. Basta um click para eles saberem o que buscamos, o que escrevemos, o que falamos e o que vemos.
> Sabe mais que eu mesmo...
> tudo ¬¬'
> Tudinho kkk
> Todas
> basicamente tudo!!

> Tudo
> Mais fácil nos mostrar O QUE ELA NÃO SABE

E, mais uma vez, pela via do discurso técnico, vemos a ideologia naturalizar o uso desses recursos de modo a tamponar o que é da ordem do sócio-histórico, político e ideológico.

> pra saber é só ir no www.google.com.br/history logado e lá tem os históricos de pesquisa e tal
> Google? Quem é Google?
> Já sabia disso
> para q server a deep web??
> De mim o google merda sabe de nada. Desde que ascendi ao péssimo serviço de email deles eu desmarquei tudo. E os cookies de navegação são apagados a 3 minhtos.

Por fim, o que permeia todos esses dados é o fato de que toda essa saturação dos sentidos caminha no sentido de promover um apagamento da memória histórica. No entanto, pelo funcionamento discursiva e considerando a materialidade da língua, as questões políticas e ideológicas que decorrem desse funcionamento não estão menos presentes.

5 CONSIDERAÇÕES

Vassily Kandinsky, Vertiefte Regung (Deepened Impulse), 1928

"os instrumentos científicos não são feitos para dar respostas, mas para colocar questões."

(Paul Henry, 1993, p. 36)

Diante das reflexões ora empreendidas, o que fica e permeia toda a discussão teórica e analítica é a necessidade de questionamento da obviedade e naturalização imposta pelas tecnologias. Como já colocava Pêcheux (1997), é preciso questionar os recursos da inteligência humana que duelam com o arquivo textual, e não disciplinar tal funcionamento através de dispositivos cada mais eficazes de classificações, indexação, etc. Segundo o autor, tais intentos permanecem no âmbito da gestão administrativa e do sonho logicista antigo de língua ideal. Para ele,

> [...] não considerar os procedimentos de interrogação de arquivo como um instrumento neutro e independente (um aperfeiçoamento das técnicas documentais) é se iludir sobre o efeito político e cultural que não pode deixar de resultar de uma expansão da influência das línguas lógicas de referentes unívocos, inscritos em novas práticas intelectuais de massa. Não faltam boas almas se dando como missão livrar o discurso de suas ambigüidades, por um tipo de 'terapêutica da linguagem' que fixaria enfim o sentido legítimo das palavras, das expressões e dos enunciados (PÊCHEUX, 1997, p. 60).

Usar mecanismos lógicos, matemáticos e digitais para abarcar a língua em fluxo, coloca questões a sociedade no que tange ao caráter sócio-histórico, político e ideológico inerentes a esse funcionamento. Refletir sobre a linguagem funcionando em uma infraestrutura mundial em rede que, fisicamente, tem proposta de interligar pessoas e conteúdos. Fazer isso apenas pela via do técnico, do sistêmico, como vimos bastante recorrente em nossas discussões e análises, não ocorre sem que se escamoteio o político. A potência da tecnologia, representada globalmente por corporações gigantes de alcance e lucros vultuosos, faz que sua autonomia seja garantida, pela naturalização propagada ideologicamente. Os sentidos do técnico, da potência, do acesso, se sobressaem em detrimento da materialidade da língua, diante dos quais pouco encontra brechas para emergir.

Com a rede, agora, "girando em torno do eu", cabe a problematização a que propomos fundamentar: que eu é esse, dado, sabido e constituído por dados? O sujeito-dado: individuado pelas técnicas e que, pelo funcionamento delas, é fisgado pelo efeito de que está no controle de seus dizeres; de que tem acessibilidade infinita a todo e qualquer tipo de conteúdo; de que é sabedor das técnicas e as domina e, contudo, é livre. Efeito de evidência naturalizado pelo trabalho da ideologia que faz com que os sujeitos se reconheçam universalmente, no movimento de interpelação, de submissão ao Sujeito. Tal movimento garante que os sujeitos "caminhem por si mesmos", ou seja, entregues à ideologia, pela qual eles "reconhecem que as coisas são certamente assim e não de outro modo" (ALTHUSSER, 1985, p. 103).

Diante desse cenário, trazemos a teoria de Análise do Discurso de linha francesa, que ancora nossas premissas. Ao pensar o funcionamento da linguagem no que tange ao sócio-histórico, ao político, ao inconsciente e ao ideológico, a AD nos mostra os traços constitutivos do sujeito e da língua em curso. Tais traços poderiam se esvair na superfície da materialidade digital, pelo funcionamento da memória metálica. Tamanha repetição e saturação dos sentidos poderiam apagar a memória histórica. No entanto, como vimos, estamos diante um mo(vi)mento da história na linguagem, no qual e por isso mesmo, os efeitos da história e da ideologia não estão menos presentes. Cabe refletirmos e observarmos tais movimentos na direção de construirmos sentidos outros sobre o que nos constitui enquanto sujeitos.

Contudo, o que deixamos, e que fica por vir, são questionamentos que resvalam a história, o político e o ideológico para além do construto técnico, que estão em curso e que não esgotam por aqui...

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, L. (1978) Resposta a John Lewis. *Posições*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

ALTHUSSER, L. (1980). *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado* (3a ed.). Lisboa: Editorial Presença.

ALTHUSSER, L. (1985). *Aparelhos Ideológicos de Estado* (2a ed.) (Walter Evangelista e Maria Laura V. de Castro, trads.). Rio de Janeiro: Graal.

ALTHUSSER, L. (2005) O marxismo como teoria "finita". *Revista Outubro,* (2), 63-73, ISSN 1516-6333. Recuperado em 04 ago. 2015, de http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/02/out2_05.pdf

ALTHUSSER, L. (n.d). *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado* (3a ed.). Lisboa: Editorial Presença.

ALVARENGA, M. A. F. P. (2003) *Apontamentos de metodologia para a ciência e técnicas de redação científica* (3a ed. rev. e ampl.). Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Ed.

BAUMAN, Z. (1999). *Globalização*: as conseqüências humanas. São Paulo: Jorge Zahar.

BAUMAN, Z. (2000). *Modernidade Líquida* (Carlos Alberto Medeiros, trad.). Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor.

BECK, M. & ESTEVES, P. (2012, julho). O sujeito e seus modos – identificação, contraidentificação, desidentificação e superidentificação. *Leitura Maceió,* (50), 135-162.

BENTHAM, J. (1995). *The Panopticon Writings.* London: Miran Bozovic. Recuperado em 04 nov. 2013, de http://cartome.org/panopticon2.htm

BOGDAN, R. & BIKLEN, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação:* uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto Editora.

COSTA, R. da (2004) Sociedade de Controle. *Scielo Brazil: São Paulo em Persp.* São Paulo, SP.

COURTINE, J-J. (1981). Quelques problèmes théorique e méthodologique en Analyse du Discours: à propos du discours communiste adressé aux chrétiens. *Langages,* Grenoble, 15(62), 09-128. Trimestral. (Liminaire de Michel Pêcheux). Recuperado em 10 nov. 2014, de http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lgge_0458726x_1981_num_15_62_1873

DELEUZE, G. (1988). *Diferença e Repetição* (Luiz Orlandi e Roberto Machado, trads.). Rio de Janeiro: Graal.

DELEUZE, G. & GUATARRI, F. (1995). Introdução: Rizoma. In *Mil platôs*: capitalismo e esquizofrenia (Aurélio Guerra e Célia Pinto Costa, trads.). (pp. 10-36). Rio de Janeiro: Editora 34.

DERRIDA, J. (2001) *Mal de arquivo:* uma impressão freudiana (Cláudia de Moraes Rego, trad.). Rio de Janeiro: Relume Dumará.

DIAS, C. (2008). *Da corpografia*: ensaio sobre a língua/escrita na materialidade digital. Santa Maria: UFSM, Programa de Pós-Graduação em Letras.

DIAS, C. (2013, dezembro). A poética do cotidiano da rede. *Signo y Seña*, Buenos Aires, (24), 57-70. Recuperado em 18 nov. 2014, de http://revistas.filo.uba.ar/index.php/sys/index

DUARTE, Ricardo de Carvalho. (2007). *Belvedere*: 1971-2007. Rio de Janeiro: 7letras. (Conhecido por Chacal).

FARIA, D. O.; & ROMÃO, L. M. S (2013). Discurso e movimentos na página do Google. *Entremeios*, 7, 1-12.

FARIA, D. & ROMÃO, L. M. S. (2010). Google e o movimento de sentidos. *Versão Beta* (UFSCar), 60, 41-58.

FERREIRA, M. C. L (2003, dezembro). O quadro atual da análise de discurso no brasil. *Letras*: revista do programa de pós-graduação em letras da UFSM, Santa Maria, (27), 39-46. Recuperado em 23 mai. 2013, de http://w3.ufsm.br/revistaletras/letras27.html

FOUCAULT, M. (1987). *Vigiar e punir:* nascimento da prisão. (27a ed.) (Raquel Ramalhete, trad.). Petrópolis: Vozes.

FOUCAULT, M. (2002). *A arqueologia do saber.* Rio de Janeiro: Forense Universitária.

GARCIA, D. A. & NUNES, J. H. (2011, setembro) A documentação e a divulgação do saber linguístico na revista do IHGB. *Linguagem em (dis)curso*, Tubarão, SC, 11(3), 463-495. Recuperado em28 out. 2014, de http://www.scielo.br/pdf/ld/v11n3/a02v11n3

GIORGENON, D. (2013). Um estudo sobre sujeito e corpo: sentidos da/na rede eletrônica. In *V Encontro de Estudos da Linguagem e IV Encontro Internacional de Estudos da Linguagem - Enelin*, Pouso Alegre: Univás.

LAGAZZI, S. (1988). Algumas considerações sobre o método discursivo. In *O desafio de dizer não.* Campinas: Pontes.

MALDIDIER, D. (1990). *L'Inquietude du discours*. Paris: Editions des Cedres.

GUILHAUMOU, J. & MALDIDIER, D. (2011). A configuração metodológica inicial. In: PIOVEZANI, C. & SARGENTINI V. (orgs.) *Legados de Michel Pêcheux*: inéditos em análise do discurso. São Paulo: Contexto.

MANZATO, M. G. (2011). *Uma arquitetura de personalização de conteúdo baseada em anotações do usuário.* Tese de Doutorado, Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação, Universidade de São Paulo, São Carlos. Recuperado em 06 jul. 2013, de http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/55/55134/tde-11042011-160836/

MARCHI, K. R. da C. (2010). *Uma abordagem para a personalização de resultados de busca na web.* Dissertação de Mestrado, Departamento de Informática, UEM, Maringá. Recuperado em 04 set. 2012, de http://www.din.uem.br/pos-graduacao/mestrado-em-ciencia-da-computacao/arquivos/dissertacoes-1/Kessia%20Rita%20da%20Costa%20Marchi.pdf

MARIANI, B. (1998). *O PCB e a imprensa.* Campinas: Editora da Unicamp e Editora Revan.

MARX, K. (1988). *O Capital*: Crítica da Economia Política, Livro III, Volume V. São Paulo: Editora Nova Cultural.

MATHIESEN, T. (1998). A sociedade espectadora: o 'panóptico' de Michel Foucault revisitado. *Revista Margem*, (8), 77-95.

MINAYO, M. C. de S. (2008). *O desafio do conhecimento:* pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: HUCITEC.

MITTMANN, S. (2007). Discurso e texto: na pista de uma metodologia de análise. In: LEANDRO FERREIRA, M. C. & INDURSKY, F. (Org.). *Análise do discurso no Brasil*: mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Claraluz, 153-162.

NUNES, J. H. (2008). O discurso documental na história das ideias linguísticas e o caso dos dicionários. *Alfa*, São Paulo, 52(1), 81-100.

ORLANDI, E. P. (1984). Segmentar ou recortar. *Lingüística*: Questões e Controvérsias, Uberaba, (10), 9-26.

ORLANDI, E. P. (1991). O método em análise do discurso. *Discurso*, México, 6.

ORLANDI, E. P. (2001). *Discurso e texto:* formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes.

ORLANDI, E. P. (2002). *Língua e conhecimento lingüístico.* São Paulo: Cortez.

ORLANDI, E. P. (2003). A Análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. In *I Seminário de Estudos em Análise de Discurso*, Porto Alegre. Textos dos conferencistas. Porto Alegre: Ufrgs, 1-18. Recuperado em 21 nov. 2014, de http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/1SEAD/Conferencias/EniOrlandi.pdf

ORLANDI, E. P. (2005). *Análise do Discurso:* princípios e procedimentos. Campinas: Pontes.

ORLANDI, E. P. (2006a). Análise de Discurso. In ORLANDI & LAGAZZI-RODRIGUES (orgs.). *Introdução às ciências das linguagens***:** Discurso e textualidade. Campinas: Pontes, 11-31.

ORLANDI, E. P. (2006b). História das Ideias X História de Vida: entrevista com Eni Orlandi. *Fragmentum*, Santa Maria, (7), 07-50. Recuperado em 05 jan. 2015, de http://corpus.ufsm.br/wp-content/uploads/2012/07/fragmentum7.pdf

ORLANDI, E. P. (2010). A contrapelo: incursão teórica na tecnologia: discurso eletrônico, escola, cidade. *RUA* [online], 2(16).

ORLANDI, E. P. (2011). Ler Michel Pêcheux Hoje. In: PÊCHEUX, M. *Análise de Discurso:* Michel Pêcheux. Campinas: Pontes, 11-20.

ORLANDI, E. P. (2012). *Discurso em Análise:* sujeito, sentido, ideologia. Campinas: Pontes.

PARISER, E. (2012). *O filtro invisível:* o que a internet está escondendo de você. (Diego Alfaro, trad.) Rio de Janeiro: Zahar.

PÊCHEUX, M. (1975). *Les vérités de la Palice*. Paris: Maspero.

PÊCHEUX, M. (1994). Ler o arquivo hoje [1982]. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Gestos de leitura:* da história no discurso (Maria das Graças Lopes Morin do Amaral, trad.). Campinas: Ed. da UNICAMP.

PÊCHEUX, M. (1997a). *Semântica e discurso:* uma crítica a afirmação do óbvio (3a. ed.) (Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi [et al.], trad.). Campinas: Editora da Unicamp.

PÊCHEUX, M. (1997b). Ler o arquivo hoje [1982]. In ORLANDI, E. P. (Org.). *Gestos de leitura:* da história no discurso (2a ed.) (Bethania S. C. Mariani [et al.], trad). Campinas: Ed. da UNICAMP.

PÊCHEUX, M. (2007). Papel da memória. In ACHARD, P [et al.]. *Papel da memória* (2a ed.) (José Horta Nunes, trad.). Campinas: Pontes, 49-57.

PÊCHEUX, M. (2011). Especificidade de uma disciplina de interpretação (A Análise de Discurso na França) (Solange Leda Galo, trad.). In ORLANDI, E. *Análise de Discurso:* Michel Pêcheux. Campinas: Pontes, 227-230.

PETRI, V. (2013). O funcionamento do movimento pendular próprio às análises discursivas na construção do 'dispositivo experimental' da análise do discurso. In PETRI, V. & DIAS, C. *Análise do Discurso em perspectiva:* teoria, método e análise (pp. 37-48). Santa Maria: Editora Ufsm.

PINHEIRO, M. & SPITZ, R. (2007) O design de interação em ambientes de ubiqüidade computacional. In *Congresso Internacional de Design da Informação*, Curitiba.

ROMÃO, L. M. S. (2011a). *Exposições do museu da língua portuguesa:* arquivo e acontecimento e(m) discurso. São Carlos: Pedro & João.

ROMÃO, L. M. S. (2012). Fios de grito na rede: navega-dores (d)enunciam o extermínio. In MARIANI, B. & MEDEIROS, V. (Org.). *Discurso e...:* ideologia, inconsciente, memória, desejo, movimentos sociais, cinismo, corpo, witz, rede eletrônica, língua materna, poesia, cultura, mídia, educação, tempo, (homo)sexualidade. Rio de Janeiro: 7 Letras. 113-130.

ROMÃO, L. M. S. (2011b). O fora da rede: (co-mando de) arquivos no arquivo. In MARIANI, B.; MEDEIROS, V. & DELA-SILVA, S. (Org.). *Discurso, arquivo e...* Rio de Janeiro: 7 Letras, 11-21.

ROMÃO, L. M. S.; FERREIRA, M. C. L. & DELA-SILVA, S. (2011c) Arquivo. In: MARIANI, B.; MEDEIROS, V. & DELA-SILVA, S. (Org.). *Discurso, arquivo e...* Rio de Janeiro: 7 Letras. 11-21.

ROUDINESCO, E. (2006). *A análise e o arquivo.* Rio de Janeiro: Zahar.

SARGENTINI, V. M. O. (2014). O arquivo e a circulação de sentidos. *Conexão Letras*, Porto Alegre, 9(11), 23-30. Recuperado em 28 out. 2014, de http://www.artistasgauchos.com/conexao/11.pdf

SCHERER, A. E. & TASCHETTO, T. R. (2005, junho). O papel da memória ou a memória do papel de Pêcheux para os estudos linguísticos-discursivos. *Estudos da Língua(gem):* Michel Pêcheux e a Análise do Discurso, Vitória da Conquista, (1), 119-123.

STAROBINSKI, J. (1974). *As Palavras Sob as Palavras:* os anagramas de Ferdinand de Saussure. São Paulo: Perspectiva.

TFOUNI, L. V. (2001). A dispersão e a deriva na constituição da autoria e suas implicações para uma teoria do letramento. In SIGNORINI, I. (org.). *Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento.* Campinas, SP: Mercado das Letras.

TRIFANOVAS, T. (2009, julho). E-mail: dispositivo sinóptico de legitimação de poder. *Letras & Letras*, 25(2), Uberlândia, 81-103.

WEISER, M. (1991, janeiro). *The computer of the 21st century. Scientific American*, 3(265), 66-75. Recuperado em 28 dez 2014, de http://www.ubiq.com/hypertext/weiser/SciAmDraft3.html

ŽIŽEK, S (org.). (1996). Um mapa da ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto.

ŽIŽEK, S. (2011). *Primeiro como tragédia, depois como farsa* (Maria Beatriz de Medina, trad.). São Paulo: Boitempo, 2011.

ANEXO

Dispensa de submissão ao comitê de ética

Daiana Faria <daiafariad@gmail.com>

dispensa da submissão à plataforma Brasil

8 mensagens

Daiana Faria <daiafariad@gmail.com> 28 de janeiro de 2014 14:13
Para: coetp@ffclrp.usp.br

Prezados, boa tarde.

Trabalho com dados puclicados na Internet. Faço a coleta do material na Internet e o análise. Fui orientada de que, neste caso, não é necessária submissão ao comitê de ética em pesquisa. Gostaria de confirmar se é realmente isso... Sou dispensada da avaliação pelo comitê por serem dados publicados na Internet??

Muito obrigada,

--

Daiana Faria

Doutorado em andamento - Processo FAPESP Nº 2012/22303-2

Mestre em Ciências: subjetivação - processos culturais, linguagem e história

Bacharel em Ciências da Informação e Documentação

Linha de pesquisa: Análise do Discurso

FFCLRP - USP

Andreia Schmidt <aschmidt@ffclrp.usp.br> 28 de janeiro de 2014 15:52
Para: Daiana Faria <daiafariad@gmail.com>
Cc: coetp@ffclrp.usp.br

Olá, Daiana,

Se os seus dados são oriundos de publicações abertas na internet, de fato não há necessidade de submissão ao comitê de ética. É o mesmo caso de pesquisar em revistas ou jornais: as informações são abertas ao público em geral e não há acesso a dados privados.

Atenciosamente,

Andréia Schmidt
Coordenadora do CEP - FFCLRP

Profa. Dra. Andréia Schmidt
FFCLRP - Departamento de Psicologia
Universidade de São Paulo